

ÍNDICE, RESUMO, ECONOMIA GERADA E DESTINO DO PROJETO DE LEI DE INICIATIVA POPULAR

1- REFORMA ADMINISTRATIVA Consolida ministérios com funções sobrepostas, estabelece teto remuneratório, condiciona estabilidade a avaliações de desempenho e implementa gestão por resultados na administração pública. Modernizar o Estado, otimizar a gestão pública, reduzir custos e direcionar recursos para áreas prioritárias (Saúde, Educação e Segurança), promovendo eficiência, meritocracia e transparência. TRAZEMOS JUSTIÇA SOCIAL AO NOSSO POVO! SEM PRIVILÉGIOS!

2- REFORMA DO JUDICIÁRIO Estabelece teto salarial, unifica regime previdenciário ao RGPS, extingue benefícios como auxílio-moradia e institui controle rígido sobre verbas de gabinete. CPI do judiciário, punição aos juízes corruptos, fim da aposentadoria compulsória! FIM DAS FÉRIAS DE 60 DIAS! ACABOU A FARRA COM O DINHEIRO PUBLICO!

3- PARCIALIDADE DO JUIZ Combate a parcialidade mediante lista tríplice obrigatória, avaliação de desempenho, transparência radical em decisões e responsabilização ágil por infrações. FIM DE UM JUDICIÁRIO QUE É UM ESCÁRNIO DESSA SOCIEDADE! CARO E INEFICIENTE!

4- PRISÃO SEGUNDA INSTÂNCIA Permite execução provisória da pena após condenação confirmada em segundo grau, com requisitos de indícios robustos e perigo concreto à ordem pública. FIM DA IMPUNIDADE! EM HOMENAGEM A KAKAY!

5- CRIME HEDIONDO PECULATO NÃO PRESCREVE Equipara peculato e corrupção a crimes hediondos, tornando-os imprescritíveis e estabelecendo regime inicial fechado com pena mínima de 10 anos. VAMOS PRENDER TODOS OS BANDIDOS DESSA NAÇÃO!

6- CONSTELAÇÃO NO JUDICIÁRIO Introduz constelações familiares como método complementar de resolução de conflitos, com criação de núcleos especializados e formação de magistrados. TEMOS A OPORTUNIDADE DE QUEBRAR O CICLO FAMILIAR!

7- TRAIADOR DA PÁTRIA Tipifica crime de traição à pátria como hediondo e imprescritível, com pena de 30 anos para colaboração com potência estrangeira contra soberania nacional. NÃO ACEITAREMOS TRAIDORES DA PÁTRIA EM NOSSA NAÇÃO! HOMENAGEM A LITTLE BANANINHA!

8- STF 12 ANOS MANDATO Estabelece limite de 12 anos para exercício no STF, com aplicação retroativa que abra 5 vagas imediatamente. FAZEMOS JUSTIÇA TIRANDO DO PODER SEMI- DEUSES!

9- COMBATE A CORRUPÇÃO, DELAÇÃO PREMIADA, LARANJA E JUÍZES PARCIAL

Cria proteção para denunciantes, imprescritibilidade para crimes de corrupção, responsabiliza "laranjas" e aplica mesmo rigor a juízes corruptos. FAZEMOS JUSTIÇA AO POVO BRASILEIRO. !HOMENAGEM A FLÁVIO BOLSONARO, SERGIO MORO E DELTAN DALLAGNOL, LIXOS DA HISTÓRIA MODERNA! OS DE CUECA SUJA TAMBÉM! E A AMANTE DO LINDINHO!

10- PRESÍDIOS HUMANOS Transforma presídios em Centros de Recuperação Humana com arquitetura terapêutica, trabalho remunerado e foco em reinserção social. DAMOS DIGNIDADE AO SER HUMANO A SE REGENERAR COM O APOIO DA SOCIEDADE! FAZEMOS INCLUSÃO SOCIAL!

11- CRIMES GRAVES ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA Torna crimes graves contra a administração pública inafiançáveis e imprescritíveis, equiparando-os a crimes contra a ordem constitucional. PUNIMOS COM RIGOR AQUELES QUE SEMPRE LESARAM A PÁTRIA!

12- FORÇAS ARMADAS Consolida direitos e deveres dos militares em legislação única, mantendo regime jurídico próprio sem criar novos benefícios. SEREMOS UM SÓ POVO!

13- LEGISLATIVO Estabelece jornada de 40 horas, unifica previdência ao INSS, extingue auxílio-moradia e implementa auxílio-alimentação progressivo. SEREMOS UM SO POVO!

14- IGUALDADE TRÊS PODERES NO SISTEMA PREVIDENCIÁRIA Unifica regime previdenciário para todos os servidores dos três poderes com regras similares ao RGPS e teto progressivo. SEREMOS UM SO POVO!

15- REDUÇÃO NÚMERO DE PARLAMENTAR Reduz Câmara para 260 deputados e Senado para 54 membros, com economia estimada de R\$ 3-4 bilhões/ano. SEJAMOS JUSTOS COM NOSSO POVO! PARTIDO POLÍTICO SÓ EXISTE PARA ROUBAR DINHEIRO PÚBLICO!, POIS O ÚNICO SENTIDO É O BEM ESTAR DO POVO BRASILEIRO!

16- VOTO DISTRITAL Institui sistema misto com metade das vagas por distritos uninominais e metade por listas partidárias fechadas. UMA FORMA DEMOCRÁTICA! MAS O OBJETIVO É UM SÓ, O BEM - ESTAR DO POVO BRASILEIRO!

17- VÍNCULO COM O ESTADO DE 5 ANOS PARA CANDIDATAR Exige domicílio eleitoral na circunscrição por 5 anos para candidaturas a cargos eletivos, combatendo turismo eleitoral. ACABOU A HIPÓCRISIA!

18- REFORMA FISCAL Implementa tributação progressiva sobre grandes fortunas, heranças e dividendos, reduzindo impostos sobre consumo básico. FAZEMOS JUSTIÇA AO POVO BRASILEIRO!

19- COAF Transforma COAF em Autoridade Nacional de Inteligência Financeira autônoma, com poderes ampliados e blindagem contra interferências. FIM DA BANDIDAGEM!

20- PENSÃO FILHAS SOLTEIRAS Reforma regras de pensão por morte, limitando benefícios a critérios objetivos de idade e estudo, extinguindo direito vitalício para filhas solteiras. FAZEMOS JUSTIÇA A QUEM REALMENTE PRECISA!

21- CONTROLE DOS JUROS Estabelece teto para juros de cartão de crédito, empréstimos e cheque especial, com criação de alternativas públicas de crédito. Modelo Inédito: Combina teto dinâmico com justiça restaurativa, Mecanismos Ousados: Do Ícone da Vergonha ao Tribunal da Usura. Viabilidade Constitucional: Alinhado ao Art. 192 que exige juros justos. UM MOMENTO TÃO ESPERADO PARA PREVALECER O JUSTO!

22- BANCO CENTRAL Reintegra BC ao Poder Executivo, acrescentando objetivos de desenvolvimento e emprego além da estabilidade de preços. COM A FUNÇÃO SOCIAL DO BC E NÃO FAVORECER O MERCADO FINANCEIRO (FARIA LIMA) E SIM O POVO BRASILEIRO!

23- JUSTIÇA FINANCEIRA Cria Tribunal Nacional de Crimes Financeiros com poder para intervir em instituições que praticarem juros abusivos. ABRANGEMOS TODOS OS BRASILEIROS!

24- CONAB Fortalecimento da Companhia Nacional de Abastecimento para atuar no controle de preços e formação de estoques reguladores. ESSE É O SENTIDO DE UM PAÍS JUSTO COM SEU POVO! EM PRIMEIRO LUGAR, OBEM-ESTAR DO NOSSO POVO!

25- CRIAÇÃO DE NOVOS MUNICÍPIOS Estabelece critérios técnicos e econômicos rigorosos para criação de novos municípios, evitando fragmentação sem viabilidade. SEJAMOS JUSTOS!

26- APLICATIVO ESTATAL Desenvolve aplicativo estatal unificado para serviços públicos, acabando com a escravidão moderna das grandes plataformas privadas. Cada cooperativa terá autonomia para definir suas regras, mas seguindo princípios de equidade e transparência. Taxa de serviço limitada a **10%** (contra 25-35% das grandes plataformas). Fim **da precarização: trabalhadores** recebem até 85% do valor dos serviços.. O ÚNICO SENTIDO DE EXISTIR O ESTADO É CUIDAR DO SEU POVO! SOMOS UM POVO SÓ! HOMENAGEM À MAMÃE FALEI!

27- ISENÇÃO FISCAL Revisa e extingue isenções fiscais para setores privilegiados, mantendo apenas benefícios com comprovado impacto social. A presente Proposta de Emenda à Constituição visa fortalecer os alicerces da nossa democracia representativa, resgatando a essência do vínculo entre o representante e a comunidade que ele almeja representar

28- PROPAGANDA ENGANOSA BIG TECH Regulamenta publicidade digital, aplicando multas pesadas por propaganda enganosa em plataformas digitais. EXISTE JUSTIÇA EM NOSSO PAÍS!

29- CANDIDATURA INDEPENDENTE Permite candidaturas sem filiação partidária, com requisitos de assinaturas e apoio comunitário. QUE OS REVOLUCIONÁRIOS TENHAM A OPORTUNIDADE DE MUDAR ESSA NAÇÃO! PARTIDO POLÍTICO SÓ EXISTE PARA ROUBAR DINHEIRO PÚBLICO!

30- FORO DE PRERROGATIVAS Extingue foro privilegiado para todas as autoridades, sujeitando-as à Justiça comum. TEMOS A OPORTUNIDADE DE SERMOS IGUAIS!

31- FUNDO ELEITORAL E PARTIDÁRIO Acaba com o fundo eleitoral e partidário! Financiamento por CPF E CNPJ limitado e prestação de contas rigorosa. PARTIDO POLÍTICO SÓ EXISTE PARA ROUBAR DINHEIRO PÚBLICO!

32- CARGOS DO PRIMEIRO AO TERCEIRO ESCALÃO Estabelece critérios técnicos para nomeações, com avaliação de mérito e experiência comprovada. Serão preenchidas por concurso público! ACABOU O CABIDE DE EMPREGO! CONCURSO PÚBLICO DO PRIMEIRO AO TERCEIRO ESCALÃO!

33- IPVA BENS DE LUXO Implementa alíquotas progressivas de IPVA para veículos de luxo e alta cilindrada. ACABOU A ACABOU A HIPÓCRISIA DESSE PAÍS! NÃO

SUSTENTAMOS MAIS AS OLIGARQUIAS, AS CLEPTOCRACIAS E AS CASTAS DESSE PAÍS!

34- ISENÇÃO FISCAL IGREJAS Mantém imunidade tributária condicionada à prestação de contas e comprovação de atividades sociais. ACABOU A LAVANDERIA DE DINHEIRO ILÍCITO!

35- RÁDIO TV CONCESSÃO FIM DO MONOPÓLIO Desconcentra concessões de mídia, limitando número de outorgas por mesmo grupo empresarial. ACABAMOS COM AS OLIGARQUIAS!

36- INVESTIGAÇÃO ONGs Fortalecimento da fiscalização sobre ONGs, com auditoria regular de recursos públicos recebidos. VAMOS BUSCAR TODOS QUE APROPRIARAM DO DINHEIRO PÚBLICO ILEGALMENTE!

37- FRAUDES EM PRIVATIZAÇÃO Cria comissão para reavaliar processos de privatização com indícios de irregularidades. VAMOS FAZER JUSTIÇA AO POVO BRASILEIRO ONDE A PRIVATIZAÇÃO NOS TIRA O DIREITO A SOBERANIA!

38- CPI DÍVIDA PÚBLICA Instaura CPI para investigar composição e legitimidade da dívida pública brasileira. PEGAMOS TODOS OS BANDIDOS QUE LUCRAM COM O SISTEMA!

39- CONSELHEIROS ESTATAIS Exige qualificação técnica para conselheiros de estatais com processo seletivo transparente. A profissionalização não é uma opção, mas um **imperativo** para um Estado eficiente e republicano. A proposta oferece um caminho claro, detalhado e inspirado em casos de sucesso internacional para transformar os conselhos em ferramentas de desenvolvimento, economizando bilhões e restaurando a confiança da sociedade. O OBJETIVO É SERMOS UM PAÍS EFICIENTE! HOMENAGEM A G, MENDES!

40- IA COMBATE CORRUPÇÃO Implementa sistemas de inteligência artificial para cruzar dados e identificar irregularidades. PODEMOS TER UM ALIADO EM POTENCIAL PARA O COMBATE AO CRIME ORGANIZADO!

41- DESMATAMENTO ILEGAL Cria força-tarefa permanente com satélites e inteligência para combate ao desmatamento. Vira crime hediondo. VAMOS SALVAR NOSSAS FLORESTAS E VIVER EM HARMONIA COM A NATUREZA!

42- MINERAÇÃO Regulamenta atividade mineral com royalties justos e compensação ambiental ampliada. ACABAMOS COM O CAPITALISMO SELVAGEM ONDE O LUCRO ACIMA DE TUDO NÃO PREVALECERA!

43- AGROTÓXICO Restringe uso de agrotóxicos proibidos em outros países e incentiva transição agroecológica. TRAZEMOS SEGURANÇA ALIMENTAR ONDE O AGRO NÃO É POP!

44- DESTINAÇÃO DE RESÍDUOS Institui logística reversa obrigatória para todos os setores produtivos. PENSAMOS NAS NOVAS GERAÇÕES!

45- ULTRA PROCESSADOS Aplica tributação extra e restrição publicitária a alimentos ultraprocessados. Com prazo para adequação para alimentos saudáveis. O DINHEIRO ACIMA DE TUDO ACABOU! A SAÚDE DE NOSSO POVO NÃO TEM PREÇO!

46- LIBERAÇÃO CANABIS Regulamenta cultivo e uso medicinal da canábis, com produção pública. E UMA QUESTÃO DE BOM SENSO! O ÁLCOOL COMPROVADAMENTE É O QUE APRESENTA MAIOR ÍNDICE DE DESTRUIÇÃO FAMILIAR!

47- FLÚOR BANIR Proíbe adição compulsória de flúor na água potável, mantendo apenas aplicação tópica supervisionada. FOMOS ENGANADOS COM UM REJEITO DA INDÚSTRIA COM CUSTO ALTO PARA SEU DESCARTE! O LOBISMO ASSASSINO POUCO SE IMPORTA COM A VIDA HUMANA! DEVASTADOR DA NATUREZA! IMAGINA PARA VOCÊ!

48- PEC MALAFAIA Regulamenta relação Estado-Igrejas, mantendo imunidade tributária com contrapartidas sociais. AOS FALSOS CRISTÃOS! O VERDADEIRO DEUS ESTÁ DENTRO DE VOCÊ! VOCÊ É UMA CENTELHA DIVINA! DEUS 0800

49- ESCRAVIDÃO / ANÁLOGO Tipifica trabalho análogo à escravidão como crime hediondo e imprescritível. VAMOS FAZER COM QUEM SENTE COM OS OLHOS, SENTIR NA PELE!

50- REFORMA AGRÁRIA Acelera desapropriação de latifúndios improdutivos para assentamento familiar. FAZEMOS JUSTIÇA AO POVOBRASILEIRO! BRASILEIRO! DAMOS O QUE É POR DIREITO!

51- SALÁRIO MÍNIMO Vincula reajuste a índices de custo de vida e produtividade nacional. Em 5 anos, passará a ser no mínimo 10% do valor de um ministro. BUSCAMOS O MÍNIMO DE IGUALDADE AOS VULGO REPRESENTANTES!

52- IA INCLUSÃO FINANCEIRA Usa inteligência artificial para ampliar acesso a crédito a populações subatendidas. TODOS SOMOS UM SÓ! DIREITO À INCLUSÃO! SOMOS UM SÓ! DIREITO À INCLUSÃO!

53- ESCALA 5X2 Estabelece escala padrão 5 dias trabalhados, 2 de descanso para todos os setores. COMEÇAMOS UMA NOVA COMEÇAMOS UMA NOVA ERA!

54- BRASIL AUTOSSUFICIENTE. Fomenta a produção nacional de insumos estratégicos como medicamentos e fertilizantes. REPRESENTA A INDEPENDÊNCIA DE NOSSO POVO! ONDE A FUNÇÃO DO ESTADO É CUIDAR DO SEU POVO!

55- GURGEL MOTORS MUSEU resgata a marca Gurgel, lançando carros elétricos com valor POPULAR sem impostos. Cria museu da indústria automotiva nacional e fomenta veículos elétricos. UM MARCO INOVADOR! EM RESGATE À INDÚSTRIA NACIONAL DESTRUÍDA PELO GOVERNO COLLOR! VISANDO ATENDER AO POVO BRASILEIRO DE BAIXA RENDA! COM O MELHOR DA TECNOLOGIA!

56- MALHA FERROVIÁRIA Retoma expansão da malha ferroviária para transporte de carga e passageiros. De norte a sul, de Leste a oeste, uma malha ferroviária para escoamento Nacional. DO OIAPOQUE AO CHUI! UM MARCO EM NOSSA ECONOMIA TRAZENDO OTIMIZAÇÃO E PREÇOS PARA COMPETIR COM O MERCADO INTERNACIONAL! EFICIÊNCIA E RAPIDEZ!

57- DESPOLUIÇÃO DE RIOS Implementa programa nacional de despoluição de bacias hidrográficas. E UMA OBRIGAÇÃO DO SER VIVER EM HARMONIA COM SEU MEIO AMBIENTE! TRAZEMOS VIDA A ALGO QUE ESTÁ MORTO!

58- CANAL DE COMUNICAÇÃO EBC Fortalecimento da Empresa Brasil de Comunicação como mídia pública independente. FAZEMOS JUS AO TELE DRAMATURGIA NACIONAL! VALORIZANDO A ARTE NACIONAL!

59- FEST FOOD IMAGENS REAL Obriga divulgação de imagens reais de produtos em propagandas de fast-food. COMEMOS COM OS OLHOS! SENDO ASSIM,, SOMOS ENGANADOS PELA INDÚSTRIA ALIMENTÍCIA!

60- REGULAMENTAÇÃO LOBBY Torna obrigatório registro público de atividades de lobby e influência. Esta lei, implementada, posicionaria o Brasil no patamar de países com regulação intermediária a alta, combatendo a influência obscura e pavimentando o caminho para um debate público mais íntegro e equitativo. COM SUAS REGRAS E PUNIÇÕES RÍGIDAS!

61- CONFISCO DE BENS ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA Amplia possibilidade de confisco sem condenação para bens de organizações criminosas. ATACAMOS QUEM REALMENTE LUCRA COM A BANDIDAGEM! OS ENGRAVATADOS QUE DESFRUTAM DO QUE A DE MELHOR NESSA VIDA!

62-PREJUÍSO AO ERÁRIO Este relatório consolida o levantamento histórico, documental e probatório dos prejuízos causados ao patrimônio público brasileiro entre 15 de março de 1985(redemocratização) e 2026, para subsidiar ações judiciais, representações ao Ministério Público, Tribunais de Contas ou CPIs.

Objetivo Geral: Criar o Sistema Nacional de Proteção ao Erário Público para responsabilizar civil, administrativa e criminalmente agentes que, dolosamente (com intenção), causem danos ao patrimônio público e recuperar ativos desviados desde a redemocratização.

63- PORTE DE ARMAS Mantém restrições ao porte com foco em controle rígido e registro centralizado. Campanha Nacional pelo DESARMAMENTO. A segurança pública é um dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, e deve ser construída sobre pilares de inteligência, investigação e políticas sociais, e não na promessa falaciosa de uma imanentização civil como solução. Pelas vidas perdidas para a violência armada, contamos com o apoio desta Casa para a aprovação deste crucial projeto de lei. O GOVERNO (2018/2022) MOSTROU SUA INTENÇÃO DESDE O INÍCIO EM ARMAR A POPULAÇÃO PARA O GOLPE DE ESTADO! ARMANDO TODO O CRIME ORGANIZADO DE NOSSA NAÇÃO! FAREMOS CAMPANHA NOSSANAÇÃO! FAREMOS CAMPANHA PARA DESARMAMENTO E AQUELES QUE O QUISEREM TERÃO DENTRO DA LEI!

64- DÍVIDA PÚBLICA, DIRETRIZES E PREMISSAS Estabelece regras transparentes para renegociação da dívida pública. Dispõe sobre a negociação de dívidas dos Estados e do Distrito Federal com a União por meio de dação em pagamento com bens estratégicos e destinação de imóveis públicos desativados para uso administrativo ou programas de locação social.

65- TERRAS RARAS Cria estatal para exploração de terras raras com controle nacional estratégico. Bem Público e Soberania: As terras raras são declaradas Patrimônio Estratégico Nacional. A propriedade dos recursos é da União. A exploração é concedida, nunca alienada.

66- PLEBISCITO PARA ATIVOS E SERVIÇOS ESSENCIAIS Exige consulta popular para privatização de serviços essenciais. A tarefa é integrar esses conceitos à estrutura da Constituição Federal de 1988, com um foco específico em consagrar a água como um bem público, essencial e com direito universal. POR ISSO CRIAMOS ESSA LEI! PARA DEFENDER A SOBERANIA DO POVO BRASILEIRO! SE APARECER UM ZEMA COMEDOR DE BANANA COM CASCA, UM TARCÍSIO DA VIDA, PAULO GUEDES, FILHOTE DE PINOCHET. JÁ SABEM O QUE FAZER!

67- DATA-CENTER Instala data-centers estatais para soberania digital e armazenamento de dados públicos. Está proposta cria um sistema onde a prevenção é máxima (com regras operacionais duríssimas) e a punição é exemplar (com penas de longo prazo e agravantes severos). A SEGURANÇA DE NOSSO POVO TEM QUE SER UMA PREOCUPAÇÃO DO ESTADO! SOBERANIA SEMPRE!

68- ARBORIZAÇÃO FRUTÍFERA Incentiva plantio de árvores frutíferas em espaço urbano para segurança alimentar. Concluindo, esta PEC representa um passo ousado e necessário para repensar o modelo de cidade brasileira, transformando-a de um espaço cinza de consumo em um sistema mais resiliente, produtivo e justo, alinhado com os desafios socioambientais do século XXI.

69- Estatuto da Dignidade Animal Instituir o Estatuto da Dignidade Animal em todo o território nacional, estabelecendo normas obrigatórias para a criação, transporte e abate de todas as espécies de produção (aves, suínos, bovinos, ovinos, caprinos, equinos, peixes e aquáticos), com base no reconhecimento da senciência animal e no princípio in dubio pro animal. Prazo único para adequação: 5 anos para todos os empreendimentos, novos ou existentes.

70- Projeto Educacional Instituir o programa "Formando Donos do Futuro" com todas as suas diretrizes, metodologias e inovações, detalhando a estrutura de cada fase educacional, o sistema de apoio contínuo e os mecanismos de parceria. Este PL dialoga com iniciativas que buscam inserir o empreendedorismo e a tecnologia na educação .

71- EDUCAÇÃO CIEPS PAULO FREIRE Recria modelo de escolas integrais com atividades culturais e esportivas. Chamado à Ação Federativa: "Unidos em nossa diversidade, construiremos a maior rede de educação transformadora do mundo, honrando Darcy Ribeiro, Paulo Freire e o potencial infinito de nosso povo." RESGATAMOS A ESSÊNCIA DE DARCY RIBEIRO BRIZOLA E PAULO FREIRE, ENEIAS ÍCONES IGNORADOS PELO SISTEMA!

72- CRECHES VIVAS Transforma creches em espaços comunitários com participação familiar. Uma realidade que transforma crianças, famílias e comunidades por meio de uma abordagem sistêmica inovadora. Damos dignidade às mães e protegemos a primeira infância, tão importante para seu futuro potencial revolucionário, senso crítico! JAMAIS SERÁ ESCRAVO DO SISTEMA!

73- VILAS SUSTENTÁVEIS ECOLÓGICAS Desenvolve comunidades com habitação sustentável e agrofloresta. Criar vilas ecológicas autossustentáveis utilizando materiais vernaculares (de acordo com cada região do Brasil), mão de obra local e

tecnologias sustentáveis. DAMOS DIGNIDADE HUMANA! COMO MORADIA UMA REFERÊNCIA DE FAMÍLIA!

74- SUS CONTRA FRAUDE Sistema de inteligência para identificar fraudes em saúde suplementar. • Não é assistencialismo - É reconhecimento por contribuição vitalícia. • Tecnologia como aliada do cidadão - Não como ferramenta de controle estatal. • Co-criação com usuários desde o dia zero - Aposentados não são espectadores, são arquitetos do sistema. • Autossustentabilidade financeira - Custa menos que o sistema atual corrupto e ineficiente. • Justiça como algoritmo - Trazendo precisão e imparcialidade para a concessão de direitos. COLOCAREMOS TODOS OS BANDIDOS QUE LESARAM O POVO BRASILEIRO NA CADEIA!

75- PATENTES MEDICAMENTOS Flexibiliza patentes de medicamentos essenciais para produção pública. Fortalecer a capacidade do Estado de usar de forma ágil e eficaz os instrumentos de flexibilização já existentes, além de investir em pesquisa e desenvolvimento público para diminuir a dependência da indústria farmacêutica multinacional. A SAÚDE DE UM POVO NÃO TEM PREÇO!

76- PLATAFORMA SUS DIGITAL 360 Integra todos os serviços de saúde em plataforma digital única. A centralização segura das informações, com o paciente no controle, permitirá um atendimento mais ágil, seguro e eficiente, eliminando redundâncias e salvando vidas em emergências. Ademais, o módulo de vigilância em saúde pública dotará o país de uma ferramenta poderosa para a detecção precoce de epidemias e o planejamento baseado em evidências, otimizando a aplicação dos recursos públicos. A plataforma representa um avanço civilizatório para o SUS, consolidando-o como um sistema verdadeiramente universal, integral e tecnologicamente avançado.

77- SISTEMA INTEGRADO DE DIAGNÓSTICO PRECOCE Usa IA para diagnóstico precoce de doenças em unidades básicas. Este projeto posiciona a ciência e tecnologia como política de Estado (não de governo), criando as bases para: Soberania tecnológica, Desenvolvimento sustentável, Inclusão social pelo conhecimento, liderança global em soluções para o século XXI "O Brasil que aprende, ensina. O Brasil que pesquisa, transforma. O Brasil que inova, lidera." Este projeto estabelece um compromisso nacional com a ciência como eixo central do desenvolvimento, criando um ciclo virtuoso onde pesquisa gera inovação, que gera desenvolvimento, que financia mais pesquisa.

78- INCLUSÃO DAS PRÁTICAS ANCESTRAIS Reconhece e incorpora práticas tradicionais de saúde no SUS. Passa a vigorar com a seguinte redação: "O SUS integrará, em sua rede de atenção à saúde, as práticas ancestrais de tratamento com plantas medicinais, respeitados os saberes tradicionais. **UM RECONHECIMENTO AOS NOSSOS ANCESTRAIS QUE TEM A CURA ATRAVÉS DA NATUREZA! CURAMOS A ALMA!**

79- PET AMIGO, Hospital Público, programa de adoção animal com apoio veterinário gratuito. **CUSTO ZERO PARA PESSOAS CADASTRADAS** População de Baixa Renda: as famílias inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico); II - Urgência e Emergência Veterinária: situações de risco iminente à vida ou de sofrimento agudo do animal, conforme definidas em regulamento. **TERÁ SEU ATENDIMENTO GARANTIDO!**

80- FIM PLANO DE SAÚDE TRÊS PODERES Unifica sistema de saúde para todos os poderes no SUS, extinguindo planos privados. **SOMOS TODOS IGUAIS PERANTE NOSSA CONSTITUIÇÃO! TODOS TERÃO A SAÚDE QUE O POVO TEM!**

81-PROPOSTA DE IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICA DE DANOS NO SUS Implementar um programa baseado em evidências científicas para abordagem do uso de drogas com foco na **redução de danos e cuidado integral**, inspirado em experiências internacionais bem-sucedidas. Esta **proposta representa uma alternativa humanizada, baseada em evidências e alinhada com os princípios do SUS, transformando a abordagem das drogas de questão criminal para questão de saúde pública. Implementa programa de redução de danos para uso de drogas, com foco na saúde pública.**

Aqui está a versão atualizada da **SÍNTESE DO PROJETO**, com a inclusão do **prejuízo histórico ao erário (R\$ 1,1 trilhão)** na seção de **IMPACTO FISCAL ESTIMADO**, conforme solicitado:

SÍNTESE DO PROJETO

Aqui está um **SÍNTESE completo e estruturado** do projeto de lei popular, consolidando todas as suas principais propostas.

Resumo Completo da Proposta de Lei de Iniciativa Popular para a Reforma do Estado Brasileiro

Este projeto é um pacote abrangente de reformas que visa transformar a estrutura do Estado Brasileiro, com foco em eficiência, economicidade, fim de privilégios, combate à corrupção e maior transparência. Ele é dividido em várias frentes, abrangendo os Três Poderes e outras áreas críticas.

PARTE I: REFORMA ADMINISTRATIVA E DO SERVIÇO PÚBLICO

- **Reestruturação do Estado:** Consolidação de ministérios com funções sobrepostas (Economia, Gestão e Inovação, Infraestrutura, Cidadania) e descentralização de competências para estados e municípios através de um Fundo específico.
- **Regime de Pessoal:**
 - **Fim da Estabilidade Automática:** A estabilidade do servidor ficará condicionada às avaliações de desempenho semestrais. Duas avaliações "insatisfatórias" consecutivas podem levar à demissão.
 - **Limite de Contratações Temporárias:** Estabelece um teto de 20% do quadro efetivo para esse tipo de contratação.
- **Modernização da Gestão:**
 - **Governo Digital:** Criação de uma Plataforma Digital Única para todos os serviços públicos, com meta de 100% de disponibilidade em 3 anos.
 - **Gestão por Resultados:** Até 50% da remuneração variável de dirigentes será vinculada ao cumprimento de metas, com relatórios trimestrais de desempenho.
- **Benefícios e Remuneração:**
 - **Teto Salarial:** O subsídio máximo para qualquer cargo público não poderá exceder 10 vezes o salário mínimo nacional.
 - **Corte de Benefícios:** Extinção do auxílio-moradia para todos e do auxílio-alimentação para servidores com renda superior a R\$ 10 mil.

- **Transparência e Controle:**
 - **Auditorias Anuais:** Serão realizadas em todos os órgãos da administração direta e indireta.
 - **Canal de Denúncias:** Criação de um canal público com acompanhamento em tempo real.
 - **Portal de Transparência:** Publicação mensal de relatórios de gastos e disponibilização de dados abertos.
- **Reforma Previdenciária do Servidor Público:**
 - **Alinhamento ao RGPS:** Idade mínima de 65 anos (homens) e 62 anos (mulheres).
 - **Cálculo e Teto:** O benefício será calculado com base na média de todas as contribuições e não poderá exceder o teto do Regime Geral de Previdência Social (RGPS).
 - **Fim dos Privilégios:** Extinção das aposentadorias integrais e especiais, exceto para quem já tem direito (35/40 anos de contribuição).
- **Meritocracia e Capacitação:** Progressão na carreira vinculada à avaliação de desempenho e cursos de capacitação. Criação de um programa nacional de treinamento.
- **Cargos Comissionados:** Limitação do número de cargos comissionados a 5% do quadro efetivo, com exigência de experiência e aprovação em avaliação técnica.

PARTE II: REFORMA DO PODER JUDICIÁRIO

- **Corte de Privilégios e Redução de Custos:**
 - **Teto Remuneratório:** Aplica o teto de 10 salários mínimos a todos os membros do Judiciário, incluindo Ministros do STF.
 - **Fim de Auxílios:** Extinção do auxílio-moradia e do auxílio-alimentação de alto valor.
 - **Fim de Licenças Prêmio:** Extinção de licenças especiais e alinhamento de férias e jornada à CLT.
- **Reforma Previdenciária no Judiciário:** Alinha as regras de aposentadoria e pensão por morte ao RGPS, com fim da integralidade e paridade.
- **Combate à Parcialidade e Promoção da Transparência:**
 - **Lista Tríplice:** Promoções e nomeações para cargos de cúpula por lista tríplice baseada em mérito.
 - **Portal de Decisões:** Criação de um portal nacional com todas as decisões judiciais, publicamente acessível.
 - **Declaração de Interesses:** Magistrados devem declarar publicamente seus vínculos e interesses.
 - **Conselho Cidadão:** Criação de um conselho de cidadãos para auditar amostras de decisões.
- **Responsabilização de Magistrados:**

- **Prazos para Processos:** Processos disciplinares devem ter prazo máximo de 6 meses.
- **Fim do Foro Privilegiado:** Crimes comuns de juízes seriam julgados pela Justiça comum.
- **Penalidades Graduais:** Estabelecimento de um regime de sanções progressivas, incluindo perda do cargo.
- **Tecnologia e Imparcialidade:** Implementação de sorteio eletrônico "duplo-cego" de processos e uso de ferramentas de análise de dados para identificar vieses.
- **Limite de Mandato no STF:** Estabelecimento de mandato de 12 anos para os Ministros do Supremo Tribunal Federal, com aplicação retroativa.
- **Prisão em Segunda Instância:** Permissão para o início do cumprimento da pena após condenação confirmada em segundo grau de jurisdição.

PARTE III: REFORMA DO PODER LEGISLATIVO

- **Redução do Número de Parlamentares:** Redução dos deputados federais de 513 para 260 e dos senadores de 81 para 54.
- **Fim de Privilégios:**
 - **Aposentadoria:** Fim do regime próprio de previdência, integrando todos ao INSS.
 - **Auxílio-Moradia:** Extinção do benefício.
 - **Auxílio-Alimentação:** Criação de uma tabela progressiva que reduz o valor do benefício conforme a renda.
- **Jornada de Trabalho:** Estabelecimento de jornada de 40 horas semanais para servidores do Legislativo.
- **Sistema Eleitoral:**
 - **Voto Distrital Misto:** Implementação de um sistema onde metade dos deputados é eleita por distritos e a outra metade por listas partidárias.
 - **Vínculo Territorial:** Exigência de 5 anos de domicílio eleitoral na circunscrição para concorrer a cargos eletivos.

PARTE IV: COMBATE À CORRUPÇÃO E CRIMES GRAVES

- **Crimes Hediondos e Imprescritíveis:** Inclusão de crimes como corrupção, peculato e lavagem de dinheiro na lista de crimes hediondos e imprescritíveis.
- **Penas Severas:** Estabelecimento de pena mínima de 10 anos em regime fechado para condenados por peculato e corrupção.
- **Proteção a Denunciantes (Whistleblowers):** Criação de um marco legal que garanta anonimato, proteção e recompensa financeira para denunciantes de corrupção.

- **Responsabilização de "Laranjas":** Estabelecimento de responsabilidade solidária e penalidades severas para "laranjas" e "testas-de-ferro", com incentivos à delação premiada.
- **COAF Independente:** Transformação do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) na Autoridade Nacional de Inteligência Financeira (ANIF), um órgão autônomo e com poderes ampliados.
- **"Pente Fino" em Pensões:** Revisão geral de todas as pensões por morte para coibir fraudes, com critérios mais rígidos para concessão (fim do benefício vitalício para filhas solteiras, por exemplo).
- **Confisco de Bens:** Possibilidade de confisco administrativo de bens com valor incompatível com a renda declarada.

PARTE V: OUTRAS REFORMAS E POLÍTICAS PÚBLICAS

- **Reforma Tributária Solidária:** Proposta de reforma com taxação de grandes fortunas, heranças e dividendos, e redução de impostos sobre consumo. Criação de um Imposto sobre Grandes Fortunas (IGF).
- **Controle de Juros:** Criação de um marco legal para limitar os juros ao consumidor, especialmente do cartão de crédito, e promoção de crédito popular por bancos públicos.
- **Revisão do Banco Central:** Proposta de reintegrar o BACEN ao Poder Executivo, com objetivos que incluam emprego e desenvolvimento, além de controle popular sobre transferência de ativos.
- **Humanização do Sistema Prisional:** Transformação de presídios em Centros de Recuperação Humana, com foco em reinserção, trabalho, educação e atendimento psicossocial.
- **Política de Redução de Danos para Drogas:** Criação de Centros de Atendimento Integrado no SUS para oferecer cuidado supervisionado e apoio psicossocial a usuários.
- **Forças Armadas:** Proposta de consolidar a legislação militar em um único texto, sem criar novos direitos.

IMPACTO FISCAL ESTIMADO

Prejuízo Histórico ao Erário:

Desde a redemocratização (1985), o Brasil acumula **prejuízos superiores a R\$ 1,1 trilhão** em razão de privatizações subvalorizadas, programas de perdão de dívidas (Refis), renúncias fiscais sem contrapartida e concessões que oneraram a população. Esse montante representa não apenas dinheiro desviado dos cofres públicos, mas a ausência de escolas, hospitais, estradas, empregos e vidas que poderiam ter sido salvas.

Economia Financeira com a Reforma:

O projeto estima uma **economia anual entre R\$ 44 e R\$ 65 bilhões**, acumulando entre **R\$ 220 e R\$ 325 bilhões em 5 anos**. Os recursos economizados seriam realocados para áreas sociais como saúde, educação e segurança.

Potencial de Reparação:

Somando-se a economia futura com a possibilidade de recuperação de ativos e responsabilização dos envolvidos nos prejuízos históricos, o Estado poderá contar com **centenas de bilhões de reais** para investir no desenvolvimento do país e na reparação dos danos causados à população.

Conclusão

Esta proposta constitui uma reforma estrutural e abrangente do Estado Brasileiro. Seu eixo central é a modernização da administração pública, a equidade entre poderes e cidadãos, o rigor no combate à corrupção e o fortalecimento da transparência e do controle social. O documento se apresenta como um "projeto de nação" para um Estado mais eficiente, justo e alinhado com os interesses da sociedade.

Com base na sua solicitação, o texto foi ajustado para **incluir o prejuízo histórico ao erário (R\$ 1,1 trilhão)** como parte fundamental da narrativa, integrando esse passivo à economia projetada pela reforma e redirecionando o destino dos recursos para a **reparação desse dano histórico**. Abaixo está a versão consolidada e revisada:

RELATÓRIO EXECUTIVO: IMPACTO FISCAL E REPARAÇÃO HISTÓRICA DO ERÁRIO



PREJUÍZO HISTÓRICO AO ERÁRIO (1985–2025)

Desde a redemocratização, o Brasil acumulou **prejuízos superiores a R\$ 1,1 trilhão** em razão de:

- Privatizações subvalorizadas (ex: Vale do Rio Doce, RLAM, Eletrobras)
- Programas de perdão de dívidas (Refis, Pert)
- Renúncias fiscais sem contrapartida
- Concessões e parcerias público-privadas que oneraram a população

Esse montante representa não apenas dinheiro desviado, mas a **ausência de escolas, hospitais, estradas, empregos e vidas que poderiam ter sido salvas.**

 ECONOMIA GERADA PELA REFORMA

A proposta de reforma administrativa e do Judiciário tem o potencial de gerar uma **economia líquida conservadora:**

Indicador	Valor
Economia anual	R\$ 44 a R\$ 65 bilhões
Economia em 5 anos	R\$ 220 a R\$ 325 bilhões
Potencial de reparação do erário	Recursos direcionados para cobrir parte do passivo histórico de R\$ 1,1 trilhão

 DETALHAMENTO POR ÁREA DE REFORMA

Área	Economia Anual (R\$ bi)	Economia 5 Anos (R\$ bi)	Principais Medidas
Judiciário	15–20	75–100	Teto salarial, fim de auxílios, unificação previdenciária
Previdência	10–15	50–75	Alinhamento ao RGPS, fim de aposentadorias especiais
Benefícios	5–8	25–40	Fim de auxílio-moradia, auxílio-alimentação progressivo
Teto Salarial	4–6	20–30	Limite de 10 salários mínimos para o funcionalismo
Parlamentares	3–4	15–20	Redução de 594 para 314 membros
Combate a Fraudes	3–5	15–25	Revisão de pensões, auditorias, pente-fino

Cargos Comissionados	2–4	10–20	Limite de 5% do quadro efetivo
Regime Fiscal de Igrejas	2–3	10–15	Fim da imunidade automática, contrapartida social
TOTAL	44–65	220–325	—

DESTINO DOS RECURSOS: REPARAÇÃO DO ERÁRIO E INVESTIMENTO SOCIAL

Os recursos economizados e/ou recuperados serão destinados prioritariamente a:

1. Reparação do Dano Histórico ao Erário (R\$ 1,1 trilhão)

- Criação de um **Fundo Nacional de Reparação do Patrimônio Público**
- Ressarcimento aos cofres públicos dos valores desviados ou subavaliados em privatizações e perdões fiscais
- Investimento em **infraestrutura social** (escolas, hospitais, estradas) como forma de reparação histórica

2. Áreas Sociais (60% da economia anual)

- **Saúde:** R\$ 9–13 bilhões/ano
- **Educação:** R\$ 8–12 bilhões/ano
- **Segurança:** R\$ 6–9 bilhões/ano
- **Assistência Social:** R\$ 4–6 bilhões/ano

3. Fortalecimento do Controle e Transparência

- Auditoria permanente sobre concessões, privatizações e benefícios fiscais
- Criação da **Comissão Nacional da Verdade sobre o Patrimônio Público (CNVPP)** para investigar e documentar os atos lesivos desde 1985

OBSERVAÇÕES IMPORTANTES

1. **Estimativas conservadoras:** Baseadas em dados oficiais e experiências anteriores

2. **Implementação progressiva:** Economia plena em 2 a 3 anos
3. **Custos de transição:** Já deduzidos dos valores líquidos
4. **Base legal:** Todas as medidas com amparo constitucional
5. **Reparação histórica:** A economia futura é apenas o primeiro passo para cobrir o passivo de **R\$ 1,1 trilhão**

CONCLUSÃO

A reforma não é apenas fiscalmente viável, mas **moralmente necessária**. Ela representa o mais avançado instrumento legal em defesa do patrimônio do povo brasileiro, permitindo:

- Responsabilizar agentes públicos e privados que dilapidaram o erário
- Recuperar ativos desviados
- Assegurar que os recursos públicos sejam efetivamente utilizados em benefício da população
- **Reparar, ainda que parcialmente, o prejuízo histórico de R\$ 1,1 trilhão acumulado desde 1985**

O povo, verdadeiro titular da riqueza nacional, clama por justiça, reparação e um Estado eficiente a seu serviço.

OBSERVAÇÃO= COMO SE TRATA DE UM RESUMO NÃO ABRANGE TODA A PROPOSTA DA LEI! RECOMENDA-SE LER O PROJETO ORIGINAL!

RESUMO DE CADA PROPOSTAS DE LEI

01-REFORMA ADMINISTRATIVA

Destacando seus eixos principais, medidas concretas e o impacto fiscal estimado.

Resumo Executivo: Proposta de Reforma Administrativa

Objetivo Central

Modernizar o Estado, otimizar a gestão pública, reduzir custos e direcionar recursos para áreas prioritárias (Saúde, Educação e Segurança), promovendo eficiência, meritocracia e transparência.

Eixos Principais e Medidas-Chave

1. Reestruturação do Estado (Capítulo I)

- **Consolidação de Ministérios:** Fusão de pastas com funções sobrepostas (ex: Economia, Gestão e Inovação, Infraestrutura e Cidadania).
- **Descentralização:** Transferência de competências e recursos para estados e municípios via um **Fundo de Descentralização** e contratos de gestão com metas.

2. Regime de Contratação e Estabilidade (Capítulo II)

- **Fim da Estabilidade Automática:** A estabilidade do servidor fica condicionada as avaliações de desempenho semestrais.
- **Demissão por Desempenho:** Possibilidade de demissão após duas avaliações consecutivas "insatisfatórias".
- **Limite para Contratações Temporárias:** Máximo de 20% do quadro efetivo, sem recondução por mais de dois anos no mesmo cargo.

3. Modernização da Gestão Pública (Capítulo III)

- **Digitalização:** Criação de uma **Plataforma Digital Única** para todos os serviços públicos, com meta de 100% de disponibilidade em 3 anos.
- **Gestão por Resultados:** Até 50% da remuneração variável de dirigentes vinculada ao cumprimento de metas. Publicação trimestral de relatórios de desempenho.

4. Benefícios e Remuneração (Capítulo IV)

- **Teto Remuneratório:** Subsídio máximo para qualquer cargo público não pode exceder **10 vezes o salário mínimo nacional**.
- **Corte de Benefícios:** Extinção do auxílio-moradia para todos e do auxílio-alimentação para servidores com renda superior a R\$ 10 mil.

5. Reforma Previdenciária (Capítulo VI)

- **Alinhamento ao RGPS:** Idade mínima de 65 anos (homens) e 62 anos (mulheres).
- **Fim das Aposentadorias Integrais:** Cálculo do benefício com base na média de todas as contribuições, aplicando o teto do RGPS. Mantém-se a integralidade apenas para 35/40 anos de contribuição.
- **Pensão por Morte:** Fim da vitaliciedade (prazo máximo de 12 meses), sem acumulação com outros benefícios.

6. Meritocracia e Capacitação (Capítulo VII)

- **Progressão na Carreira:** Vinculada a avaliação de desempenho anual e comprovação de capacitação.
- **Programa de Capacitação:** Oferta de 100 horas anuais de treinamento por servidor.

7. Cargos Comissionados (Capítulo VIII)

- **Limitação Numérica:** Máximo de **5%** do quadro efetivo de cada órgão.
- **Requisitos para Nomeação:** Experiência mínima de 5 anos e aprovação em avaliação técnica.

8. Políticas Públicas Eficientes (Capítulo IX)

- **Prioridade Orçamentária:** Saúde, educação e segurança devem receber, no mínimo, **60%** da despesa primária discricionária.

- **Avaliação de Impacto Regulatório (AIR):** Análise custo-benefício obrigatória para novas políticas e reavaliação das existentes a cada 3 anos.

Impacto Fiscal Estimado

A reforma tem o potencial de gerar uma **economia líquida conservadora** para os cofres públicos:

- **Economia Anual:** Entre **R\$ 44 bilhões e R\$ 65 bilhões**.
- **Economia em 5 Anos:** Entre **R\$ 220 bilhões e R\$ 325 bilhões**.

Principais Fontes de Economia:

1. **Reforma do Judiciário:** R\$ 15 - 20 bi/ano
2. **Reforma Previdenciária:** R\$ 10 - 15 bi/ano
3. **Redução de Benefícios:** R\$ 5 - 8 bi/ano
4. **Teto Salarial:** R\$ 4 - 6 bi/ano
5. **Limitação de Cargos Comissionados:** R\$ 2 - 4 bi/ano
6. **Redução de Parlamentares:** R\$ 3 - 4 bi/ano
7. **Combate a Fraudes:** R\$ 3 - 5 bi/ano
8. **Fim de Isenções para Igrejas:** R\$ 2 - 3 bi/ano

Disposições Finais

- A reforma entra em vigor **180 dias** após sua publicação.
- As medidas serão implementadas por meio de decretos regulamentares e alterações legais específicas.

Anexo: Proposta de Redução de Danos no SUS (Resumo) A proposta anexa, inspirada em modelos internacionais (Portugal, Suíça), sugere uma política alternativa à "guerra às drogas" no âmbito do SUS, baseada em evidências e humanização.

Pilares do Programa:

- **Centros de Atendimento Integrado (CAIs):** Unidades especializadas para atendimento supervisionado e multidisciplinar.
- **Atendimento Médico e Psicossocial:** Dosagem controlada, terapia e desenvolvimento de projetos de vida.
- **Inclusão da Família e Comunidade:** Grupos de apoio e oficinas de reinserção social e laboral ("Costelão Familiar").

Implementação: Seria feita em fases (Piloto, Expansão Gradual e Consolidação Nacional), exigindo adaptações legislativas e um forte protocolo ético focando no **consentimento informado** e no **combate ao preconceito** através de educação comunitária.

02-REFORMA DO JUDICIÁRIO

Resumo da Proposta de Reforma do Judiciário

O objetivo central da proposta é reduzir custos, acabar com privilégios e aumentar a transparência e eficiência do Poder Judiciário, alinhando-o às regras do setor privado e à realidade socioeconômica do país.

Principais Medias Propostas:

1. **Teto Remuneratório Geral:** Estabelece um teto máximo de **10 salários mínimos** para todos os magistrados e servidores, incluindo os Ministros do STF. É proibido qualquer benefício que ultrapasse esse limite.
2. **Fim de Benefícios e Privilégios:**
 - a. **Extinção do auxílio-moradia** para todos.
 - b. **Auxílio-alimentação** com valor limitado e escala decrescente (quem ganha mais, recebe menos).
 - c. **Fim de licenças remuneradas** como licença-prêmio e afastamentos para estudo com salário integral.
3. **Reforma Previdenciária:**
 - a. **Idade mínima** igual à do INSS: 65 anos (homens) e 62 anos (mulheres).
 - b. **Fim da integralidade e paridade.** A aposentadoria será calculada pela média de todas as contribuições, respeitando o teto do INSS.
4. **Gestão e Transparência:**
 - a. Criação de um **Conselho Nacional de Supervisão do Judiciário** com participação da sociedade civil para vetar nomeações e fazer auditorias.
 - b. **Portal de transparência** com todos os gastos e produtividade de cada magistrado.
 - c. **Jornada de 40h semanais** com registro de ponto eletrônico.
5. **Outras Mudanças:**
 - a. Progressão na carreira por **mérito e produtividade**, não mais por tempo de serviço.
 - b. Fim de **planos de saúde de alto padrão** custeados pelo erário.

c. Mudanças nas **pensões por morte**, que deixarão de ser vitalícias.

Impactos e Benefícios Esperados:

- **Economia Financeira:** Estimativa de economia de **R\$ 15-20 bilhões/ano** para os cofres públicos.
- **Justiça Fiscal:** Fim da distorção onde servidores possuem regras mais vantajosas que os cidadãos que os sustentam.
- **Controle Social:** Maior fiscalização da sociedade sobre gastos e atuação do Judiciário.
- **Fim de Privilégios:** Equiparação das condições de trabalho e aposentadoria às vigentes no setor privado.

Em síntese: A proposta busca criar um Judiciário mais enxuto, transparente e alinhado com a realidade do país, substituindo uma cultura de privilégios por uma de mérito, eficiência e controle social.

03-PARCIALIDADE DO JUIZ

Resumo da Proposta de Reforma: Lei TRI-Jus

Objetivo Central: Quebrar a autorreferencialidade do Poder Judiciário, combater a parcialidade e a influência política, e restaurar a confiança social na Justiça.

A proposta é organizada em cinco eixos interligados, criando um ciclo de **Mérito** → **Transparência** → **Responsabilização**.

Eixos Principais e Medidas Concretas

EIXO 1: SELEÇÃO E CARREIRA POR MÉRITO

Objetivo: Acabar com as indicações políticas e privilegiar o mérito objetivo.

- **Lista Tríplice Obrigatória:** Estender para todas as promoções e cargos de cúpula (Desembargadores, Ministros), baseada exclusivamente em critérios objetivos (tempo de serviço, produtividade, avaliação técnica por pares).
- **Avaliação de Desempenho Periódica:** Criação de um sistema nacional (SINAD-M) com métricas como qualidade técnica das decisões, taxa de reforma por instâncias superiores e cumprimento de prazos. Resultados afetam promoções.
- **Diversidade:** Estabelecimento de cotas em concursos para negros, indígenas, PCDs e mulheres.

EIXO 2: TRANSPARÊNCIA RADICAL E CONTROLE SOCIAL

Objetivo: Abrir a "caixa preta" do Judiciário ao escrutínio público.

- **Portal Nacional de Decisões:** Plataforma pública e gratuita com todas as decisões judiciais do país, indexadas e pesquisáveis.
- **Declaração Pública de Interesses:** Magistrados devem manter registro público de vínculos familiares, financeiros, filiações e doações políticas. O sistema cruza esses dados com os processos para sugerir impedimentos.
- **Auditoria por Cidadãos:** Criação de um Conselho de Cidadãos sorteados (como júris) para analisar confidencialmente amostras de decisões complexas e emitir pareceres públicos sobre sua imparcialidade.
-

EIXO 3: RESPONSABILIZAÇÃO ÁGIL E EFETIVA

Objetivo: Garantir que desvios de conduta sejam punidos de forma rápida e severa.

- **Prazos para Processos Disciplinares:** Estabelecimento de prazo peremptório de 6 meses para sua conclusão.
- **Penalidades Graduais e Automáticas:**
 - o 1ª ofensa grave: suspensão e curso de ética.
 - o 2ª ofensa grave: perda de cargo comissionado.
 - o 3ª ofensa grave ou corrupção: perda do cargo e inabilitação por 10 anos para cargos públicos.
- **Fim do Foro Privilegiado:** Magistrados seriam julgados pela Justiça comum, e não por seus pares.
-

EIXO 4: TECNOLOGIA E GESTÃO PARA IMPARCIALIDADE

Objetivo: Usar a tecnologia para eliminar vieses humanos na distribuição e análise de processos.

- **Sorteio Eletrônico Duplo-Cego:** A identidade das partes é ocultada do juiz no momento da distribuição do processo, impedindo a escolha de relator por notoriedade.
- **Análise de Dados para Vieses:** Desenvolvimento de algoritmos pelo CNJ para monitorar padrões decisórios estatisticamente anômalos (ex.: juiz que quase sempre decide a favor de uma empresa específica).

EIXO 5: FORMAÇÃO E CULTURA DE INTEGRIDADE

Objetivo: Mudar a cultura interna do Judiciário, focando em ética e combate a vieses.

- **Currículo Nacional Obrigatório:** Foco em Ética, Vieses Inconscientes (raça, gênero, classe) e Direitos Humanos na formação de magistrados.
- **Código de Conduta Reforçado:** Proibição explícita de participação em eventos patrocinados por partes com litígio frequente nos tribunais.

Instrumentos Legais Propostos

A reforma seria implementada através de três projetos de lei principais:

1. **Proposta de Emenda à Constituição (PEC):** Altera a CF para instituir a lista tríplice obrigatória, o fim do foro privilegiado e as vedações de participação em eventos patrocinados.
2. **Projeto de Lei Complementar (PLP):** Regulamenta o sistema de lista tríplice e os critérios do Sistema Nacional de Avaliação de Desempenho (SINAD-M).
3. **Projeto de Lei Ordinária:** Institui a Lei TRI-Jus, detalhando a criação do Portal de Decisões, do Conselho de Cidadãos, o regime de sanções, o sorteio duplo-cego, entre outras medidas.

Conclusão A **Lei TRI-Jus** se propõe a ser uma reforma estrutural e abrangente. Ela não se limita a punir a parcialidade após ocorrida, mas cria um **sistema de freios e contrapesos** que atua de forma preventiva (com transparência e sorteio cego), corretiva (com responsabilização ágil) e de fundo (com mérito na carreira e formação em ética), visando construir um Judiciário mais técnico, transparente e, consequentemente, mais imparcial.

04- PRISÃO SEGUNDA INSTÂNCIA

Resumo da PEC 04/2025

A Proposta de Emenda à Constituição n.º 04 de 2025 tem como objetivo principal **permitir a execução provisória da pena de prisão após a confirmação da condenação em segunda instância**, antes do trânsito em julgado final (decisão definitiva).

Principais Alterações Propostas:

1. **Modificação do Artigo 5º, LVII, da CF:**
 - a. Preserva o princípio de que "ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado".
 - b. **Cria uma exceção: permite** a execução da pena a partir da confirmação da condenação por um tribunal de segunda instância.

2. **Requisitos Obrigatórios para a Prisão:** A execução provisória só pode ser decretada se presentes dois requisitos, que devem ser analisados de forma fundamentada pelo tribunal:
 - a. **Fumus commissi delicti:** indícios robustos de autoria e materialidade do crime.
 - b. **Periculum libertatis:** Perigo concreto representado pela liberdade do condenado, como:
 - i. Risco à ordem pública ou à ordem econômica.
 - ii. Perigo de atrapalhar a instrução processual (investigação).
 - iii. Ameaça à integridade do sistema carcerário.
 - iv. Risco de o acusado cometer novos crimes.
3. **Garantias Processuais Incluídas (Novo §4º do Art. 5º):**
 - a. **Decisão Fundamentada:** O tribunal de segunda instância deve analisar expressamente os requisitos (fumus commissi delicti e periculum libertatis) em uma decisão irrecorrível para a acusação.
 - b. **Contraditório e Ampla Defesa:** O condenado tem o direito de se manifestar sobre a decretação da prisão.
 - c. **Liberdade até a Confirmação:** O acusado permanecerá em liberdade até que a condenação seja confirmada pelo tribunal de segunda instância.
 - d. **Recursos Superiores Preservados:** A prisão não impede que o condenado recorra aos tribunais superiores (STJ e STF). Se o recurso for aceito, ele será liberto imediatamente.

Justificativa da Proposta:

- **Combate à Impunidade:** Evita que condenados por crimes graves, com provas robustas, permaneçam em liberdade por anos ou décadas aguardando julgamento em instâncias superiores.
- **Efetividade da Justiça:** Busca dar maior celeridade e credibilidade ao sistema de justiça penal, atendendo a um anseio social por uma justiça mais eficaz.
- **Equilíbrio entre Garantias e Segurança:** A PEC não elimina o direito de defesa nem os recursos, mas busca equilibrar o princípio da não-culpabilidade com as necessidades de segurança pública e moralidade.

Em síntese: A PEC 04/2025 institui a **prisão após segunda instância**, mas não de forma automática. Ela condiciona a prisão ao cumprimento de **requisitos rigorosos** e à preservação de **garantias processuais**, com o intuito de tornar a justiça penal mais efetiva sem abolir os direitos fundamentais do cidadão.

Objetivo Central: Tornar o combate à corrupção mais rigoroso, equiparando crimes de peculato e corrupção aos hediondos e estabelecendo penas mais severas.

Principais Mudanças Propostas:

1. **Crimes Hediondos e Imprescritíveis:** Os crimes de peculato, corrupção passiva e corrupção ativa se tornam:
 - a. **Hediondos:** Sujeitos ao regime da lei de crimes hediondos (Lei 8.072/90), que é mais rigoroso.
 - b. **Imprescritíveis:** Podem ser julgados a qualquer tempo, não havendo um prazo para a ação penal expirar.
2. **Regime de Cumprimento de Pena Mais Rigoroso:**
 - a. **Piso de 10 Anos Fechado:** Todo condenado por esses crimes deverá cumprir, no mínimo, **10 anos em regime fechado** antes de poder pleitear progressão para um regime menos severo.
 - b. **Vedação Total da Progressão:** Se o valor do dano ao erário for superior a **100 salários mínimos**, fica **vedada qualquer progressão de regime**. A pena será cumprida integralmente em regime fechado.
3. **Aumento da Pena Mínima:** A pena mínima para o crime de peculato seria aumentada para **10 anos de reclusão** (é atualmente de 2 anos).
4. **Não Retroatividade:** As novas regras só se aplicariam a crimes cometidos após a entrada em vigor da PEC, não atingindo fatos anteriores.

Impacto Esperado: A proposta visa criar um marco legal histórico de combate à impunidade, assegurando que condenados por corrupção cumpram penas longas e efetivas, especialmente nos casos de grande monta (dano acima de 100 salários mínimos), onde não haveria chance de benefícios.

06- CONSTELAÇÃO NO JUDICIÁRIO

Resumo do "Projeto de Lei da Revolução Sistêmica do Judiciário"

O projeto propõe uma transformação radical no sistema judiciário brasileiro, substituindo o paradigma tradicional por um modelo baseado em métodos sistêmicos, terapêuticos e ancestrais.

Principais Eixos da Proposta:

1. **Criação de um Novo Sistema Judicial:** Institui um "Novo Paradigma Judicial" que integra:
 - a. Constelações Familiares.
 - b. Psicologia Junguiana.
 - c. Xamanismo Judicial.

- d. Justiça Restaurativa Quântica.
 - e. Direito Ancestral.
2. **Infraestrutura Sagrada:** Determina que os prédios do judiciário (fóruns e tribunais) sejam reformados para incluir:
- a. **Torre da Harmonização Familiar:** Com salas de constelação em realidade virtual.
 - b. **Praça da Justiça Ancestral:** Arena para constelações públicas massivas.
 - c. **Câmaras de Terapia Judicial:** Equipadas com tecnologia de biofeedback e aromaterapia.
3. **Novos Agentes e Carreiras:** Cria novas funções dentro do sistema, como:
- a. **Juiz Constelador:** Requer vivência em comunidades tradicionais e pode ordenar "cirurgias energéticas" em processos.
 - b. **Facilitador Sistêmico Penal:** Atua com mediação usando ferramentas como tarô e regressão.
 - c. **Guardião dos Campos Morfogenéticos:** Responsável pela "limpeza energética" dos autos processuais.
4. **Rituais e Procedimentos Novos:** Altera o processo legal para incluir:
- a. **Audiência Pré-Constelar Obrigatória:** Com uso de bonecos e mapa astrológico das partes.
 - b. **Sentença em Formato de Curta-Metragem:** Produzida por cineastas.
 - c. **Recurso em Transe Hipnótico:** Para análise do caso em "estado ampliado de consciência".
5. **Formação e Financiamento:**
- a. Cria a **Universidade da Justiça Sistêmica** com cursos como "Direito Constelar" e "Engenharia de Realidades Judiciais".
 - b. Estabelece fontes de recursos alternativas, como um "Imposto Sobre Conflitos Familiares" e o redirecionamento do teto de salários de magistrados.
6. **Justificativa e Implementação:**
- a. **Justificativa:** Baseia-se na "Cura da Memória Judicial" e na integração de saberes ancestrais para criar o primeiro "Judiciário 5D do mundo".
 - b. **Implementação:** Prevê um cronograma agressivo para extinguir o modelo tradicional, convertendo o STF em um "Tribunal Sistêmico" e presídios em "Centros de Cura Ancestral".

Conclusão: O projeto é uma sátira visionária que critica a lentidão e o formalismo do judiciário atual, propondo uma substituição completa por um sistema que prioriza a cura emocional e espiritual sobre a punição, usando uma linguagem que mistura direito, esoterismo e psicologia alternativa.

Resumo da Proposta de Criminalização do "Traidor da Pátria"

Objetivo Geral: Criar um novo crime de "traição à pátria" com status de crime hediondo e pena severa, contornando os obstáculos constitucionais.

1. Desafios Jurídicos Iniciais (Problemas a serem Superados)

- **Prisão Perpétua:** É expressamente proibida pela Constituição (Art. 5º, XLVII).
- **Pena de Morte:** Também é vedada, exceto em guerra declarada.
- **Dignidade da Pessoa Humana:** Princípio fundamental que pode ser invocado contra penas excessivas.
- **Traição Já Existente:** O Código Penal Militar já pune a traição (em contextos de guerra), com pena de 10 a 30 anos, mas não é considerado hediondo.

2. Solução Proposta: Uma PEC e uma Lei

Para contornar os desafios, a proposta é dividida em duas partes:

A) Proposta de Emenda à Constituição (PEC)

- **O que faz:** Altera a Constituição para incluir o crime de "traição à pátria" na lista de crimes hediondos.
- **Pena Estipulada: 30 anos de reclusão** – o tempo máximo permitido pela Constituição fora de cenários de guerra, evitando a prisão perpétua.
- **Direitos Suspensos:** O crime se tornaria **inafiançável** e insuscetível a anistia, graça, indulto ou liberdade condicional.

B) Anteprojeto de Lei (para regulamentar o crime)

- **O que faz: define** concretamente o que seria considerado "traição à pátria".
- **Condutas Incluídas:**
 - o **Espionagem:** Entregar informações sigilosas a potências estrangeiras.
 - o **Sabotagem:** Destruir infraestruturas críticas (energia, defesa) a serviço de interesse estrangeiro.
 - o **Colaboração Hostil:** Aliar-se a nação estrangeira para prejudicar o Brasil.
 - o **Ataque à Ordem Democrática:** Promover golpe de Estado com ajuda estrangeira.
- **Processo Penal Específico:**
 - o A ação penal precisa da autorização do Ministro da Justiça.
 - o O julgamento seria no **Superior Tribunal de Justiça (STJ)**.

- o Liberdade provisória seria praticamente vedada.

3. Pontos-Chave e Justificativas

- **Estratégia da Pena:** A pena de 30 anos é uma forma de instituir uma "prisão perpétua simbólica", já que é o máximo possível e sem direito a reduções.
- **Alinhamento com Crimes Graves:** Equipara a traição a outros crimes hediondos, como latrocínio e terrorismo, em termos de rigor processual.
- **Foco em Condutas Graves:** A lei tenta distinguir a traição de crimes políticos ou de opinião, focando em ações concretas que ameacem a soberania nacional com envolvimento estrangeiro.

Em síntese, a proposta busca criar o crime mais grave do ordenamento jurídico brasileiro para casos de traição nacional, usando uma combinação de emenda constitucional e lei ordinária para impor a pena mais severa possível dentro dos limites da Constituição.

08- STF 12 ANOS MANDATO

Resumo da PEC 08/2026

Objeto Principal: Estabelecer um limite temporal de 12 anos para o exercício de mandato de ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), com aplicação retroativa imediata.

Pontos-Chave da Proposta:

1. **Nova Regra de Limite:**
 - a. O mandato no STF será limitado a **12 anos** ou até o ministro completar **75 anos**, o que ocorrer primeiro.
2. **Aplicação Retroativa (Ponto Central):**
 - a. A regra valerá para **todos os atuais ministros**, contando-se o tempo de mandato a partir da data de sua posse original.
 - b. Ministros que já ultrapassaram qualquer um dos limites teriam **90 dias** para deixar o cargo.
3. **Impacto Imediato:**
 - a. Cinco ministros deixariam o cargo imediatamente: **Gilmar Mendes, Cármen Lúcia, Dias Toffoli, Luiz Fux e Rosa Weber**.
 - b. A abertura dessas vagas ocorreria nos primeiros 90 dias após a promulgação.
4. **Cronograma de Substituições:**
 - a. A PEC prevê um cronograma completo onde os demais ministros também seriam substituídos ao completarem 12 anos no cargo, com a última substituição ocorrendo em 2033.

5. Justificativa para a Retroatividade:

- a. **Fundamento Constitucional:** Argumenta que cargos públicos não são propriedade e que o interesse público prevalece sobre o direito individual.
- b. **Precedentes:** Cita, exemplos de Itália e Portugal que aplicaram mudanças retroativas.
- c. **Controle de Constitucionalidade:** Alega que o STF não poderia julgar a própria PEC, pois esta emana do poder constituinte derivado (Congresso Nacional).

6. Mecanismos de Transição:

- a. Estabelece prazos para a indicação de novos ministros pelo Presidente da República.
- b. Permite que o quórum do STF seja temporariamente reduzido para 5 ministros durante o preenchimento das vagas.

7. Benefícios Alegados:

- a. Promover igualdade, renovação urgente da Corte, fim do caráter vitalício do cargo e fortalecimento da democracia.

Conclusão do Resumo

A PEC propõe uma mudança radical e imediata na composição do STF, usando o instrumento de uma Emenda à Constituição para impor limites de mandato de forma retroativa, o que resultaria na substituição de quase toda a corte atual em um curto espaço de tempo, começando por cinco de seus onze integrantes.

09- COMBATE A CORRUPÇÃO, DELAÇÃO PREMIADA, LARANJA E JUÍZES PARCIAIS

Segue um resumo estruturado da proposta apresentada:

Resumo Executivo da Proposta de Combate à Corrupção

A proposta é um pacote legislativo abrangente, composto por uma **Proposta de Emenda à Constituição (PEC)** e um **Projeto de Lei Complementar**, com o objetivo de intensificar e institucionalizar o combate à corrupção no Brasil.

Principais Pilares da Proposta

1. PEC "*Da Limpeza Republicana e do Denunciante Protegido*"

A PEC propõe alterações constitucionais para criar um marco jurídico mais rígido.

- **Proteção e Incentivo ao Denunciante (Whistleblower):**

- o **Anonimato irretratável** em processos.
- o **Proteção policial** em caso de ameaça.
- o **Recompensa financeira** de até 5% do valor recuperado.
- o **Prioridade** em programas sociais e concursos públicos.
- o **Delação Premiada para "Laranjas"**: Quem colaborar espontaneamente pode ter a pena reduzida em até 50%.
- **Endurecimento de Penas:**
 - o Torna os crimes de corrupção, peculato, lavagem de dinheiro e organização criminosa **imprescritíveis e inafiançáveis**.
 - o **Equiparação de Magistrados**: Juízes e membros do MP condenados por esses crimes perderão vitaliciamente o cargo, aposentadoria e direitos políticos, como qualquer outro agente público.
- **Confisco Administrativo (Reversão do Ônus da Prova):**
 - o Permite o **confisco de bens** com valor incompatível com a renda declarada, cabendo ao proprietário provar a licitude da aquisição, via Controladoria-Geral da União (CGU).
- **Fundo Nacional Anticorrupção:**
 - o Cria um fundo financiado com 10% dos recursos recuperados para pagar recompensas, custear investigações e proteger testemunhas.

2. Projeto de Lei Complementar

Regulamenta os dispositivos constitucionais propostos, com foco em punições severas e específicas.

- **Para Agentes Públicos (Juízes, MP, etc.):**
 - o **Perda imediata do cargo** na condenação em primeira instância, sem necessidade de trânsito em julgado.
 - o **Prisão em estabelecimento comum**, sem alas especiais.
 - o **Perda do direito à aposentadoria compulsória**.
- **Para "Laranjas" e "Testas-de-Ferro":**
 - o **Responsabilidade solidária** por todos os valores movimentados.
 - o **Punições Cíveis e Financeiras** para os que não colaborarem:
 - ♣ Inclusão em cadastros de inadimplentes (como SERASA e SPC).
 - ♣ Impedimento de obter crédito por 15 anos.
 - o **Prisão por Omissão Informacional**: Negar-se a identificar mandantes ou apresentar documentos pode levar à prisão preventiva.
 - o **Benefícios para Colaboradores**: Além da redução de pena, podem obter isenção de sanções cíveis e substituição da pena privativa de liberdade.
- **Para Pessoas Jurídicas Envolvidas:**
 - o **Dissolução compulsória** da empresa.
 - o **Impedimento** de participar de licitações, receber incentivos fiscais ou atuar no mercado financeiro por **20 anos**.

Objetivos Estratégicos e Mecanismos

1. **Quebra da Lealdade Criminosa:** Cria um contraste estratégico entre a **punição severa** para quem não colabora e um "**caminho de redenção**" atrativo (com redução de pena e benefícios) para quem delatar, incentivando a delação contra os mandantes.
2. **Igualdade Perante a Lei:** Busca acabar com privilégios para autoridades, equiparando a responsabilidade de juízes e agentes públicos à dos demais cidadãos.
3. **Eficiência na Recuperação de Ativos:** O confisco administrativo e a criação de um fundo específico agilizam a apreensão de recursos desviados e financiam novas investigações.
4. **Institucionalização e Proteção:** Cria um sistema nacional e constitucionalmente amparado para proteger e recompensar denunciante, essencial para encorajar novas delações.

Em resumo, a proposta é um plano robusto que combina **endurecimento penal, incentivos à colaboração e medidas administrativas de impacto** para criar um ambiente de alto risco para atividades corruptas, focando especialmente em quebrar a estrutura das organizações criminosas através da figura do "laranja".

10- PRESÍDIOS HUMANO

Claro, eis um resumo conciso e estruturado da proposta revolucionária para o sistema prisional brasileiro:

Resumo 10: "Presídios Humanos" - Proposta de Revolução do Sistema Prisional Brasileiro

Ideia Central: Transformar o sistema prisional punitivo atual em um **modelo regenerativo focado na recuperação humana integral**, tornando o Brasil uma referência global em justiça restaurativa.

1. Princípios Fundamentais (A Filosofia)

- **Dignidade como direito inviolável.**
- **Recuperação** como objetivo central, não a punição.
- A **arquitetura** como ferramenta terapêutica.
- **Conexão permanente com a sociedade.**

2. Mudanças Concretas (O Modelo)

- **Novo Nome:** Presídios viram **Centros de Recuperação Humana (CRHs)**.
- **Arquitetura Humanizada:**
 - o Células individuais dignas (15m²), com luz natural.

- o Vilas terapêuticas (máx. 50 pessoas) com jardins e espaços coletivos.
- o Universidades, centros de saúde e fábricas-escola dentro dos presídios.
- **Fim de Práticas Desumanas:**
 - o Extinção da superlotação, solitárias como punição e revistas vexatórias.

3. Direitos e Recuperação do Detento

- **Plano Individual de Restauração** (avaliado mensalmente).
- **Renda Básica Prisional** (1 salário mínimo) por trabalho interno.
- **Acompanhamento pós-prisão garantido por 5 anos.**
- Remição de pena por estudo e trabalho.

4. Gestão e Transparência

- **Conselho Gestor Tripartite** (Estado, sociedade civil, ex-detentos).
- **Ouvidoria autônoma** com poder de intervenção.
- **Transmissão ao vivo 24h** para controle social.

5. Pilares de Sustentabilidade e Autossuficiência

- **Autonomia Alimentar:** Hortas, pomares e criação de animais de pequeno porte dentro dos presídios.
- **Tecnologia a Serviço da Recuperação (Prisões 4.0/5.0):**
 - o Agricultura de precisão com sensores IoT e drones.
 - o Energia solar, biodigestores e robótica leve.
 - o Cursos de programação, Web3 e gestão de cidades inteligentes.
- **Economia Circular:** Venda do excedente da produção (alimentos, produtos) gera renda para um fundo de ressocialização.

6. Implementação e Estratégia

- **Conversão Progressiva em 5 anos: começando** por projetos-piloto em 5 estados.
- **Mobilização Popular:** Campanhas como #PrisãoQueCura, petições online e pressão institucional.
- **Financiamento:** Redirecionamento de verbas do sistema atual, impostos sobre grandes fortunas e parcerias com empresas sociais.

7. Justificativa e Impacto Esperado

- **Problema Atual:** Sistema falido, com 80% de reincidência, superlotação e violação de direitos humanos.
- **Solução Proposta:**

- o **Redução drástica da reincidência** (inspirado no modelo da Noruega, que tem 20%).
- o **Economia de bilhões de reais** para os cofres públicos.
- o **Geração de negócios sociais** e profissionalização de detentos.
- o **Transformação de vidas**, criando uma sociedade mais segura e justa.

Conclusão: A proposta vai muito além de uma reforma; é uma **revolução civilizatória** que substitui a lógica do encarceramento em massa pela da **dignidade, oportunidade e regeneração social**.

11- CRIMES GRAVES ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Resumo da PEC: Crimes Graves contra a Administração Pública

Objetivo Principal: Tornar **inafiançáveis e imprescritíveis** crimes graves contra a administração pública e as finanças nacionais.

Proposta de Alteração: Modificar o inciso XLIV do art. 5º da Constituição Federal, que já trata de crimes inafiançáveis e imprescritíveis (como a ação de grupos armados contra a ordem constitucional).

Pontos-Chave da Proposta:

1. **Crimes Abrangidos:** A proposta atinge especificamente os crimes de:
 - a. **Corrupção**
 - b. **Peculato** (desvio de verbas públicas)
 - c. **Lavagem de Dinheiro**
 - d. **Organização Criminosa**
2. **Critério de Gravidade:** A imprescritibilidade e inafiançabilidade **não seriam automáticas** para todos os casos desses crimes. Elas só se aplicariam quando o crime, pela sua gravidade, for considerado um "atentado de igual magnitude" contra o patrimônio nacional. A gravidade será avaliada com base em:
 - a. **Valor envolvido** (ex.: acima de um certo patamar)
 - b. **Número de agentes públicos** participantes
 - c. **Gravíssimo prejuízo** causado aos cofres públicos e a políticas de Estado (como saúde e educação).
3. **Não Retroatividade:** A nova regra **só se aplicaria a crimes cometidos após a entrada em vigor da PEC**, respeitando o princípio constitucional de que a lei penal não retroage.

Justificativa da Proposta:

- **Combate à Impunidade:** Evitar que a morosidade do judiciário leve à prescrição de crimes de altíssimo impacto social, o que gera descrença nas instituições.

- **Equiparação de Gravidade:** A proposta argumenta que crimes de corrupção em larga escala causam um dano à nação tão grave quanto ataques armados à ordem constitucional, merecendo o mesmo rigor.
- **Segurança Jurídica:** A redação foi elaborada com critérios objetivos para evitar abrangência excessiva e focar apenas nos grandes casos de corrupção que afetam profundamente o país.

Em síntese: A PEC quer incluir os **crimes de corrupção de grande porte** na mesma lista de crimes hediondos da Constituição, tornando-os **imprescritíveis e inafiançáveis**, mas apenas para os casos mais graves e futuros.

12- FORÇAS ARMADAS

Resumo do Regime Jurídico dos Militares das Forças Armadas

O texto descreve o regime jurídico único que rege os membros das Forças Armadas brasileiras (Exército, Marinha e Aeronáutica), consolidado em um projeto de lei. Este regime é distinto do dos trabalhadores civis (CLT ou estatutários) e está baseado na **hierarquia e disciplina**.

Principais Características:

1. **Legislação Própria:** É regido por leis específicas (como a Constituição Federal, o Estatuto dos Militares e a Lei Complementar n.º 117/2004), e não pela CLT.
2. **Categorias:** Divide os militares em três categorias: da Ativa, da Reserva e Reformados.

Direitos e Vantagens:

- **Remuneração:** Composta por soldos (salários), 13º soldo, adicionais por tempo de serviço, gratificações e indenizações.
- **Auxílio-Alimentação:** Valor diário (até R\$ 40,00) com base em uma tabela progressiva decrescente, conforme a faixa salarial. Deve ser usado exclusivamente para alimentação e o valor não utilizado não é acumulativo.
- **Aposentadoria:** Regime próprio (RPPS Militar) com requisitos como 35/30 anos de serviço (homens/mulheres) ou por idade (mínimo de 60 anos).
- **Saúde e Assistência:** Atendimento em hospitais militares, licenças (maternidade de 180 dias, paternidade de 20 dias), auxílio-funeral e auxílio-moradia (em alguns casos).
- **Carreira:** Progressão baseada em tempo de serviço, mérito e cursos. Estabilidade após 10 anos de serviço.

Deveres e Restrições:

- **Proibição de Greve:** Militares não têm direito à greve.

- **Vedação Política:** Não podem filiar-se a partidos políticos ou manifestar posicionamento político em serviço.
- **Hierarquia e Disciplina:** Obediência rigorosa à cadeia de comando.
- **Prisão Especial:** Em caso de crimes comuns, a prisão ocorre em estabelecimento próprio.
- **Exclusividade de Serviço:** Não podem exercer outras profissões remuneradas sem autorização.

Diferenças em Relação aos Civis:

- Não têm acesso ao FGTS.
- Não podem formar sindicatos.
- A jornada de trabalho é flexível, incluindo plantões e prontidão.
- Crimes são julgados pela Justiça Militar.

Objetivo do Projeto de Lei Consolidado:

O texto final apresenta um **Projeto de Lei** que visa **consolidar e sistematizar** toda essa legislação dispersa em um único documento. O propósito não é criar novos direitos ou despesas, mas sim:

- Promover **segurança jurídica**.
- Oferecer **transparência**.
- Aumentar a **eficiência administrativa**.

A proposta reforça o caráter consolidador, mantendo as leis-base (como o Estatuto dos Militares) intactas e servindo como uma compilação autorizada e centralizada das normas existentes.

13- LEGISLATIVO

Resumo da PEC e Lei Complementar Proposta

O anteprojeto tem como objetivo principal promover uma **reforma administrativa e de custeio no Poder Legislativo**, com foco em **equidade, fim de privilégios e transparência**. A proposta se divide em uma PEC, que altera a Constituição Federal, e uma minuta de Lei Complementar para regulamentar os detalhes.

Principais Alterações Propostas pela PEC:

1. **Jornada de Trabalho de 40 Horas (§ 5º do art. 39):**

- a. Estabelece a jornada de 40 horas semanais para todos os servidores titulares de cargos efetivos do Poder Legislativo em todas as esferas (federal, estadual e municipal).
2. **Unificação do Regime Previdenciário (art. 115 do ADCT):**
 - a. **Extingue o regime próprio de previdência** para membros do Congresso, Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais.
 - b. **Aplica as regras de aposentadoria por idade do Regime Geral de Previdência Social (INSS)** a todos os parlamentares e servidores efetivos do Poder Legislativo.
3. **Limitação de Benefícios (§§ 11 e 12 do art. 37):**
 - a. **Proíbe** expressamente o pagamento de **auxílio-moradia** para ocupantes de cargos eletivos, detentores de mandatos e servidores públicos.
 - b. Determina que os demais benefícios e auxílios no Legislativo serão disciplinados por **lei complementar**, que deve observar os princípios da **economicidade, impessoalidade, moralidade e publicidade**. A concessão deve ter critérios de **proporcionalidade e necessidade**.
4. **Lei Complementar para Custeio (§ 4º do art. 149):**
 - a. Determina que uma lei complementar irá instituir o regime de custeio e concessão de benefícios para os trabalhadores do Poder Legislativo, seguindo as regras de economicidade estabelecidas.

Diretrizes da Lei Complementar Proposta:

Para regulamentar o § 12 do art. 37 da CF, a minuta de Lei Complementar estabelece regras específicas:

- **Auxílio-Alimentação:**
 - o **Valor máximo diário:** R\$ 40,00.
 - o **Tabela Progressiva Decrescente:** O valor recebido é reduzido conforme a faixa salarial.
 - ♣ Até 2 salários mínimos: 100% do valor (R\$ 40,00).
 - ♣ De 2 a 5 salários mínimos: 70% do valor (R\$ 28,00).
 - ♣ De 5 a 10 salários mínimos: 50% do valor (R\$ 20,00).
 - ♣ Acima de 10 salários mínimos: **não tem direito**.
 - o **Uso restrito:** só pode ser utilizado em estabelecimentos alimentícios, com comprovação mensal (ex.: cartão magnético restrito).
 - o **Não cumulatividade:** valores não utilizados são perdidos.
- **Outros Benefícios (Creche e Educação):**
 - o Seguem o mesmo modelo de **tabela progressiva decrescente** do auxílio-alimentação.
- **Planos de Saúde:**

- o **Proíbe** a concessão de planos de saúde de alto padrão custeados integralmente pelo poder público.
- o Determina a oferta de opções compatíveis com o **padrão do SUS suplementar**, com **coparticipação obrigatória** do servidor para despesas extras.

Eixos da Reforma (Visão Consolidada):

A proposta se organiza em quatro eixos centrais:

1. **Transparência e Controle Rígido:** Base de toda a proposta, com comprovação rigorosa dos gastos.
2. **Equidade e Fim de Privilégios Parlamentares:**
 - a. Extinção do auxílio-moradia.
 - b. Unificação previdenciária de todos (parlamentares e servidores) ao INSS.
 - c. Controle da verba de gabinete e passagens.
3. **Racionalização de Benefícios a Servidores:**
 - a. Jornada de 40 horas.
 - b. Teto progressivo para auxílio-alimentação, creche e educação.
 - c. Reformulação dos planos de saúde com coparticipação.
4. **Harmonização entre Categorias:**
 - a. Isonomia de benefícios básicos para todas as categorias (efetivos, comissionados e celetistas).
 - b. Limitação da terceirização.

Impacto Geral das Medidas:

*A PEC busca alinhar o Poder Legislativo à realidade da maioria dos brasileiros, eliminando regras de privilégio. A jornada de 40 horas e a aposentadoria pelo INSS são os símbolos máximos dessa equalização. A reformulação dos benefícios, com a lógica da tabela progressiva, visa transformá-los em um apoio real para quem mais precisa, promovendo **justiça fiscal e responsabilidade** no uso do erário.*

14- IGUALDADE TRÊS PODERES NO SISTEMA PREVIDENCIÁRIA

Resumo da PEC da Igualdade Previdenciária Sustentável

Objetivo Central: Estabelecer um regime previdenciário único e igualitário para todos os futuros servidores públicos, extinguindo privilégios, e promover a sustentabilidade financeira do sistema, com respeito aos direitos adquiridos

Principais Pontos da Proposta:

1. Fim dos Regimes Próprios para Novos Servidores (Art. 1º e 2º)

- Cria um **Regime de Previdência Unificado** para todos os agentes públicos que ingressarem após a promulgação da PEC, incluindo todos os Poderes (Executivo, Legislativo, Judiciário) e esferas (União, Estados, DF e Municípios).
- **Regras Únicas para o Novo Regime:**
 - o **Idade mínima:** 65 anos (homens) e 62 anos (mulheres).
 - o **Tempo de contribuição:** 25 anos.
 - o **Cálculo do benefício:** média de todas as contribuições, com acréscimo de 2% ao ano por tempo de contribuição beyond o mínimo.
 - o **Valor:** Mínimo de 1 salário-mínimo e máximo do teto do RGPS (Regime Geral de Previdência Social).
 - o **Fim da Integralidade e Paridade:** Expressamente proibidas.

2. Transição para Servidores Atuais (Art. 3º)

- **Direitos adquiridos são preservados** para os servidores já em exercício.
- Oferece uma **opção voluntária** de migrar para o novo regime.
- Aumenta progressivamente as **alíquotas de contribuição** para quem receber proventos futuros acima do teto do RGPS

3. Teto Progressivo para Novas Aposentadorias (Art. 4º)

- Estabelece um limite decrescente para o valor dos benefícios, partindo de **1,5 vez o teto do RGPS** e equalizando-o ao **teto do RGPS em até 6 anos**.

4. Regras Específicas para Categorias (Arts. 5º, 6º e 7º)

- **Professores da Educação Básica:** Idade reduzida (55 anos mulheres, 58 homens) e tempo de contribuição (25 anos mulheres, 28 homens).
- **Trabalhadores Rurais:** Idade reduzida (55 anos, mulheres, 58 homens) e tempo de contribuição 5 anos menor que o regime geral.
- **Pensão por Morte:**
 - o Corresponderá a **80%** do benefício do falecido, +10% por dependente (até 100%).
 - o Piso de 1 salário-mínimo e vedação de acúmulo se a soma dos benefícios superar 2 salários-mínimos.

5. Fontes de Financiamento (Art. 8º)

- Cria novas fontes de receita para garantir a sustentabilidade:

- o Alíquota de **1% a 3% sobre dividendos e lucros distribuídos** acima de 10 salários-mínimos.
- o Contribuição de **0,5% sobre transações financeiras de alta velocidade**.
- o Aumento de **1 ponto percentual** na contribuição patronal de grandes empresas.

6. Transparência e Controle Social (Art. 9º)

- Cria o **Sistema Nacional de Transparência Previdenciária**:
 - o Portal público com todos os benefícios pagos (identificação, valor e fundamento legal).
 - o Conselhos gestores com participação de governo, trabalhadores e aposentados.
 - o Relatórios bimestrais de sustentabilidade.

7. Vedações Expressas (Art. 10)

- Proíbe a criação de **novos regimes especiais**.
- Veda o cálculo de proventos com base **apenas no último salário**.
- Veda a **vinculação automática de reajustes** aos salários da ativa para futuros beneficiários.

8. Disposições Finais (Arts. 11, 12 e 13)

- Mantém a vigência da Emenda Constitucional nº 103/2019 (Reforma da Previdência) onde não houver conflito.
- Submete a PEC a um **Referendo Popular** dentro de 12 meses.
- Entra em vigor 90 dias após sua publicação.

Justificativas Sintetizadas (Conforme o Texto):

- **Viabilidade Constitucional e Política:** Respeita direitos adquiridos, tem transição gradual e busca legitimidade via referendo.
- **Justiça Social:** Acaba com privilégios para novas gerações de servidores, mantém proteções a professores e rurais, e elimina "superaposentadorias".
- **Sustentabilidade Fiscal:** Cria fontes de financiamento e reduz despesas futuras.
- **Controle Social:** Implementa transparência total e participação social.
- **Isonomia Real:** Estabelece as mesmas regras básicas para todos os trabalhadores, acabando com o "apartheid previdenciário".

Em resumo, a PEC propõe uma unificação do sistema previdenciário, onde todos os futuros servidores públicos seguirão regras similares às do setor privado, mantendo condições especiais apenas para professores e trabalhadores rurais, e criando mecanismos de financiamento e transparência para garantir a sustentabilidade do sistema a longo prazo.

15- REDUÇÃO NÚMERO DE PARLAMENTAR

Resumo da PEC (Texto Aprimorado) - Redução do Número de Parlamentares

Objetivo Principal: Reduzir o número de deputados federais e senadores para aumentar a eficiência administrativa, economizar recursos públicos e manter o equilíbrio federativo.

Alterações Propostas:

1. **Câmara dos Deputados:**
 - a. Número total reduzido de **513 para 260** deputados.
 - b. Mantém o sistema proporcional, mas estabelece um novo limite de **mínimo de 4 e máximo de 35** deputados por unidade da Federação (Estado, Distrito Federal e eventual Território).
2. **Senado Federal:**
 - a. Número total reduzido de **81 para 54** senadores.
 - b. Mantém o princípio majoritário e a representação igualitária, com **2 senadores** por unidade da Federação (o que já é a regra atual, mas o total cai devido ao número de unidades).
3. **Quórum de Votação:**
 - a. Inclui uma disposição para que os quóruns de votação (maioria absoluta ou qualificada) sejam calculados com base no **novo número total de parlamentares** ($260 + 54 = 314$).
4. **Transição:**

- a. A mudança só valerá a partir da **próxima legislatura** após a promulgação da PEC, respeitando os mandatos em curso.

Justificativas Principais:

- **Economia de Recursos:** Estima-se uma economia anual direta entre **R\$ 3 bilhões e R\$ 4 bilhões** com a redução de despesas com salários, verbas de gabinete e custeio.
- **Eficiência:** Um Congresso menor (de 594 para 314 membros no total) agilizaria a tramitação de leis e o processo deliberativo.
- **Representatividade:** Com 260 deputados para ~215 milhões de habitantes, cada parlamentar representaria em média **827 mil cidadãos**, alinhando-se melhor a práticas internacionais. Os limites mínimo e máximo garantem voz aos estados menores e representatividade proporcional aos maiores.
- **Equilíbrio Federativo:** A manutenção do Senado como casa revisora com representação igualitária dos estados é preservada. Em uma casa menor, o voto de representantes de estados menos populosos ganha mais peso relativo.
- **Exemplo Internacional:** O novo total de 314 parlamentares aproxima o Brasil de outras grandes federações, como os EUA, que possuem 535 parlamentares para uma população 50% maior.

Conclusão da Justificativa:

A PEC é apresentada como uma modernização necessária, um pacto pelo futuro que prioriza a eficiência, a economicidade e a credibilidade das instituições, demonstrando que o Poder Legislativo pode liderar, pelo exemplo, a transformação esperada pela sociedade.

16- VOTO DISTRITAL

Claro. Eis um resumo da **Proposta de Emenda à Constituição n.º 16, de 2025**, que institui o Voto Distrital Misto:

Resumo da PEC n.º 16/2025 - Voto Distrital Misto

Objeto Principal: A PEC propõe alterar a Constituição Federal para substituir o sistema eleitoral proporcional atual por um **Sistema de Voto Distrital Misto** para a eleição da Câmara dos Deputados, das Assembleias Legislativas e da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

Pontos-Chave da Proposta:

1. **Mudança no Sistema Eleitoral (Art. 1º):**
 - a. A Câmara dos Deputados e as casas legislativas estaduais e distrital passariam a ser eleitas por um sistema misto.
 - b. **Metade das vagas (50%)** seria preenchida por **voto majoritário em distritos uninominais**. O candidato mais votado em cada distrito é eleito.
 - c. A **outra metade das vagas (50%)** seria preenchida por **listas fechadas de partidos ou coligações**. O objetivo desta parte é compensar possíveis distorções do voto majoritário, garantindo que a representação partidária no total da casa seja mais proporcional aos votos recebidos pela legenda.
2. **Formação dos Distritos e Regras (Art. 1º, Parágrafo único):**
 - a. Uma **lei complementar** futura definirá os detalhes de implementação, incluindo:
 - i. A criação de distritos eleitorais com equilíbrio populacional (diferença máxima de 10% entre eles).
 - ii. A **vedação expressa ao "gerrymandering"**, que é a manipulação das fronteiras dos distritos para beneficiar um grupo político.
 - iii. As regras para as listas fechadas partidárias e o método de cálculo para distribuir as vagas de forma a garantir a proporcionalidade.
3. **Manutenção do Número de Representantes (Art. 45º-A):**
 - a. O número total de deputados por estado e do DF permanece inalterado. A mudança está apenas na *forma* de eleger essas vagas (metade por distrito, metade por lista).
4. **Competência para Demarcar os Distritos (Art. 2º):**
 - a. A própria Câmara dos Deputados e as assembleias legislativas serão responsáveis por demarcar os distritos em seus territórios, seguindo os critérios da lei complementar, com transparência.
5. **Disposições Transitórias e Prazos (Art. 3º):**
 - a. **Prazo de 12 meses** para a aprovação da lei complementar.
 - b. **Prazo de 18 meses** para o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) adaptar seus sistemas e procedimentos.
 - c. O Poder Executivo, com o Ministério da Educação e o TSE, deve promover **campanhas educativas** para explicar o novo sistema aos eleitores.
 - d. **Entrada em Vigor:** O sistema só será aplicado nas eleições gerais **após a completa implementação** dos itens acima. **Não valerá para as eleições de 2026** se os prazos não forem cumpridos.

Em síntese, a PEC 16/2025 propõe:

A adoção de um sistema eleitoral híbrido, onde o eleitor vota em um candidato local em seu distrito (voto majoritário) e, ao mesmo tempo, seu voto contribui para a eleição proporcional de candidatos de uma lista partidária. O objetivo declarado é combinar a representação local do distrital puro com a representação proporcional dos partidos, ao mesmo tempo que busca evitar distorções como o gerrymandering.

17- VÍNCULO COM O ESTADO DE 5 ANOS PARA CANDIDATAR

Resumo da PEC 17/2025 - Dos Critérios de Elegibilidade e Vínculo Territorial

Objetivo Central: Criar uma regra mais rígida para combater o "turismo eleitoral" (candidaturas de pessoas sem vínculo real com a região) e fortalecer o vínculo entre representantes e eleitores.

Principais Alterações Propostas:

1. **Domicílio Eleitoral de 5 Anos:**
 - a. É estabelecido o requisito de ter o domicílio eleitoral na circunscrição (Estado, Distrito Federal ou Município) por, no mínimo, **cinco anos**, contados até a data da eleição.
 - b. **Cargos Afetados:**
 - i. Governador e Vice-Governador
 - ii. Deputado Federal
 - iii. Deputado Estadual ou Distrital
 - iv. Prefeito e Vice-Prefeito
 - v. Vereador
2. **Vedação de Mudança de Domicílio em Ano Eleitoral:**
 - a. Fica proibido alterar o domicílio eleitoral nos **12 meses anteriores à eleição** para fins de candidatura.
 - b. **Exceções permitidas:** casos de força maior, calamidade pública, questões de saúde (própria ou de dependente), ou reassentamento decorrente de união estável/casamento. A comprovação deverá ser feita perante a Justiça Eleitoral.
3. **Vacatio Legis (Período de Transição):**
 - a. A PEC só produzirá efeitos após um período de vacância, permitindo que o sistema político se adapte.
 - b. **PEC 00/2025:** Entraria em vigor para as eleições realizadas **após 2 anos** de sua promulgação.
 - c. **PEC 17/2025 (versão similar):** Entraria em vigor para as eleições realizadas **após 3 anos** de sua promulgação.

Justificativas Apresentadas (Argumentos a Favor):

- **Combate ao "Turismo Eleitoral":** impede que candidatos com notoriedade momentânea ou brechas legais se candidatem em locais onde não possuem histórico ou compromisso.

- **Melhor Representatividade:** Garante que o candidato tenha vivenciado os problemas crônicos da região (saúde, educação, transporte) por um ciclo eleitoral completo, tornando-o mais apto a propor soluções efetivas.
- **Compromisso Autêntico:** Valoriza políticos com carreira construída a partir do trabalho de base e líderes comunitários locais, cujos projetos de vida estão ligados ao desenvolvimento da região.
- **Fortalecimento da Democracia:** Devolve a legitimidade ao processo eleitoral, assegurando ao eleitor que seu candidato é alguém que compartilha de seu cotidiano e de seu futuro.

Em síntese, a PEC propõe que, para concorrer a cargos eletivos majoritários e legislativos, o candidato precise comprovar uma residência eleitoral de longa data na região, com o objetivo de aprofundar a relação com a comunidade e inibir candidaturas de oportunidade.

18- REFORMA FISCAL

Visão Geral da Proposta

A proposta apresenta um plano abrangente para uma **reforma fiscal justa** e uma série de políticas sociais e institucionais, com o objetivo central de **reduzir a desigualdade** e promover um **crescimento inclusivo** no Brasil. O plano é inspirado em experiências nacionais de sucesso (como o Bolsa Família) e modelos internacionais, posicionando o Brasil entre os países com maior justiça social e tributária.

Resumo dos Pilares Principais

1. Reforma Fiscal Justa (O "Elefante na Sala")

- **Tributação Progressiva:** Foco em tributar a renda e o patrimônio dos mais ricos.
Inclui:
 - o Fim da isenção de dividendos (alíquotas de 15% a 35%).
 - o Criação do Imposto sobre Grandes Fortunas (IGF).
 - o Reforma do IRPF, tornando a tabela mais progressiva (até 35% para altos rendimentos) e isentando quem ganha até 3 salários-mínimos.
 - o Tributação progressiva de heranças.
- **Tributação Verde:** Criar impostos sobre a poluição e incentivos para práticas sustentáveis.
- **Combate a Privilégios:** Acabar com benefícios fiscais para grandes empresas e combater a sonegação fiscal.

- **Alívio para os Pobres:** Reduzir impostos sobre consumo (como a cesta básica, remédios e transporte público).

2. Fortalecimento de Políticas Sociais

- **Renda Básica Universal (RBU):** Implementar uma transferência de renda incondicional para famílias pobres.
- **Integração de Programas:** Unificar programas sociais (Bolsa Família, Auxílio Gás, BPC) para reduzir burocracia.
- **Salário Mínimo:** Vincular o reajuste ao custo de vida e à produtividade.

3. Investimento em Serviços Públicos de Qualidade

- **Saúde e Educação:** Ampliar o financiamento do SUS e da educação pública, com foco em creches, escolas integrais e acesso em áreas periféricas e rurais.
- **Moradia Digna:** Retomar programas de habitação popular e urbanização de favelas.

4. Transparência e Combate à Corrupção

- **Portal de Gastos Públicos:** Criar uma plataforma em tempo real para qualquer cidadão rastrear os gastos do governo.
- **Fortalecimento de Órgãos de Controle:** Dar mais autonomia e recursos à CGU, TCU e Ministério Público.
- **Orçamento Participativo:** Permitir que as comunidades definam prioridades de investimento.

5. Inclusão Produtiva e Reforma Agrária

- **Capacitação e Crédito:** Oferecer cursos profissionalizantes e apoiar micro e pequenos empreendedores.
- **Economia Solidária:** Fomentar cooperativas e agricultura familiar.
- **Reforma Agrária:** Regularizar terras para comunidades tradicionais e familiares, taxar latifúndios improdutivos e apoiar a agroecologia.

6. Reforma Política Antiprivilégios (PEC 17/2024)

- **Fim do "Turismo Eleitoral":** exigir domicílio eleitoral na circunscrição por **pelo menos 5 anos** para candidatos a cargos como governador, deputado, prefeito e vereador.
- **Vedação de Mudança de Domicílio:** Impedir a alteração do domicílio eleitoral nos 12 meses anteriores à eleição.
- **Objetivo:** Fortalecer o vínculo do político com a comunidade que representa, valorizando líderes locais e combatendo candidaturas oportunistas.

Impactos Esperados

- **Redução da Desigualdade:** O 1% mais rico passaria a contribuir proporcionalmente mais.
- **Crescimento Inclusivo:** Mais renda circulando na base da pirâmide econômica.
- **Investimento Social:** Geração de **R\$ 300 bilhões/ano** adicionais para saúde, educação e infraestrutura.
- **Sustentabilidade e Equidade:** A tributação verde financiaria a transição ecológica, e as políticas beneficiariam principalmente mulheres negras e periféricas.

Conclusão

A proposta se define como uma "**revolução ética**", que visa transformar o sistema tributário de regressivo (que penaliza os pobres) para progressivo (que taxa os mais ricos). O objetivo final é alinhar o Brasil a países com alta justiça social, como Suécia e Noruega, garantindo dignidade para a classe trabalhadora e fazendo com que os mais ricos paguem por uma "história de privilégios".

19- COAF

Resumo Executivo da PEC do "COAF Independente" (ANIF)

O objetivo central desta PEC é transformar o atual Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) em um órgão permanente, autônomo e independente, com status constitucional, denominado **Autoridade Nacional de Inteligência Financeira (ANIF)**.

Pontos Principais da Proposta:

1. Status e Autonomia Reforçados:

- **Órgão Constitucional:** A ANIF é instituída diretamente na Constituição Federal, tornando-a mais difícil de ser extinta ou modificada por leis ordinárias.
- **Autonomia Plena:** O órgão terá autonomia técnica, operacional, administrativa e financeira, com orçamento próprio e destacado na lei orçamentária, blindando-o contra pressões políticas e contingenciamentos.

2. Função Primordial:

- Prevenir e combater a lavagem de dinheiro, o financiamento do terrorismo, a corrupção, o crime organizado e outros crimes econômicos e financeiros.

3. Poderes Ampliados:

- **Requisitar Informações Diretamente:** Pode requisitar dados e documentos de qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, sem precisar passar por outro órgão, o que agiliza as investigações.
- **Cooperar Nacional e Internacionalmente:** Pode compartilhar informações de forma ágil com o Ministério Público, Polícia Federal, Receita Federal e órgãos internacionais.
- **Celebrar Acordos:** Pode firmar acordos com instituições financeiras para melhorar os sistemas de compliance.

4. Governança e Direção Colegiada:

- A ANIF será dirigida por um **Colegiado de 5 membros**, nomeados pelo Presidente da República após aprovação pelo Senado Federal.
- A composição do Colegiado é plural, com indicações de:
 - o Presidente da República (2)
 - o Ministério Público Federal (1)
 - o Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) (1)
 - o Controladoria-Geral da União (CGU) (1)
- Essa diversidade visa criar contrapesos internos e evitar o controle por um único grupo.

5. Estabilidade e Independência dos Dirigentes:

- **Mandato Fixo:** Os membros do Colegiado terão mandato de 4 anos, não coincidentes com o do Presidente.
- **Vedação à Recondução:** Impede a formação de laços de dependência com o Executivo.
- **Perda do Mandato:** Só ocorre por renúncia, condenação judicial definitiva ou processo administrativo no Senado Federal, garantindo ampla defesa.

6. Proteção contra Interferências:

- O texto prevê punições severas para qualquer agente público que tentar obstruir, interferir ou retaliar contra servidores da ANIF.
- As sanções incluem responsabilização administrativa, civil e criminal, com **perda do cargo** expressamente mencionada.

7. Disposições Finais:

- A PEC revoga dispositivos legais que tratavam do COAF na lei anterior.

- Entra em vigor na data de sua publicação, com os efeitos financeiros a partir do exercício orçamentário seguinte.

Conclusão do Resumo:

A PEC propõe a criação de uma **ANIF forte, independente e blindada contra influências políticas**. Ao elevar o órgão de inteligência financeira ao nível constitucional, dotá-lo de autonomia orçamentária, poderes de requisição direta, uma direção colegiada plural e mecanismos rígidos de proteção contra interferências, a proposta busca criar um instrumento mais eficaz e exemplar no combate ao crime organizado, à corrupção e à lavagem de dinheiro no Brasil.

20- PENSÃO FILHAS SOLTEIRAS

Resumo do Projeto de Lei n.º20 de 2025

Objetivo Geral: Combater fraudes e promover responsabilidade fiscal no sistema de pensões por morte, unificando e tornando mais rígidos os critérios para concessão e manutenção do benefício na União, Estados, DF, Municípios e no INSS.

Principais Mudanças nos Critérios da Pensão

1. **Fim do Benefício Vitalício para Filhas Solteiras:** Acaba com a regra que permitia que filhas solteiras recebessem a pensão indefinidamente, sem outros critérios.
2. **Novos Critérios para os Filhos:** O benefício para os filhos será concedido apenas:
 - a. Até os 18 anos; ou
 - b. Até os 24 anos, se estiverem cursando ensino superior ou técnico (com comprovação semestral); ou
 - c. Sem limite de idade, apenas em caso de incapacidade laborativa permanente e comprovada.
3. **Cônjuge/Companheiro:** Mantém o benefício vitalício, desde que a união existia na data do óbito.
4. **Teto do Benefício:** O valor da pensão não poderá exceder o teto do Regime Geral de Previdência Social (RGPS).

5. **Fim do Estado Civil como Critério:** A perda do benefício deixará de ser por casamento e passará a ser exclusivamente por não atender mais aos critérios de idade, estudo ou incapacidade.

Fiscalização e "Pente Fino"

1. **Revisão Geral:** Determina uma revisão ("pente fino") de **todas as pensões por morte já concedidas** no prazo de 24 meses.
2. **Objetivo da Revisão:** Verificar:
 - a. Se os beneficiários ainda se enquadram nos novos critérios legais.
 - b. A comprovação da união conjugal no momento do óbito.
 - c. A veracidade de laudos de incapacidade.
 - d. A regularidade dos pagamentos.
3. **Supervisão:** A revisão será feita pelos órgãos pagadores, com supervisão dos Tribunais de Contas, Ministério Público e Controladorias.

Penalidades e Controle

1. **Suspensão:** Benefícios irregulares serão suspensos.
2. **Punições:**
 - a. Para Servidores: Podem ser responsabilizados por **Improbidade Administrativa**.
 - b. Para Beneficiários: Podem ser acusados de **Estelionato**, obrigados a devolver os valores recebidos com correção e juros, e pagar multa.
3. **Canal de Denúncias:** Cria um canal público e anônimo para reportar suspeitas de irregularidades.

Disposições Finais

- **Vigência:** A lei entra em vigor 180 dias após sua publicação.
- **Direito Adquirido:** Os benefícios já concedidos na data da publicação **serão mantidos**, mas ficam sujeitos ao "pente fino" e às punições previstas.

Conclusão da Justificativa

O projeto se apresenta como um equilíbrio entre o respeito aos direitos da família e a necessidade de **responsabilidade fiscal**. Seu cerne é a modernização da lei para acabar com "distorções anacrônicas" (como a pensão vitalícia para filhas solteiras) e o combate direto às fraudes por meio de uma fiscalização rigorosa e punições severas, assegurando que o dinheiro público chegue apenas a quem tem direito legal.

21- CONTROLE DOS JUROS

Aqui está um resumo estruturado das principais ideias e propostas apresentadas no texto para combater os juros abusivos do cartão de crédito e outras formas de crédito ao consumidor.

O texto propõe um **combate multidimensional** aos juros abusivos, envolvendo ações do poder público, do sistema financeiro e da sociedade civil. As soluções são divididas em seis eixos principais, complementadas por dois modelos de projeto de lei.

Resumo das 6 Estratégias Principais

1. **Limitação Legal dos Juros (via Congresso e CMN):**
 - a. Estabelecer um **teto máximo** para os juros, inspirado no que já existe para o crédito consignado.
 - b. **Vincular as taxas** a um índice oficial, como a Taxa Selic ou INPC, mais uma margem de lucro controlada.
2. **Maior Fiscalização pelo Banco Central:**
 - a. **Exigir transparência total** sobre o Custo Efetivo Total (CET) antes da contratação de qualquer empréstimo.
 - b. **Punir práticas abusivas** com multas às instituições que cobrarem juros excessivos ou usarem cláusulas enganosas.
3. **Criação de Alternativas Públicas (Banco do Brasil e Caixa):**
 - a. Bancos públicos deveriam oferecer **cartões de crédito com juros baixos** (ex.: Selic + 10% ao ano) para forçar a concorrência do setor privado a baixar as taxas.
 - b. Ampliar **linhas de crédito emergenciais** acessíveis, como o empréstimo consignado público.
4. **Ação do Ministério da Justiça e Procon:**
 - a. Movimentar **ações judiciais coletivas** contra os bancos com base no Código de Defesa do Consumidor (CDC).
 - b. Promover **campanhas de educação financeira** para orientar a população a evitar o uso do rotativo do cartão.
5. **Pressão Popular e Mobilização:**
 - a. Criar **Projetos de Lei de Iniciativa Popular** para propor leis que limitem os juros.
 - b. Apoiar e pressionar pela aprovação de **projetos já existentes**, como o PL 3.885/2020.
6. **Judicialização (via STF e STJ):**
 - a. Levar ao Supremo Tribunal Federal (STF) a discussão sobre a **inconstitucionalidade** dos juros altos, com base no Art. 192 da Constituição.
 - b. Buscar no Superior Tribunal de Justiça (STJ) a **unificação de entendimentos** para definir patamares de juros que são considerados abusivos.

Propostas de Projeto de Lei (Modelos)

O texto apresenta dois modelos de projeto de lei, um mais pragmático e outro mais "revolucionário", com os seguintes pontos em comum:

Pontos-chave dos Projetos de Lei:

- **Estabelecimento de Tetos:** Definem percentuais máximos anuais para diferentes modalidades (ex.: rotativo a 30% ao ano, parcelamento a 12%).
- **Proibição de Práticas Abusivas:** Vedam o anatocismo (juros sobre juros) e o aumento unilateral de taxas.
- **Transparência Forçada:** Obrigam a exibição clara do Custo Efetivo Total (CET) e a comparação com outras opções de crédito.
- **Crédito Público Acessível:** Determinam que bancos públicos (Caixa, BB) ofereçam linhas de crédito com juros baixos.
- **Fiscalização e Penalidades:** Preveem multas pesadas para o descumprimento da lei.
- **Educação Financeira:** Incluem a obrigatoriedade de alerta nos contratos.

Ideias Inovadoras do Projeto "Revolucionário":

- Criação de um **Índice de Justiça Financeira (IJF)** para um teto dinâmico.
- **"Ícone de Vergonha Nacional"** em contratos com juros muito altos.
- **Tribunal Nacional de Crimes Financeiros** com poderes amplos, incluindo intervenção em bancos.

Conclusão Geral

O texto defende que **acabar com os juros abusivos exige uma ação conjunta** do Legislativo, Banco Central, Justiça e sociedade. Enquanto essas mudanças estruturais não acontecem, a recomendação para o consumidor é:

- **Evitar** ao máximo o uso do rotativo do cartão.
- **Negociar** dívidas diretamente com os bancos.
- Buscar **alternativas de crédito mais baratas**, como o empréstimo consignado.

22- BANCO CENTRAL

Segue um resumo da Proposta de Emenda à Constituição (PEC):

Objetivo Geral da PEC: Reintegrar o Banco Central (BC) à estrutura do Poder Executivo, redefine seus objetivos e cria um mecanismo de controle popular sobre a transferência de ativos nacionais.

Principais Mudanças Propostas:

1. **Fim da Autonomia do Banco Central:** O BC deixa de ser uma autarquia independente e volta a ser uma autarquia integrante do Poder Executivo. O Presidente da República passa a ter a competência privativa de definir a política monetária e as diretrizes para o funcionamento do BC.
2. **Nova Missão e Objetivos para o BC:** Além de garantir a estabilidade de preços (controle da inflação), o BC terá de perseguir explicitamente outros objetivos:
 - a. Promoção do desenvolvimento econômico sustentável.
 - b. Geração de emprego e renda.
 - c. Redução das desigualdades sociais e regionais.
 - d. Fomento ao crédito para pequenas e médias empresas.
3. **Controle Popular sobre Transferência de Ativos:** Fica proibida a transferência de recursos, ativos ou garantias do BC, ou do Tesouro Nacional para governos, ou instituições estrangeiras sem a realização de um **plebiscito popular**, aprovado pela maioria simples dos votos.
4. **Extinção dos Mandatos Atuais:** Os atuais diretores e o presidente do BC terão seus mandatos extintos imediatamente após a promulgação da PEC. O Presidente da República terá 30 dias para nomear novos dirigentes.
5. **Revogação da Emenda Anterior:** A Emenda Constitucional n.º 117/2024 (que concedeu autonomia ao BC) seria revogada.

Conclusão da Minuta:

A PEC é apresentada como uma medida que transforma o Banco Central em um instrumento de política econômica voltado para o desenvolvimento social, subordinando as decisões técnicas a finalidades sociais mais amplas e instituindo um mecanismo inédito de soberania popular sobre o patrimônio nacional. O texto é considerado pronto para ser submetido ao Congresso Nacional.

23- JUSTIÇA FINANCEIRA

Visão Geral

O projeto propõe um modelo para promover justiça social no sistema financeiro brasileiro **sem estatização total**, equilibrando a atuação de bancos públicos e privados sob uma regulação mais rígida e com foco na inclusão.

Principais Pilares do Projeto

1. **Papel Estratégico dos Bancos Públicos:**
 - a. Foco em setores negligenciados: agricultura familiar, micro e pequenas empresas (MPEs) e moradia popular.
 - b. Coexistência com a iniciativa privada, sem monopólio.

2. **Regulação de Lucros e Taxas:**
 - a. Criação de um imposto sobre **lucros bancários excessivos** (CSLFE).
 - b. Autorização para o Banco Central limitar o *spread* bancário.
 - c. Proibição de tarifas abusivas (como anuidade de cartão para baixa renda).
3. **Inclusão Financeira Real:**
 - a. Exigência de que bancos privados atendam regiões pobres (modelo similar ao *Community Reinvestment Act* dos EUA).
 - b. Criação do **Banco Postal Nacional** nos Correios.
 - c. Garantia de uma **conta digital gratuita** básica para todos os cidadãos.
4. **Combate à Discriminação no Crédito:**
 - a. Lei para punir o uso de **algoritmos discriminatórios** que usem CEP, raça ou etnia para negar crédito.
 - b. Criação de um fundo garantidor para empréstimos em periferias e áreas vulneráveis.
5. **Controle sobre Bancos Estrangeiros:**
 - a. Obrigação de reinvestir parte dos lucros no Brasil (em infraestrutura, energia limpa ou crédito para MPes).
 - b. Possibilidade de limitar a remessa de lucros ao exterior em crises cambiais.
6. **Educação Financeira e Defesa do Consumidor:**
 - a. Obrigação para grandes bancos investirem em programas de educação financeira para baixa renda.
 - b. Fortalecimento do PROCON para multar bancos por práticas abusivas.
7. **Moeda Digital Pública (Real Digital):**
 - a. Desenvolvimento do Real Digital como ferramenta de inclusão e redução de custos.
 - b. Garantia de que o dinheiro em espécie permaneça como opção, protegendo idosos e não digitais.

Conclusão e Justificativa Central

O projeto defende que é possível usar o sistema financeiro como vetor de **redução de desigualdades** sem adotar o socialismo ou a estatização total. O caminho proposto é:

- **Bancos públicos fortes** onde o mercado falha.
- **Regulação pesada** onde o mercado abusa.
- **Inclusão real** para quem é excluído.

A proposta se apresenta como uma medida técnica e viável para criar um sistema financeiro mais justo e ético, a serviço do desenvolvimento nacional.

1. Pacote Normativo para Priorização do Abastecimento Interno e Fortalecimento da CONAB

Este conjunto de propostas (PEC, PLP e Decreto) visa institucionalizar a política de "abastecer o Brasil primeiro", criando um marco legal integrado para garantir a segurança alimentar e a estabilidade de preços.

Principais Pilares:

- **Prioridade Constitucional (PEC):** Altera a Constituição para estabelecer que o abastecimento do mercado interno é prioritário. A exportação de produtos só poderá ocorrer após a comprovação de que a demanda nacional foi atendida.
- **Regulamentação por Lei Complementar (PLP):** Estabelece os critérios e mecanismos para operacionalizar a prioridade do mercado interno, incluindo:
 - o Condições para exportação (disponibilidade, preço acessível, estoques).
 - o Definição de produtos estratégicos sujeitos a restrições.
 - o Atribuição de poderes ao governo para impor medidas temporárias em crises (restrições a exportações, quotas, preços máximos).
- **Papel Central da CONAB:** A Companhia Nacional de Abastecimento é reforçada como instrumento fundamental do Estado para:
 - o Formar e gerir **estoques reguladores estratégicos** de alimentos básicos.
 - o Realizar operações de compra e venda para **estabilizar os preços**, especialmente durante a entressafra.
 - o Gerir um **Programa de Aquisição Estratégica** com metas anuais de estocagem.
- **Regulamentação Operacional (Decreto):** Detalha a implementação, definindo:
 - o A **lista de produtos estratégicos** (alimentos básicos, insumos agrícolas, combustíveis, medicamentos).
 - o Os **procedimentos** para os exportadores comprovarem o atendimento ao mercado interno (relatórios de estoque e vendas domésticas).
 - o **Sanções** por descumprimento (multas, suspensão de licenças).

Objetivo Geral: Criar um sistema robusto para evitar escassez e alta de preços de produtos essenciais, equilibrando interesses econômicos (exportação) com o bem-estar social (abastecimento interno), tendo a CONAB como principal ferramenta de execução.

25- CRIAÇÃO DE NOVOS MUNICÍPIOS

Objetivo da Lei

Estabelecer critérios rigorosos e um procedimento claro para a criação, incorporação, fusão e desmembramento de Municípios, conforme exige a Constituição Federal.

Requisitos Mínimos (Cumulativos)

A criação de um novo município depende do atendimento a todos os seguintes critérios:

1. **Populacional:** Possuir mais de 10.000 habitantes (comprovados por estudo recente). Para a Região Norte e áreas com relevância ambiental/indígena/difícil acesso, o requisito pode ser reduzido para 7.000 habitantes, desde que haja viabilidade econômica comprovada.
2. **Viabilidade Econômico-Financeira:** Comprovar capacidade de gerar receitas próprias que cubram **30% das despesas totais em 10 anos**, sem contar repasses do FPM e ICMS.
3. **Territorial e Urbano:** Ter um núcleo urbano consolidado com infraestrutura básica (estradas, água, energia, escola, posto de saúde) para ser a sede.
4. **Continuidade Territorial:** Ter território contínuo e com limites bem definidos, sem enclaves.
5. **Ambiental:** Apresentar estudo de impacto ambiental e plano de gestão que garantam a não agressão a áreas protegidas e a sustentabilidade.

Procedimento e Estudos Técnicos

O processo segue estas etapas:

1. **Proposta Técnica:** Elaboração de todos os estudos previstos pelos proponentes.
2. **Análise pela Assembleia Legislativa:** A proposta é enviada para uma **Comissão Técnica Multipartidária** com especialistas para avaliar a viabilidade.
3. **Plebiscito Obrigatório:** Se aprovada tecnicamente, a população dos municípios envolvidos (o que será desmembrado e o que ficará) vota em um plebiscito.
 - a. O resultado é **vinculante** e precisa ser aprovado pela maioria absoluta em **ambos os territórios**.
4. **Aprovação Legislativa:** Aprovado no plebiscito, um projeto de lei é votado na Assembleia Legislativa, necessitando de **maioria qualificada de 3/5** dos deputados.

Período de Transição (4 anos)

- **Primeiros 2 anos:** **gestão** administrativa compartilhada com o Estado e o município de origem para estruturar a nova prefeitura.
- **Próximos 2 anos:** **primeira** gestão municipal eleita, ainda com monitoramento e apoio técnico do Estado.
- A divisão de patrimônio, dívidas e servidores será feita com base em critérios técnicos de proporcionalidade.

Vantagens da Proposta

- **Evita Trauma Político:** Não mexe nos municípios já existentes, apenas regula a criação de novos.
- **Critérios Técnicos:** Substitui decisões meramente políticas por uma análise complexa de viabilidade.
- **Legitimidade:** Inclui a população via plebiscito, mas só após a comprovação da viabilidade técnica.
- **Segurança Jurídica:** Cria um roteiro claro, reduzindo judicializações.
- **Flexibilidade Regional:** Reconhece as diversidades do país, com regras slightly diferentes para certas áreas.

Conclusão do Autor

A proposta é apresentada como uma reforma administrativa **e necessária**, mais viável do que uma PEC para fundir municípios existentes. Ela exigiria uma grande coalizão no Congresso, mas resolveria um problema que persiste desde 1988, aprendendo com o fracasso da Emenda Constitucional 15/96 (derrubada pelo STF por não ser uma Lei Complementar).

26- APLICATIVO ESTATAL

RESUMO EXECUTIVO – PROJETO DE LEI DO APLICATIVO COOPERATIVO

OBJETIVO PRINCIPAL

Criar um **aplicativo público-cooperativo** para unir entregadores, motoristas de app e taxistas em uma **plataforma justa**, com taxas máximas de **10%**, transparência total e reinvestimento coletivo, combatendo a exploração de plataformas como Uber e iFood.

PILARES DA PROPOSTA

1. **Modelo Cooperativo**
 - a. Trabalhadores são **donos da plataforma** (via cooperativas).
 - b. Decisões por votação democrática.
 - c. Taxa de serviço limitada a **10%** (contra 25-35% das grandes plataformas).
2. **Direitos Garantidos**
 - d. Acesso a seguro de acidentes, auxílio-doença e fundo emergencial.
 - e. Proibição de bloqueio arbitrário de contas.
 - f. Piso mínimo de ganhos por serviço.
3. **Incentivos Estadais**
 - g. Isenção fiscal para cooperativas nos primeiros 5 anos.

- h. Linhas de crédito subsidiado para veículos e tecnologia.
 - i. Parcerias com Sebrae, universidades e BNDES.
4. **Integração de Categorias**
- j. União de **táxis, entregadores e motoristas** em um único app.
 - k. Governança compartilhada e sem exclusividade.

PRÓXIMOS PASSOS ESTRATÉGICOS

1. **Aprovação da Lei**
 - a. Encaminhar o Projeto de Lei ao Congresso com apoio de deputados e senadores.
 - b. Mobilizar a Frente Parlamentar da Economia Solidária.
2. **Alianças Políticas e Sociais**
 - a. Articular com sindicatos (ANR, FenaTaxi), centrais sindicais (CUT, UGT), MTST e partidos progressistas.
 - b. Criar um comitê nacional de mobilização.
3. **Pressão Popular**
 - a. Campanhas nas redes: **#AplicativoCooperativoJá** e **#ForaExploraçãoDigital**.
 - b. Abaixo-assinado nacional com meta de 1 milhão de assinaturas.
 - c. Atos públicos com trabalhadores em Brasília.
4. **Desenvolvimento do App**
 - a. Parceria com universidades para criar um protótipo (MVP).
 - b. Funcionalidades prioritárias: corridas de táxi, entregas, botão de emergência e taxas reduzidas.
5. **Comunicação e Engajamento**
 - a. Vídeos com depoimentos de trabalhadores.
 - b. Panfletagem em centros urbanos e programas em rádios comunitárias.

IMPACTO ESPERADO

- **Fim da precarização: trabalhadores** recebem 85% do valor dos serviços.
- **Autogestão:** Controle democrático sobre regras e investimentos.
- **Quebra de monopólios: concorrência** justa contra Uber/iFood.
- **Economia solidária: reinvestimento** em benefícios coletivos.

JUSTIFICATIVA SOCIAL

A proposta enfrenta a "escravidão moderna" das plataformas digitais, que burlam a CLT e impõem jornadas exaustivas com ganhos insuficientes. O modelo cooperativo assegura **dignidade, transparência e redistribuição de renda**, alinhando-se aos princípios constitucionais de valorização do trabalho e redução das desigualdades.

VIVA O POVO BRASILEIRO! TRABALHO DIGITAL JUSTO JÁ! ❤️ ❤️

"O POVO EM PRIMEIRO LUGAR – CHEGA DE EXPLORAÇÃO!"

27- ISENÇÃO FISCAL

Segue um resumo do modelo proposto:

Objetivo Central: Substituir o atual sistema de incentivos fiscais por um modelo técnico, transparente e com retorno garantido para o Estado, eliminando isenções ineficientes e a influência de lobistas.

Principais Fases e Mecanismos:

1. **Marco Zero (Revogação Geral):**
 - a. Todas os incentivos fiscais vigentes são revogados.
 - b. É dado um prazo (ex: 6 meses) para que as empresas que desejam continuar com os benefícios se submetam ao novo modelo.
2. **Reavaliação Técnica ("Pente Fino"):**
 - a. Um **Comitê Técnico de Análise de Impacto (CTAI)**, composto por especialistas de carreira e independentes (com mandatos fixos para blindagem política), fará a análise.
 - b. As empresas são avaliadas com base em uma **Matriz de Pontuação Pública** com os seguintes critérios:
 - i. **Custo-Benefício Fiscal (40%):** A empresa deve gerar mais receita para o Estado do que o valor do incentivo recebido.
 - ii. **Qualidade do Emprego (25%):** Salários devem ser significativamente acima da média regional, com programas de capacitação.
 - iii. **Transferência & Encadeamento (20%):** Forte integração com a economia local, comprando de fornecedores locais.
 - iv. **Sustentabilidade e ESG (15%):** Práticas ambientais e trabalhistas comprovadas.
 - c. **Decisão:** Com base na pontuação, o benefício é concedido integralmente, concedido com redução/condições, ou negado permanentemente.
3. **Novos Contratos com Transferência Obrigatória:**
 - a. Os incentivos são concedidos por **5 anos (renováveis por mais 5)** mediante um **Contrato de Desempenho e Transferência (CDT)**.
 - b. O CDT inclui cláusulas que obrigam a empresa a:
 - i. **Transferir Conhecimento:** Parceria com instituições de ensino públicas e workshops para empreendedores locais.
 - ii. **Transferir Tecnologia:** Mentorar PMEs e nacionalizar insumos.
 - iii. **"Success Fee" (Taxa de Sucesso):** O valor do benefício é proporcional ao cumprimento das metas.
 - iv. **Cláusula Antilobby:** Rescisão imediata do contrato e cobrança dos valores se for comprovado uso de lobby ilegal.
4. **Monitoramento Contínuo e Transparência:**
 - a. Criação de um **Portal da Transparência** com todas as auditorias, contratos e desempenhos publicados.

- b. Auditorias anuais de verificação e uma nova auditoria completa antes da renovação.

Conclusão do Modelo:

O modelo proposto é um sistema integrado que:

- **"Reseta" o sistema** através da revogação geral.
- **Avalia com rigor técnico** cada caso, cortando benefícios ineficazes.
- **Protege o erário** de pressões políticas com um comitê blindado e cláusulas anti lobby.
- **Transforma a isenção fiscal em um investimento ativo**, comprando desenvolvimento real por meio de transferência de conhecimento, tecnologia e empregos de qualidade para o Estado.

28- PROPAGANDA ENGANOSA BIG TECH

Claro, eis um resumo da proposta de lei, destacando seus pontos principais e a versão revisada mais rigorosa:

Resumo da Lei de Tolerância Zero contra Golpes Digitais

Esta lei proposta cria um marco legal extremamente rigoroso para combater golpes digitais no Brasil. Sua estratégia é multifacetada, focando em **repressão severa, responsabilização das plataformas, reparação às vítimas e prevenção**.

Pontos-Chave da Lei Proposta:

1. Criminalização e Penas Severas para Golpistas (Capítulo I)

- **Crimes Incluídos:** Uma ampla gama de golpes, como propaganda enganosa, estelionato, pirâmides financeiras, golpes românticos e fraude com criptomoedas.
- **Penas Rigorosas:**
 - o **Prisão:** De 8 a 20 anos em regime fechado inicial para prejuízos superiores a 50 salários mínimos.
 - o **Multas:** De 300% a 500% do valor do prejuízo.
 - o **Equiparação a Hediondos:** Impossibilidade de anistia, fiança, graça ou indulto.
- **Penas Acessórias:** Perda de bens, inclusão em cadastro que impede acesso a crédito e elegibilidade por 20 anos, e trabalho compulsório no sistema prisional.

2. Responsabilidade Solidária das Big Techs (Capítulo II)

- **Quem São:** Plataformas com mais de 1 milhão de usuários no Brasil que monetizam conteúdo.
- **Deveres:** Verificar anunciantes, usar IA para detectar golpes, remover conteúdo fraudulento em 24h e ressarcir vítimas em 72h.
- **Multas Pesadas:** Podem chegar a **1% a 10% do faturamento bruto** no Brasil (na versão revisada, **até 20%**), com suspensão de atividades e até o **banimento definitivo** do país por descumprimento reiterado.
- **Responsabilidade Pessoal:** Diretores e CEOs podem responder civil e penalmente.

3. Reparação e Direitos das Vítimas (Capítulo III)

- **Direitos:** Restituição integral do valor perdido, indenização por danos morais de 100% do prejuízo, e cobertura de despesas médicas, psicológicas e jurídicas.
- **Fundo de Reparação:** Criado com recursos de multas, leilão de bens apreendidos e uma contribuição compulsória anual das Big Techs.

4. Prevenção e Educação (Capítulo IV)

- **Educação Digital:** Torna-se disciplina obrigatória nas escolas, ensinando segurança digital, identificação de golpes e educação financeira.
- **Campanhas Públicas:** Campanhas mensais de conscientização em veículos de massa.

5. Central Nacional de Denúncias (Capítulo V)

- Cria uma central (CNDD) para receber denúncias 24/7, com poder de determinar o bloqueio de contas fraudulentas em até 6 horas e integração em tempo real com autoridades. Oferece recompensas a delatores.

Versão Revisada e Fortalecida (A Mais Rígida)

A versão final proposta incorpora ajustes para ser **a mais dura possível dentro da constitucionalidade**:

- **Estratégia "Equiparação a Hediondos":** em vez de criar um novo crime hediondo (o que é complexo), a lei determina que os crimes digitais terão o **mesmo regime inicial de pena dos hediondos: regime fechado**. O efeito prático é o mesmo para o criminoso.
- **Aumento Drástico de Penas:** As penas de reclusão são aumentadas em 1/3 à metade, mantendo a pena mínima de 8 anos para casos de alto valor.

- **Multas Insustentáveis para Big Techs:** A multa máxima sobe para **até 20% do faturamento bruto**, tornando o descumprimento financeiramente inviável, funcionando como um "banimento econômico".
- **Banimento Definitivo:** A redação é técnica e clara sobre o descredenciamento e banimento das plataformas que desrespeitarem a lei repetidamente.

Conclusão

A lei proposta representa uma mudança de paradigma, transformando o Brasil de um ambiente percebido como de baixo risco para golpistas em um dos **quadros legais mais severos do mundo** para crimes digitais, com **risco intolerável para os criminosos** e **responsabilidade inescapável para as plataformas** que os hospedam.

29- CANDIDATURA INDEPENDENTE

Resumo do Projeto de Lei: Candidaturas Independentes

Objetivo Principal: Regular a candidatura a cargos eletivos sem filiação partidária (candidaturas avulsas ou independentes) no Brasil, conforme previsto na Constituição Federal.

Pontos Essenciais:

1. **Cargos Abrangidos:** A lei permitiria candidaturas independentes para todos os cargos, incluindo Presidente da República, Senador, Deputados (Federal, Estadual e Distrital), Prefeito, Vice-Prefeito e Vereador.
2. **Requisitos para Candidatura:**
 - a. **Gerais:** Nacionalidade brasileira, idade mínima, pleno exercício dos direitos políticos e quitação com a Justiça Eleitoral.
 - b. **Apoio Eleitoral (Assinaturas):** O candidato precisa coletar um percentual de assinaturas do eleitorado, que varia conforme o cargo:
 - i. **Presidente:** 1% do eleitorado nacional, distribuído em pelo menos 10 estados.
 - ii. **Senador/Governador:** 1% do eleitorado do estado.
 - iii. **Deputados e Prefeito:** 0,5% a 1% do eleitorado da sua circunscrição.
 - iv. **Vereador:** 0,5% do eleitorado municipal.
3. **Direitos do Candidato Independente:**
 - a. **Acesso à Mídia:** Direito a tempo gratuito no rádio e na TV, proporcional ao número de assinaturas válidas coletadas.
 - b. **Participação em Debates:** Poderá participar de debates oficiais, desde que atenda aos critérios de relevância.
4. **Principais Vedações (Restrições):**

- a. **Sem Verba Pública:** É expressamente **proibido** o acesso a recursos do Fundo Eleitoral e do Fundo Partidário.
 - b. **Sem Estrutura Partidária:** Não pode usar a estrutura física ou financeira de partidos.
 - c. **Sem Filiação Tardia:** Não pode se filiar a um partido após o registro da candidatura.
5. **Prazos e Justificativa:**
- a. O prazo para coleta de assinaturas seria de seis meses antes das convenções partidárias.
 - b. A lei entraria em vigor para as eleições de 2026.
 - c. **Justificativa:** O projeto visa "democratizar o acesso ao poder político", reduzindo a dependência das estruturas partidárias e atendendo a um anseio por um modelo mais enxuto e menos oneroso ao erário.

Análise Anexada (Vantagem vs. Desafio):

- **Vantagem:** A proibição de uso de verbas públicas torna a proposta politicamente atraente, respondendo às críticas sobre o custo da política.
- **Desafio:** A dependência exclusiva de doações de pessoas físicas pode ser um obstáculo significativo para candidatos sem amplo apoio financeiro, embora o acesso ao horário eleitoral gratuito funcione como um contrapeso para dar visibilidade.

30- FORO DE PRERROGATIVAS

Objeto Principal da PEC

Restringir o **foro por prerrogativa de função** (foro privilegiado) apenas ao **Presidente da República em exercício**, eliminando esse direito para todas as outras autoridades.

Principais Alterações Constitucionais Propostas

1. **Mantém o Foro Apenas para o Presidente:** A competência para processar e julgar o Presidente da República, nos crimes comuns e de responsabilidade, durante o exercício do mandato, fica com o **Supremo Tribunal Federal (STF)**.
2. **Revoga o Foro de Outras Autoridades:** São revogados os dispositivos que concedem foro privilegiado a:
 - a. Vice-Presidente, Ministros de Estado, Comandantes das Forças Armadas.
 - b. Ministros do STF, Procurador-Geral da República e Advogado-Geral da União.
 - c. Deputados, Senadores, Governadores e outras autoridades perante o Superior Tribunal de Justiça (STJ), Tribunais de Justiça (TJs) e Tribunais Regionais Federais (TRFs).
3. **Fim do Foro com o Mandato:** A competência do STF para julgar o Presidente se extingue automaticamente com o término do mandato. Os processos em andamento são remetidos para a primeira instância (vara comum).

Disposições de Transição

1. **Remessa de Processos:** Processos em curso envolvendo autoridades que perderam o foro serão enviados aos juízos de primeira instância competentes em até **180 dias**.
2. **Suspensão de Prazos:** Os prazos processuais ficam suspensos por **60 dias** para a adequação e remessa.
3. **Reavaliação de Recursos:** Recursos que discutiam a competência por foro privilegiado serão reavaliados pelos tribunais superiores com base na nova regra.
4. **Leis Infraconstitucionais:** As leis ordinárias (como a Lei de Improbidade Administrativa) devem ser interpretadas de acordo com a nova regra até serem formalmente alteradas.

Fundamentação Técnica e Impactos Esperados

- **Redução de Casos no STF:** O objetivo é liberar o STF e outros tribunais superiores de um excesso de processos, permitindo que se concentrem em suas funções primordiais.
- **Equalização Processual:** Busca tratar autoridades e cidadãos comuns de forma igual perante a lei, após o exercício do mandato.
- **Segurança Jurídica:** A PEC estabelece regras claras e prazos realistas para a transição, evitando insegurança e prejuízos processuais.
- **Regulamentação Futura:** O Congresso Nacional terá **360 dias** para editar uma lei específica regulamentando o processo e julgamento do Presidente da República.

Em síntese

Esta PEC propõe uma mudança radical no sistema de foro por prerrogativa de função no Brasil, mantendo-o **exclusivamente para o Presidente da República enquanto estiver no cargo**. As demais autoridades passam a ser processadas e julgadas pela justiça comum de primeira instância, com regras detalhadas para a transição dos processos já em curso.

31- FUNDO ELEITORAL E PARTIDÁRIO NOVA FORMA DE FINANCIAMENTO

Resumo Executivo: Reforma do Financiamento Político (Lei da Democracia Participativa)

Objetivo Central:

Transformar radicalmente o sistema de financiamento político no Brasil, substituindo o modelo atual por um sistema, 100% **financiado por cidadãos**, com o objetivo de **reduzir a influência do poder econômico, promover a diversidade e fortalecer a transparência**.

Principais Mudanças:

1. **Fim dos Fundos Públicos:**
 - a. Extinção imediata do **Fundo Eleitoral** e do **Fundo Partidário**.
 - b. Os recursos economizados serão redirecionados para **Saúde (50%)**, **Educação Básica (30%)** e um **Fundo de Democracia Participativa (20%)**.
2. **Financiamento Exclusivamente Pessoal:**
 - a. **Proibição total** de doações por **pessoas jurídicas** (empresas).
 - b. Somente **pessoas físicas** podem doar, com um **limite anual de R\$ 1.000,00** por CPF.
3. **Sistema Nacional de Doações Políticas (SNDP):**
 - a. Criação de uma **plataforma única e centralizada** no TSE para todas as doações.
 - b. Características: **identificação por CPF, integração com PIX, transparência em tempo real e auditoria contínua por IA**.
4. **Mecanismos de Equalização para Promover Diversidade:**
 - a. **Match para Diversidade (3x):** Doações a candidaturas de mulheres, negros, indígenas e LGBTQIAP+ são triplicadas pelo sistema.
 - b. **Match Regional (2x):** Doações a candidaturas das regiões Norte e nordeste são dobradas.
 - c. **Crédito Democrático:** Todo cidadão terá **R\$ 100,00 em crédito** por ano para doar a campanhas.
 - d. **Dedução no IR:** 100% do valor doado pode ser deduzido do Imposto de Renda (até 3% do imposto devido).
5. **Tetos de Gastos por Cargo:**
 - a. Estabelecimento de limites rigorosos para gastos de campanha. Exemplos:
 - i. Presidente: R\$ 50 milhões
 - ii. Deputado Federal: R\$ 2 milhões
 - iii. Vereador: R\$ 200 mil
6. **Fiscalização e Penalidades Severas:**
 - a. Crimes como doação por "laranjas" ou burlar limites são considerados de **alta gravidade**.
 - b. Penas incluem **multas pesadas (10x o valor)**, **cassação de mandato** e **inelegibilidade por 8 anos**.

Implementação e Transição:

- A primeira eleição sob as novas regras será a **municipal de 2026**.
- Período de transição de **180 dias** para capacitação, adequação tecnológica e campanha de educação política.
- Criação de um **Comitê de Acompanhamento** com TSE, MPF, Polícia Federal e sociedade civil.

Impacto Esperado:

- **Devolver o poder político ao cidadão**, tornando-o o único financiador das campanhas.
- **Aumentar a diversidade** na representação política.
- **Garantir transparência radical** e prestação de contas em tempo real.
- **Reduzir drasticamente** o custo das campanhas e a influência de interesses corporativos.

Em resumo, a proposta visa criar um ecossistema político mais justo, diverso e sob o controle direto da sociedade, em contraposição ao modelo atual de financiamento por recursos públicos e empresas.

32- CARGOS DO PRIMEIRO AO TERCEIRO ESCALÃO

Claro. Segue um resumo estruturado da **Proposta de Emenda à Constituição (PEC)** e do **Projeto de Lei Complementar (PLP)** que a regulamenta.

Resumo Executivo: PEC e Lei da Técnica e Meritocracia

O conjunto de propostas visa uma reforma profunda no preenchimento dos cargos de alto escalão da administração pública, substituindo a indicação política pela técnica e pelo mérito.

1. Resumo da PEC (Proposta de Emenda à Constituição)

A PEC estabelece o **princípio constitucional** de que os cargos públicos de primeiro a terceiro escalão serão ocupados exclusivamente por técnicos qualificados.

Principais Pontos:

- **Ocupação por Técnicos:** Cargos do primeiro ao terceiro escalão (definidos em lei complementar) serão preenchidos **exclusivamente** via concurso público de provas e títulos, baseado em mérito, capacidade e qualificação.
- **Vedação de Nomeações sem Qualificação:** Proíbe a nomeação de pessoas sem experiência técnica ou formação acadêmica comprovada, exceto para cargos temporários de natureza política.
- **Exigências para Concursos:** Os concursos devem ter:
 - o Formação superior mínima na área.
 - o Comprovação de experiência profissional.
 - o Avaliação de conhecimentos específicos e habilidades gerenciais.
 - o Bancas examinadoras independentes.
- **Cargos em Comissão (DAS):** Mesmo os cargos em comissão (DAS) só poderão ser preenchidos por aprovados em concurso específico ou por pessoas com "notório saber" atestado por órgão técnico.

- **Regra de Transição:** Os atuais ocupantes terão **2 anos** para passar por uma avaliação técnica ou concurso, sob risco de exoneração.
- **Objetivo Declarado:** Combater o apadrinhamento político e a desprofissionalização, inspirando-se em modelos de sucesso como os de Singapura e Alemanha.

2. Resumo do Projeto de Lei Complementar (PLP)

O PLP é a lei que regulamenta a PEC, criando o mecanismo concreto para selecionar e nomear os técnicos para o alto escalão.

Principais Pontos:

- **Criação do CPNAET:** Institui o **Concurso Público Nacional para o Alto Escalão Técnico**, um concurso multiúso para formar um cadastro de reserva de gestores.
- **Banca Examinadora Central:** Cria uma banca independente composta por servidores de carreira, representantes de classes profissionais, do Ministério do Planejamento e da Controladoria-Geral da União (CGU).
- **Requisitos para Candidatura:**
 - o Nacionalidade brasileira.
 - o Curso superior.
 - o **Mínimo de 10 anos de experiência profissional** na área.
- **Etapas do Concurso (Eliminatórias e Classificatórias):**
 - o **Prova Escrita:** Conhecimentos em políticas públicas, governança, ética, direito administrativo e área específica.
 - o **Análise de Currículo e Títulos:** Experiência, pós-graduação (mestrado/doutorado), produção técnica.
 - o **Prova Prática (Assessment Center):** Simulações para avaliar capacidade gerencial, liderança, negociação e tomada de decisão.
 - o **Arguição Pública Final:** Apresentação e defesa de um plano de trabalho, com transmissão pública.
- **Cadastro Nacional (CNGP):** Os aprovados são classificados e inseridos no **Cadastro Nacional de Gestores Públicos**, com validade de 4 anos (prorrogável).
- **Nomeação Obrigatória do Cadastro:** A nomeação para qualquer cargo de alto escalão (inclusive DAS) deve ser feita a partir do CNGP. A autoridade (ex. Presidente) escolhe um dos **3 primeiros colocados** no cadastro para a área pertinente.
- **Exceções:** A regra não se aplica a:
 - o Cargos de natureza estritamente política (ex.: Ministros de Estado).
 - o Casos de "notório saber" reconhecido pela banca para áreas muito especializadas.
- **Regra de Transição:** Repete o prazo de 2 anos da PEC para que os atuais ocupantes se submetam ao novo concurso.

Síntese Geral

A **PEC** é a mudança na Constituição que **determina o "o quê"**: o Estado deve ser dirigido por técnicos de alto nível.

O **PLP** é a lei que **define o "como"**: cria um processo seletivo complexo e rigoroso (o CPNAET) e um cadastro de talentos (o CNGP) para implementar esse princípio, garantindo transparência e reduzindo a discricionariedade política nas nomeações.

Objetivo Final: Substituir a lógica do apadrinhamento político pela lógica da competência técnica e da meritocracia na gestão pública, visando maior eficiência, imparcialidade e redução da corrupção.

33- IPVA BENS DE LUXO

RESUMO DO PROJETO DE LEI - TRIBUTAÇÃO DE BENS DE LUXO

OBJETIVO PRINCIPAL: Criar imposto anual (IPVA) sobre bens de luxo sem qualquer tipo de isenção, aplicando o princípio da capacidade contributiva.

BENS ATINGIDOS: ✈ Aeronaves de uso recreativo/corporativo ⚓ Embarcações de recreio (iates, lanchas, jet skis) 🚗 Veículos terrestres acima de R\$ 500 mil ou 400 cv

REGRA PRINCIPAL:

- **IPVA de 4%** sobre o valor de mercado
- **Pagamento anual** em parcela única até agosto
- **Proibição total** de isenções ou benefícios fiscais

DESTINAÇÃO DOS RECURSOS: 🏥 40% para a Saúde 🎓 40% para a Educação 🚌 20% para Transporte Público

IMPACTO ESTIMADO: Arrecadação adicional de aproximadamente **R\$ 5 bilhões/ano** para áreas sociais prioritárias.

FUNDAMENTAÇÃO: Justiça fiscal - tributar quem tem maior capacidade contributiva, reduzindo privilégios fiscais e destinando recursos para políticas públicas essenciais.

STATUS: Proposta legislativa sujeita à aprovação do Congresso Nacional.

34- ISENÇÃO FISCAL IGREJAS

Claro, eis um resumo da Proposta de Emenda à Constituição (PEC):

Objetivo Central: A PEC propõe acabar com a imunidade tributária automática de que igrejas e entidades religiosas desfrutam hoje. Em troca do benefício fiscal, elas terão de cumprir regras rígidas de transparência e destinar parte de seus recursos a projetos sociais.

Principais Mudanças (Condições para a Imunidade):

1. **Transparência Total:** Publicação anual de relatórios financeiros detalhados e auditados, incluindo todas as receitas (dízimos, ofertas) e despesas (salários de pastores, etc.).
2. **Limite de Gastos Administrativos:** No máximo **40%** da receita bruta pode ser usada para custos internos, como manutenção, salários e benefícios aos líderes.
3. **Contrapartida Social Obrigatória:** No mínimo **35%** da receita bruta deve ser aplicada em projetos sociais abertos a todos (educação, saúde, combate à fome, etc.), sem discriminação religiosa.
4. **Responsabilidade Pessoal:** Líderes e administradores responderão com seu patrimônio pessoal por dívidas e irregularidades fiscais.

Consequências do Descumprimento (As "Punições"):

- A entidade que descumprir as regras **perderá a imunidade por 5 anos**.
- Deverá pagar **todos os impostos em atraso**, com uma **multa de 100%** sobre o valor mais juros.
- A fiscalização será feita pela Receita Federal, CGU, Tribunais de Contas e Ministério Público.

Destino dos Recursos Arrecadados:

- Todo o dinheiro arrecadado com impostos e multas das entidades que perderem a imunidade será destinado ao **Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS)**, para financiar programas de combate à pobreza e à fome.

Resumo Prático:

A PEC transforma a imunidade tributária em um "contrato social": as igrejas continuam isentas, mas precisam **provar que são transparentes** e **devolver à sociedade** parte significativa de seus recursos. Quem gasta mais consigo mesmo do que com a comunidade é tratado como uma empresa comum, pagando impostos, e esse dinheiro é redirecionado para projetos sociais que beneficiam a população como um todo. A punição, portanto, não é por ser de uma religião ou outra, mas por não cumprir a função social que justificava o privilégio fiscal.

35- RÁDIO TV CONCESSÃO FIM DO MONOPÓLIO

Aqui está um resumo do plano para democratização da mídia no Brasil:

Objetivo Central: Descentralizar o poder midiático, combater monopólios e garantir pluralidade de vozes na radiodifusão brasileira.

Principais Medias Propostas:

1. **Limites à Concentração de Propriedade:**
 - a. Nacional: Um grupo não pode controlar emissoras que atinjam mais de 15% da população
 - b. Regional/Estadual: Limite de 25% da população do estado/região
 - c. Municipal: Limite de 35% da população do município
2. **Fim da Propriedade Cruzada:**
 - a. Proíbe que um mesmo grupo controle diferentes tipos de mídia (TV, rádio, jornal, portal) no mesmo mercado
3. **Fortalecimento de Mídias Alternativas:**
 - a. Simplificação de licenciamento para rádios/TVs comunitárias
 - b. Financiamento público para mídias comunitárias
 - c. Fortalecimento da EBC (TV pública) com gestão independente
4. **Mecanismos de Participação e Transparência:**
 - a. Conselhos nacionais e estaduais de comunicação com participação da sociedade civil
 - b. Audiências públicas obrigatórias para novas concessões
 - c. Distribuição equitativa de verbas publicitárias governamentais
5. **Incentivo à Produção Independente:**
 - a. Cota de 20% da programação para conteúdo independente e regional
 - b. Editais públicos com cotas para grupos sub-representados
6. **Período de Transição:**
 - a. Prazo de 5 anos para adequação dos grupos atuais
 - b. Incentivos fiscais para venda a pequenos grupos e coletivos diversificados

Justificativa: O projeto busca superar o modelo concentrado atual, garantindo que o espectro radioelétrico - bem público - sirva efetivamente a toda sociedade brasileira, promovendo diversidade e pluralidade.

36- INVESTIGAÇÃO ONGS

Segue um resumo estruturado do Projeto de Lei:

Resumo do Projeto de Lei (CPI das ONGs)

Objeto: O projeto propõe a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) mista no Congresso Nacional para investigar as Organizações Não Governamentais (ONGs) que receberam recursos públicos ou firmaram parcerias com o governo federal.

Período de Investigação: De 1º de janeiro de 2011 a 31 de dezembro de 2023, abrangendo os governos de Dilma Rousseff, Michel Temer e Jair Bolsonaro.

Objetivos da CPI: A CPI terá como finalidade apurar:

- A **legalidade, legitimidade e economicidade** das transferências de recursos e das parcerias.
- Indícios de **desvios, superfaturamento, irregularidades** e conflitos de interesse.
- A **adequação** das ONGs aos seus objetivos sociais declarados e à legislação.

Poderes da CPI:

- Examinar documentos, contratos e prestações de contas.
- Ouvir representantes de órgãos públicos, testemunhas e especialistas.
- Requisitar informações de ministérios e outras entidades da administração pública.

Composição e Duração:

- Será composta por **11 senadores e 11 deputados federais**.
- Os trabalhos terão **duração de 180 dias**, podendo ser prorrogados por mais 180.

Resultado Esperado: Ao final, a CPI deverá apresentar um relatório com:

1. Conclusões sobre as irregularidades identificadas.
2. Recomendações para melhorar os controles sobre repasses a ONGs.
3. Encaminhamento de provas de possíveis ilícitos ao **Ministério Público Federal** e aos órgãos de controle.

Justificativa: O projeto argumenta que é necessário fiscalizar o uso de recursos públicos por ONGs para garantir **transparência, eficiência** e o cumprimento dos objetivos sociais, evitando, desvios de finalidade e prejuízos ao erário. A proposta se apresenta com um caráter **construtivo e de aprimoramento da gestão pública**, e não meramente punitivo.

37- FRAUDES EM PRIVATIZAÇÃO

Claro, eis um resumo da proposta de Emenda à Constituição (PEC):

Objetivo Central: Criar um mecanismo constitucional para responsabilizar servidores públicos e particulares envolvidos em fraudes em processos de privatização, desestatização e concessões realizados desde o início do governo Sarney, em 15 de março de 1985.

Principais Medidas e Mecanismos:

1. **Sanções Aplicáveis:** Para os condenados judicialmente, as penas incluem:
 - a. Perda do cargo público e inabilitação por 20 anos.

- b. Ressarcimento integral do dano ao erário, com correção monetária e juros.
 - c. Confisco de bens adquiridos com proveito ilícito.
 - d. Suspensão de direitos políticos por 10 anos.
- 2. **Abrangência:** Atinge servidores de todas as esferas (federal, estadual, municipal), membros de comissões de desestatização e empresários que tenham conspirado com agentes públicos.
- 3. **Imprescritibilidade:** A responsabilização independe de prescrição ou decadência, fundamentada na imprescritibilidade de crimes contra o patrimônio público.
- 4. **Reparação ao Cidadão (Mecanismo Chave):**
 - a. Todos os valores recuperados (ressarcimento, confisco e multas) serão destinados a um **Fundo de Reparação ao Povo Brasileiro**.
 - b. Este fundo será aplicado prioritariamente em Saúde Pública (SUS), Educação Básica (FUNDEB), redução da dívida pública e programas de transferência de renda.
 - c. Haverá também a previsão de **redução de tributos** (como PIS/COFINS sobre combustíveis e alimentos) como forma de devolver os recursos à população.
- 5. **Garantias Jurídicas:** A proposta assegura o devido processo legal, a ampla defesa e a individualização da pena, com sanções aplicadas apenas após trânsito em julgado.
- 6. **Implementação:** Caberá à AGU, MPF e Tribunais de Contas a apuração, com cooperação internacional para rastrear ativos. Inclui a possibilidade de inversão do ônus da prova quando houver indícios robustos de irregularidade.**Fundamentação Jurídica:** A PEC se baseia em princípios constitucionais já existentes, como a imprescritibilidade de crimes contra a administração pública (Art. 5º, XLII) e a responsabilidade objetiva do servidor por danos ao erário (Art. 37, §6º).

Em síntese: A proposta visa corrigir supostas irregularidades em privatizações das últimas décadas, punindo os responsáveis e, de forma inovadora, **canalizando os recursos recuperados diretamente para benefícios sociais e alívio tributário para a população**, criando um "ciclo virtuoso" de combate à corrupção.

38- CPI DÍVIDA PÚBLICA

Segue um resumo estruturado do Plano de Ação para investigar a Dívida Pública, conforme solicitado.

Resumo: Plano de Ação para Investigar a Dívida Pública Brasileira

1. Objetivo Central da Investigação Investigar a **legalidade, legitimidade e economicidade** da dívida pública federal, com foco em:

- **Superfaturamento de juros.**
- **Conflito de interesses** (ex.: "porta giratória" entre cargos públicos e bancos).
- **Conexão com outras corrupções** (se desvios em obras, por exemplo, forçaram o endividamento).
- **Identificação dos principais beneficiários** dos pagamentos.

2. Mecanismos de Investigação Possíveis

Mecanismo	Vantagens	Desvantagens	Requisitos / Como Funciona
CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito)	- Poderes de investigação (quebrar sigilos, convocar autoridades). - Alta visibilidade pública.	- É um instrumento político, sujeito a disputas e pode virar palanque. - Pode ser barrada por falta de apoio.	Assinaturas: - Câmara: 171 deputados. - Senado: 27 senadores. - Mista: 1/3 de cada casa.
Auditoria pelo TCU	- Via mais técnica e menos política. - Tem poder para determinar a restituição de valores ao erário. - Expertise em contas públicas.	- Menor visibilidade pública em comparação com uma CPI.	- Pode ser proposta por um parlamentar, cidadão ou instaurada de ofício pelo próprio TCU.

3. Principais Agentes Envolvidos e Beneficiários

- **Quem lucra com os juros:** bancos nacionais e estrangeiros, fundos de investimento (incluindo previdência privada), seguradoras e investidores pessoa física (via Tesouro Direto). O próprio governo (Banco Central, BNDES) também é credor.
- **Atores para mobilização:** para criar uma CPI, é crucial o apoio de **partidos políticos** (geralmente da oposição) e a **pressão da sociedade civil** (ex.: movimento Auditoria Cidadã, sindicatos, ONGs).

4. Focos Principais da Investigação

- **As "Rolagens" da Dívida:** Por que o governo constantemente emite nova dívida para pagar a antiga? As condições (juros, prazos) foram as mais vantajosas?
- **Taxa de Juros (Selic):** Como é definida pelo Copom? Há influência de grupos econômicos?

- **Opacidade e Complexidade:** A falta de transparência nos cálculos e contratos dificulta o controle social.
- **Porta Giratória:** A trajetória de ex-ministros e presidentes do Banco Central para instituições financeiras que lucraram com suas políticas.

139- CONSELHEIROS ESTATAIS

Claro, aqui está um resumo da proposta unificada para a profissionalização dos conselhos públicos e estatais.

Resumo Executivo: Profissionalização dos Conselhos Públicos e Estatais

Problema Central: A atual composição de muitos conselhos públicos e, especialmente, das estatais brasileiras é baseada em indicações políticas (apadrinhamento), e não em competência técnica. Isso gera ineficiência, desperdício de recursos, prejuízos bilionários e desconfiança da população.

Objetivo da Proposta: Substituir o modelo de loteamento político por um sistema de mérito e técnica, tornando os conselhos mais eficientes, éticos e alinhados com o interesse público. A proposta é dividida em dois eixos principais:

1. Princípios para Todos os Conselheiros (Municipais, Setoriais, Estatais): Estabelece um perfil ideal para qualquer conselheiro, baseado em:

- **Competência Técnica:** Domínio da área e das leis.
- **Habilidades Interpessoais:** Comunicação e mediação.
- **Ética e Transparência:** Priorização do interesse público.
- **Conexão com a Realidade Local:** Entendimento das necessidades da comunidade.
- **Capacidade de Gestão:** Noções de projetos e análise de dados.

Estratégias de Apoio: Capacitação contínua, planejamento estratégico, transparência total, uso de tecnologia e avaliação de desempenho.

2. Modelo Concreto para Estatais (Inspirado na Noruega): É a parte mais disruptiva da proposta, com regras rígidas para os conselhos de administração de empresas estatais.

- **Seleção por Mérito:**

- o **Requisitos Mínimos:** Pós-graduação, mais de 10 anos de experiência em alta gestão e certificação em governança corporativa.
- o **Vedação a Políticos:** Impedimento para políticos em exercício ou nos últimos 4 anos.
- o **Processo Técnico:** Recrutamento por headhunters independentes e aprovação final por um Comitê Paritário (governo, tribunais de contas, academia e entidades técnicas).
- o **Composição do Conselho:** 1/3 de membros independentes, 1/3 de especialistas de mercado e 1/3 de representantes do acionista controlador (Estado).
- **Remuneração Híbrida e Justa:**
 - o Combina um **teto salarial fixo** (ex.: R\$ 500 mil/ano para grandes estatais) com um **bônus por desempenho** (até 50% do fixo).
 - o O bônus está vinculado a lucro, metas de eficiência e indicadores ESG.
 - o Inclui uma **cláusula "malus" (clawback)** para recuperar bônus pagos com base em resultados fraudulentos.
- **Transparência e Responsabilização:**
 - o Divulgação pública de currículos, votações e remunerações.
 - o Avaliação anual de desempenho por órgãos de controle (TCU, CGU).
 - o Responsabilização civil e criminal por decisões que causem danos.

Mecanismo de Implementação: A forma proposta para tornar isso realidade é por meio de uma **emenda à PEC 14/2024 (Reforma Administrativa)**, incluindo um capítulo específico sobre "Governança Profissional em Empresas Estatais". A proposta já vem com a minuta da emenda pronta.

Argumentos e Dagens:

- **Dados Alarmantes:** 72% dos conselheiros de estatais não têm formação técnica (TCU, 2022). Prejuízo de estatais federais: R\$ 10 bilhões (2020-2023).
- **Comparativo Internacional:** A estatal norueguesa **Equinor** (com governança técnica) lucrou NOK 80 bilhões em 2023, enquanto a **Petrobras** (com gestão política) teve prejuízos bilionários em períodos recentes.
- **Benefícios para o País:** Fim do loteamento político, estatais lucrativas, atração de investidores e fortalecimento da economia e da confiança no Estado.

Conclusão: A profissionalização não é uma opção, mas um **imperativo** para um Estado eficiente e republicano. A proposta oferece um caminho claro, detalhado e inspirado em casos de sucesso internacional para transformar os conselhos em ferramentas de desenvolvimento, economizando bilhões e restaurando a confiança da sociedade.

40- IA COMBATE CORRUPÇÃO

Aqui está um resumo conciso de todo o projeto apresentado:

Sistema "Olho Que Tudo Vê" - IA Detetive

Objetivo Principal

Desenvolver uma IA que funcione como detetive digital para análise comportamental em interrogatórios, identificando possíveis mentiras através de múltiplos sinais.

Tecnologias Utilizadas

- **Visão Computacional:** Análise facial e microexpressões
- **Processamento de Linguagem Natural:** Análise de voz e padrões de fala
- **Sensores Biométricos:** Frequência cardíaca, sudorese (quando permitido)
- **Machine Learning:** Modelos treinados com dados de interrogatórios

Funcionalidades Principais

- Detecção de emoções (raiva, medo, neutro)
- Análise de estresse vocal
- Identificação de palavras-chave suspeitas
- Cálculo de "índice de suspeição"
- Alerta em tempo real para investigadores

Módulos Especiais Desenvolvidos

1. **Modo Frank Abagnale:** Foco em golpistas e falsificadores
2. **Modo Hanratty:** Perseguição facial em tempo real
3. **Modo Sauron:** Análise de redes criminosas

4. **Modo Morran:** Sistema completo com features avançadas

Aspectos Éticos e Legais

- Requer consentimento para gravação
- Não substitui prova judicial
- Supervisão humana obrigatória
- Transparência nos algoritmos
- Proteção de dados dos interrogados

Projeto de Lei Complementar

Foi elaborado um completo projeto de lei regulamentando o uso do sistema, incluindo:

- Autorização judicial obrigatória
- Termo de consentimento informado
- Comissão de supervisão técnica
- Prazos para eliminação de dados
- Sanções para uso indevido

Aplicação Ambiental Expandida

O sistema também foi adaptado para combate ao desmatamento ilegal, incluindo:

- Monitoramento por satélite com IA
- Fiscalização integrada
- Rastreamento de cadeias produtivas
- Mecanismos de denúncia protegida

Status do Projeto

- Código funcional desenvolvido em Python
- Protótipos testados com sucesso
- Framework legal detalhado
- Possibilidade de implementação imediata

O projeto representa uma abordagem completa que combina tecnologia avançada com rigor ético-legal, oferecendo ferramentas poderosas para auxiliar investigações criminais e ambientais.

41- DESMATAMENTO ILEGAL

Segue um resumo estruturado do **Projeto Integrado de Combate ao Desmatamento Ilegal**:

Objetivo Geral

Criar uma política de estado integrada para reduzir drasticamente e de forma permanente o desmatamento ilegal em todos os biomas brasileiros, com foco na Amazônia Legal, Cerrado e Pantanal, combinando repressão qualificada, incentivos econômicos e participação social.

Eixos Principais do Projeto

1. **Fortalecimento Institucional e Marco Legal Repressivo**
 - a. Inclusão do desmatamento ilegal como **crime hediondo** (Lei 8.072/90).
 - b. Penas de 5 a 10 anos de reclusão, sem fiança, com multas de até R\$ 10 milhões por hectare para pessoas jurídicas.
 - c. Criação de **varas federais especializadas** em crimes ambientais.
2. **Sistema Integrado de Fiscalização e Monitoramento**
 - a. Implementação do **SIARD** (Sistema Integrado de Alerta e Resposta ao Desmatamento), com satélites, IA e alerta automatizados.
 - b. Forças-tarefa nacionais (PF, IBAMA, Exército) atuando em áreas críticas.
3. **Participação Social e Proteção a Denunciantes**
 - a. Canais como **"Disque Desmatamento"** e aplicativo "Guardião da Floresta".
 - b. Programa de proteção a denunciante e apoio a comunidades tradicionais para vigilância territorial.
4. **Instrumentos Econômicos e de Mercado**
 - a. **Rastreabilidade obrigatória** (via blockchain) de cadeias de carne, soja, madeira e couro.
 - b. **Crédito rural e incentivos fiscais** condicionados à regularidade ambiental.
 - c. **Responsabilização de bancos e investidores** por danos ambientais.
5. **Políticas Fundiárias e Restauração**
 - a. Prioridade à **demarcação de terras indígenas e unidades de conservação**.
 - b. Programa de recuperação de áreas degradadas (**PRAD**), com metas de restauração e uso de mão de obra de presidiários.
6. **Governança e Cooperação Internacional**
 - a. Transparência total de dados ambientais.
 - b. Retomada do **Fundo Amazônia** e cooperação técnica internacional.

Exemplos de Sucesso Citados

- **Fundo Amazônia** (2008-2019): redução de 83% no desmatamento (2004-2012).
- **Moratória da Soja** (2006): controle do desmatamento vinculado à soja.
- **Projeto ARPA**: 60 milhões de hectares protegidos em unidades de conservação.
- **Guardiões da Floresta (Acre)**: vigilância comunitária eficaz.

Considerações Estratégicas

- **Viabilidade**: Depende de orçamento, articulação federativa e cooperação internacional.
- **Estratégia Legislativa**: Sugere-se desmembrar o PL em partes para facilitar aprovação.

- **Abordagem Integrada:** Combina repressão severa com incentivos econômicos, transparência e alternativas sustentáveis.

Conclusão

O projeto propõe uma mudança de paradigma, tornando a preservação ambiental vantajosa economicamente e o desmatamento ilegal extremamente custoso, posicionando o Brasil como líder em desenvolvimento sustentável.

42- MINERAÇÃO

Claro, aqui está um resumo do projeto "Mineração Sustentável: Zero Destruição, Máxima Responsabilidade"

Objetivo Geral

Transformar a atividade de mineração no Brasil em um modelo sustentável, com tolerância zero para crimes ambientais e danos sociais, por meio de um projeto de lei e de ações de pressão específicas.

Principais Pilares do Projeto de Lei (PL)

1. **Fim da Impunidade:** Propõe que crimes ambientais graves (como contaminação de rios, desmatamento ilegal e omissão de dados de risco) sejam equiparados a **crimes hediondos**. As penas incluem:
 - a. **Prisão:** 10 a 20 anos para CEOs, diretores e acionistas.
 - b. **Multas:** Até 30% do faturamento anual da empresa.
2. **Tecnologia Obrigatória:**
 - a. **Proíbe** a construção de novas barragens a montante.
 - b. **Torna obrigatória** a adoção de tecnologias de **filtro a seco** e o reaproveitamento de rejeitos.
3. **Fundo Nacional de Recuperação Ambiental (FNRA):**
 - a. Seria financiado por uma taxa de **5% sobre o lucro líquido** das mineradoras.
 - b. Os recursos seriam usados para recuperar áreas degradadas, indenizar vítimas sem burocracia e financiar fiscalização independente.
4. **Licenciamento Rigoroso:**
 - a. Exige **consentimento livre e informado** de comunidades tradicionais.
 - b. Suspende licenças se nascentes ou áreas de recarga hídrica forem impactadas.
 - c. Usa **blockchain** para rastrear a origem do minério e coibir a "lavagem mineral".
5. **Justiça Social e Água:**
 - a. Direciona **50% dos royalties** para municípios afetados, aplicados em saúde e educação.

- b. Proíbe o uso de água por mineradoras em regiões com **estresse hídrico crítico**.
 - c. Cria programas de "Empregos Verdes" para capacitar trabalhadores em recuperação ambiental.
6. **Auditorias Internacionais:**
- a. Empresas listadas em bolsa devem passar por auditorias independentes da ONU para comprovar a origem legal de seus minérios.

Plano de Ação e Alvos Imediatos

O projeto não é só teórico. Ele define um plano tático para pressionar autoridades e atacar projetos considerados críticos em Minas Gerais:

- **Pressão Legislativa:** Transformar o texto em um PL oficial e pressionar deputados e senadores para aprová-lo.
- **Ação Judicial:** Apoiar e intensificar ações judiciais contra projetos específicos:
 - o **Projeto Apolo (Vale) em BH:** Risco à Serra do Curral e suas nascentes.
 - o **Kinross em Paracatu:** Risco de contaminação por arsênio no Rio Paracatu.
 - o **Anglo American em Conceição do Mato Dentro:** Uso intensivo de água em região seca.
- **Mobilização Popular:** Usar hashtags (#MineraçãoResponsávelJá), apoiar protestos organizados por entidades legítimas e criar alianças com movimentos sociais e ambientais.
- **Conclusão**

O projeto se apresenta como um "plano de guerra" completo, combinando uma proposta legislativa robusta com uma estratégia de mobilização e pressão direta sobre os pontos mais críticos da mineração no país, com foco inicial em Minas Gerais. O objetivo final é forçar uma mudança radical no setor, priorizando o meio ambiente, a água e os direitos das comunidades sobre o lucro das empresas.

43- AGROTÓXICO

Aqui está um resumo estruturado do Projeto de Lei e dos argumentos apresentados:

Resumo do Projeto de Lei (PL)

Objetivo Principal: Proibir progressivamente os agrotóxicos no Brasil e estabelecer uma transição para a agroecologia.

Artigos Principais:

- **Art. 1º:** proíbe agrotóxicos **extremamente tóxicos, altamente perigosos** (cancerígenos, etc.) ou **proibidos em pelo menos 3 países da OCDE/UE**.

- **Art. 2º (Fases de Proibição):**
 - o **12 meses:** para os já banidos na UE.
 - o **3 anos:** para os demais do Art. 1º.
 - o **10 anos:** para todos os agrotóxicos sintéticos (exceto os permitidos na agricultura orgânica).
- **Art. 3º:** cria programas para subsidiar a transição, capacitar agricultores e financiar pesquisas em alternativas.
- **Art. 4º:** estabelece **zonas livres de agrotóxicos** em áreas sensíveis (APPs, terras indígenas, escolas, etc.).
- **Art. 5º:** aplica penalidades severas por violações, incluindo multas milionárias e responsabilização criminal.

Justificativa Resumida:

- O Brasil consome mais de **1 milhão de toneladas/ano** de agrotóxicos.
- **20 intoxicações por dia** são registradas (DataSUS).
- Os agrotóxicos estão ligados a **câncer, mortandade de abelhas e contaminação da água**.
- A transição é **viável**, com exemplos em **Cuba** e na **União Europeia**.

Resumo dos Argumentos Científicos para a Defesa do PL

1. Danos à Saúde:

- **Glifosato:** Classificado como "provável cancerígeno" (IARC/OMS).
- **2,4-D:** Ligado a malformações congênitas e câncer.
- **Atrazina:** Causa distúrbios endócrinos e infertilidade.
- **Intoxicações:** 1 caso a cada 90 minutos no Brasil (Abrasco).

2. Impactos Ambientais:

- **Abelhas:** Neonicotinoides causam a morte de colônias.
- **Água:** 27 agrotóxicos detectados no Aquífero Guarani (Embrapa).
- **Solo:** Redução de microrganismos benéficos.

3. Alternativas Viáveis:

- **Controle Biológico:** Uso de insetos (ex: *Trichogramma*) e fungos para controlar pragas com alta eficácia.
- **Manejo Agroecológico:** Sistemas integrados (lavoura-pecuária-floresta) aumentam a produtividade e reduzem pragas.

4. Contrapontos a Mitos Comuns:

- **"Alimentar o mundo":** A FAO afirma que a agroecologia pode aumentar a segurança alimentar.
- **"Alternativas caras":** O custo social dos agrotóxicos para a saúde e meio ambiente é de R\$ 22 bilhões/ano (Fiocruz).

Resumo do Discurso de Defesa: "Pela Vida, Pelo Brasil Livre de Agrotóxicos"

- **Apelo Ético:** Foca nas vítimas humanas e na contaminação do meio ambiente.
- **Dados Chocantes:** Apresenta casos concretos de contaminação em vários estados (MT, CE, PR).
- **Desmonta a Farsa do "Alimento Barato":** mostra os custos ocultos na saúde e a agroecologia pode ser mais lucrativa.
- **Exemplos de Sucesso:** Cita casos reais no Brasil (BA, SP, PA) onde a produção sem agrotóxicos deu certo.
- **Chamado à Ação:** Propõe passos concretos: banir os piores agrotóxicos, criar corredores agroecológicos e tributar venenos para financiar alternativas.

Em Essência:

O projeto é apresentado como uma medida necessária, baseada na ciência e viável economicamente, para proteger a vida, a saúde da população e os recursos naturais do país.

44- DESTINAÇÃO DE RESÍDUOS

Aqui está um resumo conciso do "Plano Sustentável para a Gestão de Resíduos no Brasil" e do projeto "EcoPontos Inteligentes":

Plano Sustentável para a Gestão de Resíduos no Brasil (Visão Geral)

Contexto: O Brasil gera 80 milhões de toneladas de lixo por ano, com apenas 4% recicladas.

Objetivo Principal: Transformar o Brasil em referência em gestão sustentável de resíduos até 2030.

Metas para 2030:

- Reduzir 50% do lixo em aterros.
- Atingir 30% de reciclagem de todos os resíduos.
- Eliminar todos os lixões.
- Gerar empregos verdes.

Os 8 Pilares do Plano:

1. **Prevenção:** Leis para reduzir embalagens e campanhas de consumo consciente.
2. **Coleta Seletiva Universal:** Implementar coleta seletiva em 100% dos municípios até 2030.
3. **Reciclagem em Massa:** Construir fábricas de reciclagem regionais e incentivar indústrias recicladoras.
4. **Tratamento de Orgânicos:** Compostagem e geração de biogás a partir do lixo orgânico.
5. **Fim dos Lixões:** Substituir lixões por aterros sanitários modernos e usinas de energia (Waste-to-Energy).
6. **Logística Reversa:** Pontos de coleta para eletrônicos, pilhas, pneus e óleo.
7. **Educação e Tecnologia:** Incluir sustentabilidade no currículo escolar e usar aplicativos para engajamento.
8. **Financiamento:** Criar um Fundo Nacional, taxar plásticos não recicláveis e fomentar Parcerias Público-Privadas (PPPs).

Projeto "EcoPontos Inteligentes" (Projeto Âncora)

Objetivo: Facilitar a coleta seletiva e engajar a população através de tecnologia e recompensas

Componentes Principais:

- **EcoPontos:** Contêineres inteligentes com sensores (para monitorar capacidade) e painéis solares, localizados em pontos estratégicos.
- **Sistema de Recompensas (App "Eco+"):** Os usuários ganham pontos por descartar resíduos, que podem ser trocados por descontos no comércio local.
- **Parcerias:** Integração com cooperativas de catadores, empresas de logística reversa e prefeituras.
- **Educação Ambiental:** Oficinas em escolas e sinalização interativa nos pontos de coleta.

Versões do Projeto (para diferentes realidades):

- **Versão 1 (Baixo Custo):** Foco em mutirões de coleta, agendamento por WhatsApp e parceria com catadores.
- **Versão 2 (Híbrida):** EcoPontos modulares com QR code para pontuação e rotas de coleta otimizadas.
- **Versão 3 (High-Tech):** Lixeiras com IoT, moeda verde digital e centrais de triagem robotizada.

Conclusão: O plano combina uma estratégia nacional abrangente com um projeto prático e inovador ("EcoPontos"), detalhando um cronograma de ação imediata para garantir sua adoção, exigindo compromisso político, investimento e participação social.

45- ULTRA PROCESSADOS

Aqui está um resumo conciso do Projeto de Lei Federal proposto:

PROJETO DE LEI FEDERAL n.º 45/2025 - RESUMO EXECUTIVO

Objetivo Principal: Instituir o Programa Nacional de Redução de Alimentos Ultraprocessados para promover sistemas alimentares saudáveis e sustentáveis no Brasil.

Metas Específicas:

- Reduzir em 50% o consumo per capita de ultraprocessados até 2030
- Eliminar 100% das gorduras trans industriais até 2027

Definição Chave: Adota a classificação NOVA (OMS/OPAS) para alimentos ultraprocessados - formulações industriais com 5+ ingredientes sintéticos.

Medidas Restritivas Principais:

- Banimento progressivo por categoria:
 - o Bebidas açucaradas (>5g/100ml): 2026
 - o Snacks com aditivos: 2027
 - o Carnes reconstituídas: 2028
- Proibição imediata de publicidade dirigida a crianças
- Remoção de ultraprocessados de ambientes escolares em 180 dias

Base Científica:

- Estudo NutriNet Brasil (NUPENS/USP) aponta 57% maior risco de mortalidade
- Custo econômico estimado em R\$ 39 bi/ano em gastos com saúde

Mecanismos de Apoio:

- Subsídios para reformulação industrial via BNDES Verde
- Bolsa Alimentação Saudável: R\$ 150/mês para famílias de baixa renda

Sistema de Fiscalização:

- ANVISA + Vigilâncias Sanitárias Estaduais
- Sistema 3D-SINAV para rastreabilidade digital
- Sanções graduais (multas até cassação de registro)

Estratégia de Implementação:

- Articulação com Reforma Tributária para taxaçoão verde
- Adoçoão de modelo de alerta frontais
- Sistema integrado de monitoramento

O projeto inclui anexos técnicos detalhados e estratégia completa para protocolamento na Câmara dos Deputados.

46- LIBERAÇÃO CANABIS

Claro! Aqui está um resumo estruturado da proposta completa para a legalização regulamentada da maconha no Brasil:

Modelo Proposto para o Brasil (Visão Geral)

Um **modelo híbrido** inspirado no Canadá (regulamentação federal), Uruguai (controle estatal) e Portugal (foco em saúde pública), adaptado às realidades brasileiras.

4 Pilares Principais:

- 1. Legalização Regulamentada**
 - a. Venda controlada pelo Estado em farmácias e locais licenciados.
 - b. Cultivo pessoal permitido (até 4 plantas).
 - c. Limites de THC para iniciantes.
- 2. Saúde Pública**
 - a. Descriminalização do uso para reduzir encarceramento.
 - b. Campanhas educativas e tratamento gratuito pelo SUS.
 - c. Controle de qualidade em laboratórios públicos (ex.: Fiocruz).
- 3. Economia e Impostos**
 - a. Taxação moderada (15-20%) para financiar educação, saúde e segurança.
 - b. Prioridade para pequenos produtores e cooperativas.
 - c. Preços baixos (R\$ 5–10/g) para combater o tráfico.
- 4. Justiça Social e Reparação**

- a. Cotas para comunidades vulneráveis (favelas, quilombolas) no mercado legal.
- b. Expurgo de antecedentes criminais por posse simples.
- c. Programas de reinserção para ex-trafficantes não violentos.

Melhorias-Chave do Modelo

1. **Sistema de Licenças Inclusivo**
 - a. Reserva de cotas para grupos vulneráveis e pequenos agricultores.
 - b. Microcrédito via BNDES/Banco da Amazônia.
2. **Regulamentação Regionalizada**
 - a. Estados e municípios podem adaptar regras (ex.: cultivo outdoor na Amazônia).
3. **Turismo Canábico Regulamentado**
 - a. "Coffeeshops" em zonas turísticas (ex.: praias do Nordeste), com regras rígidas.
4. **Pesquisa e Inovação**
 - a. Estudo de espécies nacionais e cânhamo industrial em parceria com Embrapa.

Estratégia de Implementação

- **Cronograma em 5 anos:**
 - o Descriminalização imediata e licenças experimentais.
 - o Projetos-piloto em estados selecionados (SP, PE, AM).
 - o Avaliação e ajustes.
 - o Legalização nacional.
- **Mecanismos Anticorrupção:**
 - o Transparência radical com blockchain.
 - o Licenças apenas para pessoas físicas sem histórico criminoso.
 - o Punições severas para desvios de recursos.

Argumentos para Convencer a Sociedade e o Congresso

- **Para conservadores:** "Legalizar é controlar: tire o poder do tráfico."
- **Para progressistas:** "Fim da guerra às drogas que prende pobres e negros."
- **Para empresários:** "Mercado de R\$ 15 bi/ano, gerando empregos e impostos."

Proposta Legislativa

- **PEC Estratégica:** "Lei de Segurança Pública e Geração de Emprego".
- **Dispositivos-chave:**

- o Direito ao cultivo e consumo responsável.
- o Repasse de impostos para SUS, educação e fundo de reparação.
- o Anistia para condenados por posse de até 50g.

Conclusão

O modelo proposto equilibra **regulamentação estatal, liberdade individual e justiça social**, posicionando o Brasil como líder na América Latina em políticas de cannabis sustentáveis e inclusivas.

47- FLÚOR BANIR

Resumo da Análise Científica sobre o Flúor

1. Flúor e a Glândula Pineal:

- a. **Evidência:** Estudos (como os de Jennifer Luke, 1997/2001) confirmam que o flúor se acumula na glândula pineal ao longo da vida.
- b. **Hipótese:** Isso poderia, em teoria, acelerar a calcificação natural da pineal (a "arcia pineal").
- c. **Limitação Crucial:** Não há evidências robustas de que esse acúmulo, nos níveis encontrados na água fluoretada (0,6-1,0 mg/L), cause qualquer disfunção na produção de melatonina ou problemas de saúde em seres humanos. A maioria dos dados que sugerem riscos vem de estudos com animais usando doses extremamente altas.

2. Flúor e Neurotoxicidade (QI):

- a. **Evidência:** Estudos (como a meta-análise de Choi et al., 2012) associam a **exposição muito alta** ao flúor (>3 mg/L) a uma redução no QI em crianças.
- b. **Limitação Crucial:** Esses níveis são **4 a 5 vezes superiores** aos usados na fluoretação da água potável. A conclusão **não se aplica** ao consumo de água tratada dentro dos padrões.

3. Posição das Autoridades de Saúde:

- a. **Conclusão Majoritária:** Organizações como a OMS, CDC e o Ministério da Saúde do Brasil mantêm que a fluoretação da água, dentro dos níveis recomendados, é **segura e benéfica** para a saúde pública, sendo a prevenção de cáries seu efeito mais comprovado.
- b. O único efeito adverso documentado em níveis padrão é a **fluorose dental** (manchas brancas nos dentes), que em sua forma leve é considerada apenas um problema estético.

Resumo da Estratégia para Banir o Flúor no Brasil

Para quem, apesar da conclusão científica majoritária, deseja buscar a proibição do flúor, o conteúdo apresenta um plano de ação detalhado:

1. Estratégias Principais:

- a. **Via Legislativa:** Apresentar um **Projeto de Lei** (municipal, estadual ou federal) para revogar a obrigatoriedade da fluoretação (Lei 6.050/1974). O texto inclui um modelo de lei pronto, com justificativas baseadas em estudos controversos.
- b. **Via Judicial:** Propor **Ações Judiciais** (como Mandado de Segurança Coletivo ou Ação Direta de Inconstitucionalidade) argumentando violação à liberdade de escolha e ao princípio da precaução.
- c. **Via Administrativa:** Exercer pressão sobre o **Ministério da Saúde e a ANVISA** para uma reavaliação toxicológica do flúor, e levar o debate aos **Conselhos Municipais de Saúde**.

2. Identificação e Combate aos Atores Pró-Flúor (o "Lobby"):

- a. **Principais Atores:** Indústrias químicas que vendem os fluoretos (ex.: Uniflor), entidades de classe odontológica (como a ABO), órgãos públicos de saúde (Ministério da Saúde) e a indústria de higiene bucal (ex.: Colgate).
- b. **Táticas de Enfrentamento:** Expor **conflitos de interesse** (usando a Lei de Acesso à Informação), mostrar alternativas mais baratas (como selantes dentários) e focar a pressão inicial em **municípios menores**, onde a mobilização é mais efetiva.

3. Alternativas Pessoais (enquanto a lei não muda):

- a. Usar **filtros de água** do tipo osmose reversa, que removem a maior parte do flúor.
- b. Consumir **água mineral** com baixo teor de flúor (verificar o rótulo).
- c. Optar por **pastas de dente sem flúor**.

48- PEC MALAFAIA

Resumo da PEC n.º 48/2025

Objetivo Central: Alterar a Constituição Federal para coibir a propagação de desinformação ("fake news") e a incitação à ruptura da ordem democrática por parte de líderes religiosos, sem ferir a liberdade religiosa legítima.

Principais Alterações Propostas:

1. Limites à Liberdade Religiosa (Art. 5º, VIII):

- a. Estabelece que a liberdade de crença **não protege**:
 - i. a) A divulgação intencional de informações falsas que ameacem a saúde pública, a segurança nacional ou as instituições democráticas.
 - ii. b) A incitação, o financiamento ou o apoio a golpes de Estado e à ruptura da ordem constitucional.
2. **Perda de Imunidade Tributária (Art. 37):**
 - a. Líderes religiosos de entidades com imunidade tributária poderão **perder esse benefício** se cometerem crimes previstos no Código Penal, na Lei de Segurança Nacional ou na Lei de Fake News, desde que a condenação seja definitiva (transitada em julgado).
3. **Vedação de Incitação às Forças Armadas (Art. 142):**
 - a. Proíbe expressamente que **qualquer pessoa**, incluindo líderes religiosos, incite membros das Forças Armadas à desobediência hierárquica ou à intervenção política fora dos marcos constitucionais.

Fundamentação Jurídica e Mecanismos:

- **Base Legal Existente:** A PEC não cria novos tipos penais, mas vincula a conduta de líderes religiosos a leis já vigentes:
 - o Código Penal (incitação ao crime, atentado contra a democracia).
 - o Lei de Segurança Nacional (ações contra a ordem democrática).
 - o Lei das Fake News (divulgação massiva de falsidades).
- **Consequências Práticas:**
 - o Líderes religiosos poderão ser processados criminalmente.
 - o As entidades religiosas podem perder a imunidade tributária.
 - o Outras penas podem incluir multas, inelegibilidade (Lei da Ficha Limpa) e prisão.
- **Exemplo de Aplicação:** Um pastor que, em vídeo, incentive o fechamento do STF poderá ser enquadrado nos artigos do Código Penal e da Lei de Segurança Nacional.

Pontos de Destaque e Contrapesos:

- **Não é Perseguição Religiosa:** A PEC não visa a discursos teológicos ou doutrinários, mas sim a **atos ilícitos** já tipificados em lei.
- **Universalidade:** Aplica-se a **qualquer líder religioso** (evangélicos, católicos, espíritas, etc.), garantindo igualdade perante a lei.
- **Devido Processo Legal:** A punição, inclusive a perda da imunidade, exige **decisão judicial definitiva**, assegurando o direito amplo de defesa do acusado.

Conclusão da Proposta: A PEC busca harmonizar o direito fundamental à liberdade religiosa com a necessidade de proteger o Estado Democrático de Direito, utilizando instrumentos jurídicos já consolidados para responsabilizar líderes religiosos que cometam abusos.

49- ESCRAVIDÃO / ANÁLOGO

Resumo da Situação Atual e da Proposta de Lei

O Brasil já possui uma legislação forte contra o trabalho análogo ao de escravo, que foi recentemente reforçada com a **Lei n.º 14.946/2024**, que tornou o crime hediondo, meaning que agora é:

- **Inafiançável:** Não é possível pagar fiança para responder em liberdade.
- **Sujeito a punições mais severas:** com progressão de pena mais difícil.

A legislação atual já prevê:

- Pena de 2 a 8 anos de reclusão (e até 12 anos se resultar em morte).
- "Lei de Confisco" de bens diretamente ligados ao crime.
- Responsabilização de todos os envolvidos, inclusive empresas.

O Projeto de Lei proposto visa tornar a lei ainda mais severa com as seguintes medidas:

1. **Aumento das Penas:** Aumenta a pena base de 2-8 anos para **4-12 anos**, e a pena por morte para **12-20 anos**.
2. **Perda de Bens Ampliada:** Permite a perda de quaisquer bens do condenado, não apenas os usados no crime, como pena acessória.
3. **Responsabilização da Cadeia Produtiva:** Torna grandes empresas solidariamente responsáveis por crimes cometidos por seus fornecedores, se houver negligência na fiscalização.
4. **Sanções Administrativas:** Impede que empresas condenadas participem de licitações ou recebam incentivos fiscais por **10 anos**.
5. **Cadastro Público:** Cria um cadastro nacional de empregadores condenados por trabalho análogo ao de escravo.

Conclusão: A proposta busca complementar os avanços recentes, tornando a legislação brasileira uma das mais duras do mundo no combate a essa prática, atacando o lucro do crime com a perda de bens e responsabilizando toda a cadeia produtiva.

50- REFORMA AGRÁRIA

Resumo da Situação Atual e da Proposta de PEC para a Reforma Agrária

Parte 1: A Realidade Atual da Reforma Agrária

- **Situação:** A reforma agrária no Brasil está praticamente paralisada. O foco atual é na regularização fundiária e assentamento em terras já adquiridas, com poucos recursos para novas desapropriações.

- **Conflitos:** O processo é marcado por disputas judiciais, políticas e, por vezes, violentas entre latifundiários e movimentos sociais.
- **Posse da Terra:** O título concedido pelo Incra (Concessão de Uso) é **inalienável** (não pode ser vendido, doado ou hipotecado), **impenhorável** (não pode ser tomado por dívidas) e **intransferível**. O objetivo é evitar a especulação e a reconcentração de terras.

Parte 2: Proposta de uma PEC Revolucionária

A proposta de Emenda à Constituição visa modernizar a reforma agrária, tornando-a mais dinâmica, produtiva e justa, com os seguintes pilares principais:

1. **Direito Real de Concessão Hereditária:**
 - a. Após 10 anos de trabalho efetivo e quitadas as obrigações, o assentado recebe um **Direito Real de Concessão Perpétua e Hereditária**.
 - b. Permite transmitir a terra por herança e arrendar uma pequena parte (até 30%) para outros agricultores familiares.
 - c. **Continua vedada** a venda direta a terceiros e a hipoteca.
2. **Fundo Nacional de Recompra e Redistribuição (FNRR):**
 - a. Cria um ciclo sustentável: se o beneficiário quiser sair, deve vender a terra de volta ao governo, que a redistribuirá para uma nova família sem-terra, evitando a especulação.
3. **Programa Nacional de Aquisição Alimentar Direta (PNAAD):**
 - a. O Estado tem o **direito de primeira compra** sobre 50% da produção para abastecer escolas, hospitais, restaurantes populares e outras instituições públicas.
 - b. Garante renda ao agricultor e alimento saudável para a população, criando um "mercado garantido".
 - c. A adesão ao programa é vinculada à **adoção de práticas agroecológicas e à eliminação de agrotóxicos**.
4. **Apoio Técnico da Embrapa:**
 - a. A Embrapa e instituições de pesquisa são formalmente vinculadas para prestar suporte técnico-científico direto aos assentamentos, desenvolvendo tecnologias para a agricultura familiar agroecológica.

Conclusão da Proposta:

A PEC é apresentada como uma transformação da reforma agrária, deixando de ser um modelo assistencialista para se tornar uma **política de Estado estratégica**. Ela busca conciliar o direito individual à terra com sua função social, promovendo justiça social, soberania alimentar, saúde pública e desenvolvimento sustentável, conectando o campo à cidade por meio do alimento.

Resumo Executivo: Plano de Vinculação do Salário Mínimo ao Subsídio do STF

Objetivo Central Vincular, por Lei Complementar, o salário mínimo nacional a 10% do subsídio de um Ministro do STF, a ser alcançado de forma gradual em 5 anos, com reajuste automático posterior.

Situação Atual e Meta

- **Hoje (2023):** O salário mínimo (R\$ 1.320,00) equivale a **3,36%** do salário do STF.
- **Meta (2028):** Elevar essa relação para **10%**, triplicando praticamente o poder de compra do mínimo.

Plano de Implementação em 5 Anos Uma trajetória previsível e crescente:

- **2024:** 4,5% ($\approx$ R\$ 1.800)
- **2025:** 6,0% ($\approx$ R\$ 2.400)
- **2026:** 7,5% ($\approx$ R\$ 3.000)
- **2027:** 8,8% ($\approx$ R\$ 3.700)
- **2028:** 10,0% ($\approx$ R\$ 4.200)

Pilares para o Sucesso (Medidas Críticas)

1. **Lei Complementar:** Para alterar a regra de formação do mínimo, estabelecendo a meta e a automaticidade futura.
2. **Apoio às MPEs: programa** com isenção de encargos trabalhistas e crédito subsidiado para evitar demissões e informalidade.
3. **Governança e Transparência:** Criação de um **Comitê de Acompanhamento Permanente (CAP)** com governo, setor produtivo, trabalhadores e academia para monitorar impactos e sugerir ajustes.
4. **Controle Macroeconômico:** Atuação coordenada do Banco Central (controle da inflação) e do Ministério da Economia (sustentabilidade fiscal).

Conclusão A proposta é **viável e transformadora**, mas seu sucesso depende integralmente da **implementação gradual** e das **políticas de mitigação** que acompanham o aumento salarial. É um plano que troca a discricionariedade política por uma regra clara, promovendo uma significativa redistribuição de renda de forma estruturada e responsável.

Objetivo Central: Criar um programa do governo, em parceria com instituições financeiras, para oferecer ferramentas gratuitas de Inteligência Artificial (IA) à população de baixa renda. O objetivo é promover **justiça e inclusão financeira**, combatendo o endividamento e a exclusão bancária.

Como Funciona - Os 3 Pilares:

1. **Educação Financeira com IA Personalizada:**
 - a. Uma plataforma pública com um assistente de IA que tira-dúvidas em linguagem simples (ex.: "como economizar na feira?") e cria planos de economia personalizados.
2. **Gestão Automatizada de Micro-orçamentos:**
 - a. Um assistente digital que ajuda a controlar gastos e receitas via SMS ou app leve. Ele envia lembretes de contas, alerta de gastos e sugere como distribuir a renda para cobrir despesas essenciais.
3. **Acesso a Microcrédito Justo e Desburocratizado:**
 - a. A IA usa dados (com consentimento) de programas sociais e histórico de pagamentos para criar um "**Score Social**". Isso permite oferecer empréstimos com juros baixos e aprovação rápida, sem a necessidade de fiador, para emergências ou microempreendedores.

Pontos-chave da Lei:

- **Gratuidade:** Todas as ferramentas serão gratuitas para o usuário final.
- **Acessibilidade:** Funcionarão em celulares simples, via apps leves ou SMS.
- **Proteção de Dados:** O programa seguirá a LGPD.
- **Governança:** Será gerido por um comitê com representantes do governo, bancos e sociedade civil.
- **Financiamento:** Recursos virão do orçamento da União e de parcerias com instituições financeiras.

Conclusão/Justificativa: A proposta defende que, se a IA já é usada para aumentar lucros e produtividade, ela deve ser direcionada para resolver problemas sociais. A verdadeira justiça financeira vem da democratização do **conhecimento** e das **ferramentas** para gerenciar o dinheiro, e não apenas do acesso a ele. A "IA do Povo" visa usar a tecnologia para construir autonomia financeira para as famílias mais vulneráveis.

53- ESCALA 5X2

Resumo da PEC - Estabelecimento da Escala 5x2

Objetivo Principal: Incluir na Constituição Federal a escala de trabalho "cinco por dois" (5x2) como o regime padrão e garantir a remuneração dos dias de descanso.

Alterações Propostas na Constituição:

1. **Novo Direito Social (Art. 7º, XXXIV):** Cria um novo inciso que assegura:
 - a. **Repouso semanal de dois dias consecutivos**, preferencialmente aos sábados e domingos.
 - b. **Remuneração integral** desses dias de descanso.
 - c. Baseado na escala **5x2** (cinco dias de trabalho por dois de descanso).
2. **Regime Padrão (Art. 7º, §5º):** Define que a escala **5x2** é o regime de trabalho padrão.
 - a. **Não proíbe outras escalas** (como 6x1 ou 12x36), desde que sejam previstas em lei.
 - b. Essas outras escalas devem respeitar o limite semanal de horas e garantir, no mínimo, **36 horas consecutivas de descanso**.
3. **Prazo de Adaptação:** A União, Estados e Municípios terão **seis meses** para adaptar suas leis à nova regra constitucional.

Justificativas Apresentadas:

- **Garantia de Descanso Digno:** Reforça o direito à saúde e ao lazer do trabalhador.
- **Segurança Jurídica:** Tira a dúvida sobre a legalidade e a remuneração da escala 5x2, beneficiando empregados e empregadores.
- **Consolidação de um Direito:** Eleva à Constituição uma prática já comum em acordos coletivos.
- **Flexibilidade Ordenada:** Torna a 5x2 o padrão, mas permite outras escalas por lei, desde que protejam o direito ao descanso.

Em síntese: A PEC quer tornar a escala de trabalho de segunda a sexta com folga no fim de semana um **direito constitucional padrão para todos os trabalhadores**, sem banir outros regimes de trabalho que cumpram as regras legais.

54- BRASIL AUTO SUFICIENTE

RESUMO EXECUTIVO - PROJETO BRASIL 100% ENERGIA RENOVÁVEL

Objetivo Estratégico: Tornar o Brasil autossuficiente em combustíveis renováveis até 2050, eliminando importações de derivados de petróleo e posicionando o país como líder global em energia verde.

Estrutura de Governança:

- **Conselho Nacional de Energia Renovável (CNER):** Órgão decisório com comitês técnicos setoriais
- **Mecanismos Ágeis:** Poder de veto qualificado (70% aprovação) e sistema de alerta para revisão de metas

Fases de Implementação:

1. **Curto Prazo (2025-2027) - Alicerces:**
 - a. Lei dos Combustíveis do Futuro
 - b. Programa B20 de biodiesel
 - c. 1ª planta de hidrogênio verde (10 MW)
 - d. 5.000 ônibus elétricos
2. **Médio Prazo (2028-2035) - Escalonamento:**
 - a. 5% de bio querosene em aviação (2028)
 - b. 30% da frota pesada com biogás/H₂ (2030)
 - c. Baterias de sódio em escala comercial (2032)
 - d. 50% de diesel renovável (2035)
3. **Longo Prazo (2036-2050) - Dominância:**
 - a. 100% combustíveis renováveis nos transportes
 - b. Petrobras com 70% receita de energias limpas
 - c. Zerar importações de combustíveis fósseis

Projetos Âncora Prioritários:

1. **Hub de Hidrogênio Verde (CE):**
 - a. Investimento: R\$ 4,2 bi
 - b. Capacidade: 500 MW
 - c. Retorno: TIR 14,7%
2. **Programa Nacional de Biogás:**
 - a. Investimento: R\$ 15 bi
 - b. 500 plantas
 - c. Retorno: TIR 22,4%
3. **Refinarias 4.0:**
 - a. Investimento: R\$ 12 bi
 - b. Conversão da REPAR/REDUC
 - c. Retorno: TIR 18,9%

Impacto Macroeconômico:

- **Investimento Total:** R\$ 31,2 bilhões
- **Empregos:** 26.500 diretos
- **PIB:** +0,8% ao ano (2025-2040)
- **Balança Comercial:** Saldo positivo de US\$ 9,0 bi/ano (2035)

Mecanismos Financeiros:

- **Fundo Nacional de Energia Limpa:** R\$ 100 bi
- **Incentivos:** Bônus de produção, créditos de carbono, tributação diferenciada
- **Estrutura:** 40% BNDES, 35% empresas, 15% investidores, 10% governo

Próximos Passos Imediatos (6 meses):

- Decreto de criação do CNER
- Editais para zonas de H₂ verde
- Plano de transição da Petrobras para "BioBras"
- Cursos de engenharia em e-fuels no ITA

Conclusão: O plano oferece rota viável para autossuficiência energética, com retorno econômico atrativo e posicionamento estratégico na nova economia verde global.

55- GURGEL MOTORS E MUSEU

Visão Geral

Transformar a Gurgel em uma montadora estatal 100% elétrica, focada em servir a população com veículos acessíveis, gerar empregos e promover a soberania tecnológica nacional.

1. Ressurreição da Marca e Estrutura

- Recuperar judicialmente os direitos da marca Gurgel.
- Criar a "Nova Gurgel S.A." como empresa pública vinculada ao BNDES/Ministério da Indústria.
- Modelo de gestão autônomo, inspirado na EMBRAER dos anos 60.

2. Estratégia Industrial e Tecnológica

- **Infraestrutura:** Reutilizar fábricas ociosas (ex: Ford em Camaçari) e formar parcerias com montadoras estabelecidas.
- **Cadeia de Fornecedores:**
 - o Baterias: Parcerias com CBMM (nióbio), Sigma Lithium e centros de pesquisa (UFSC/ITA) para desenvolver baterias de sódio e fosfato de ferro.
 - o Motores: Joint-venture com WEG ou Eletra.
- **Linha de Produção (Modelos Elétricos):**
 - o **E-800:** Hatch urbano (sucessor do BR-800).
 - o **Carajás EV:** SUV rústico 4x4.
 - o **Tocantins EV:** Picape de trabalho.
 - o **Itaipu E500:** Microcarro para entregas.
 - o **Supermini EV:** Carro popular compacto (preço popular a partir de R\$ 35 mil).

3. Modelo de Negócios com Foco Social

- **Vendas:** Direta ao governo para frotas públicas e ao público com financiamento via Caixa/Banco do Brasil (juros zero, prazos longos).
- **Preços:** Subsidiados para tornarem os veículos acessíveis.
- **Fontes de Recursos:** Fundo Soberano do Pré-Sal, impostos sobre grandes fortunas, parcerias internacionais (ex: China/BYD).

4. Reciclagem de Baterias (Logística Reversa)

- Implementar uma política nacional de logística reversa para baterias.
- Criar uma rede de coleta (postos de combustível, oficinas) e uma mega fábrica de reciclagem.
- Objetivo: Reciclar 95% das baterias, criar empregos "verdes" e reduzir a dependência de importação de minérios.

5. Museu Gurgel

- Instalar o Museu Nacional Gurgel em São Bernardo do Campo (ABC Paulista).
- Missão: Preservar a memória da indústria automotiva brasileira e inspirar futuras gerações.
- Acervo: Veículos restaurados, documentos e experiências imersivas com tecnologia.

6. Viabilização Legal e Financeira

- **Projeto de Lei:** Criar a "Empresa Brasileira de Mobilidade Elétrica" e estabelecer as políticas de incentivo e reciclagem.
- **Investimento Total Estimado:** R\$ 15 bilhões para a montadora (em 5 anos) + R\$ 2 bilhões para a rede de reciclagem.
- **Incentivos:** Isenções fiscais (IPI, PIS/COFINS, ICMS) por 15 anos.

Conclusão

O projeto visa muito mais do que reviver uma marca; é um plano de desenvolvimento nacional. Se implementado, posicionaria o Brasil como líder em mobilidade sustentável no Sul Global, combinando industrialização, tecnologia, inclusão social e cuidado ambiental.

Resumo do Projeto "Aleo Agro Ferrovias"

Objetivo Principal: Transformar a infraestrutura logística do Brasil, substituindo o transporte rodoviário por uma **malha ferroviária inteligente e integrada** para escoar produtos agroalimentares, minerais e industrializados, reduzindo custos, aumentando a eficiência e promovendo a sustentabilidade.

Pontos-Chave do Projeto:

1. **Expansão da Malha Ferroviária:**
 - a. Criação de três grandes corredores de exportação: **Norte-Sul, Centro-Leste e Oeste-Nordeste**.
 - b. Conexão das principais regiões produtoras aos portos estratégicos.
 - c. Uso de tecnologia de ponta: bitola padrão, trens elétricos/automatizados e sensores IoT.
2. **Modernização dos Portos:**
 - a. Integração dos portos com a malha ferroviária, com pátios internos para eliminar o uso de caminhões no trecho final.
 - b. Automação de terminais portuários.
3. **Plataforma Digital ("Aleo Agro Log"):**
 - a. Sistema unificado para agendamento, rastreamento em tempo real e otimização de rotas.
 - b. Uso de **Blockchain** e **Inteligência Artificial** para garantir transparência e eficiência.
4. **Modelo de Financiamento:**
 - a. Foco em **Parcerias Público-Privadas (PPPs)**.
 - b. Criação de um **Fundo Nacional de Infraestrutura Ferroviária (FNIF)**.
 - c. Incentivos fiscais para empresas que migrarem para o modal ferroviário.
5. **Cooperação Internacional (com a China):**
 - a. Parceria estratégica para atrair investimentos e tecnologia chinesa.
 - b. Objetivo de criar uma "Nova Rota da Seda" brasileira, agilizando as exportações para o maior parceiro comercial do Brasil.
6. **Abordagem Abrangente:**
 - a. O projeto atenderá não apenas o agronegócio, mas também **minérios, petróleo, produtos industrializados e outros**, com corredores especializados.

Impactos Esperados:

- Redução de **30-50%** nos custos de logística.
- Aumento de **40%** na capacidade de escoamento até 2040.
- Queda de **25%** nas emissões de CO₂.
- Geração de **500 mil empregos**.
- Posicionamento do Brasil como líder em **logística verde**.

Status Legal: O projeto foi formalizado em uma minuta de **Projeto de Lei (PL 32/2024)**, que institui o programa e define suas diretrizes, autorizando a criação de fundos, incentivos e acordos internacionais para sua realização.

Conclusão: O Aleo Agro Ferrovias é apresentado como um projeto estratégico e revolucionário para modernizar a infraestrutura logística do Brasil, tornando o país mais competitivo no cenário global através de investimentos em ferrovias, tecnologia e parcerias sustentáveis.

57- DESPOLUIÇÃO DE RIOS

Resumo: Plano para Transformar o Brasil no Primeiro País com Rios Livres de Poluição

Objetivo Central: Tornar o Brasil o primeiro país do mundo com todos os seus rios despoluídos, através de planejamento, investimento e políticas públicas eficazes.

Rios Mais Poluídos do Brasil:

- Rio Tietê-SP
- Rio Pinheiros-SP
- Rio Iguaçu (PR)
- Rio Capibaribe (PE)
- Rio dos Sinos (RS)
- Rio Paraíba do Sul (SP/RJ/MG)
- Rio Amazonas (AM/PA)
- Rio Doce (MG/ES)

Soluções Propostas por Prazo:

1. Curto Prazo (1-3 anos):

- a. Tratamento emergencial de esgoto.
- b. Fiscalização rigorosa e multas para poluidores.
- c. Limpeza de margens e instalação de eco barreiras.
- d. Campanhas de conscientização.

2. **Médio Prazo (3-10 anos):**

- a. Expansão das Estações de Tratamento de Esgoto (ETEs).
- b. Recuperação de matas ciliares e áreas degradadas.
- c. Uso de tecnologias como biorremediação.
- d. Incentivo a indústrias sustentáveis.

3. **Longo Prazo (10-30 anos):**

- a. Saneamento básico universal (100% de esgoto tratado).
- b. Implementação de políticas de economia circular.
- c. Monitoramento contínuo com tecnologia.
- d. Educação ambiental no currículo escolar.

Casos Específicos de Rios Urbanos:

- **Rio Arruda (Curitiba-PR) / Ribeirão Arrudas (Belo Horizonte-MG):** Os planos para esses rios seguem a mesma lógica de ações em curto, médio e longo prazo, focando em:
 - o Cobrança das companhias de saneamento (SANEPAR/COPASA).
 - o Instalação de eco barreiras e mutirões de limpeza.
 - o Recuperação de margens e criação de parques lineares.
 - o Envolvimento da população através de denúncias e participação em ações.

Exemplos Internacionais de Sucesso:

- **Rio Tâmbisa (Reino Unido) e Rio Cuyahoga (EUA):** foram altamente poluídos e hoje são exemplos de recuperação.
- **Rio Han (Coreia do Sul) e Rio Isar (Alemanha):** referências em despoluição urbana.

Proposta Estruturante: Projeto de Lei Foi proposto um **Projeto de Lei** para criar o **Programa Nacional de Despoluição de Rios Urbanos (PNDRU)**, com os seguintes pilares:

- Estabelecimento de metas progressivas (curto, médio e longo prazo).
- Criação de um **Fundo Nacional (FNDR)** para financiar os projetos.
- Incentivos fiscais para indústrias sustentáveis.
- Obrigatoriedade de planos locais e participação social.

Conclusão: A despoluição dos rios brasileiros é um desafio complexo, mas factível com ação imediata, planejamento estratégico e participação da sociedade. O texto encerra com um apelo para que o Brasil se torne um exemplo mundial nessa área.

RESUMO EXECUTIVO: CANAL GOVERNO EBC

CONCEITO CENTRAL

Criação de um canal público unificado que combina **transparência governamental** com **produção cultural e educativa**, aproveitando a estrutura existente da EBC.

OBJETIVOS PRINCIPAIS

- **Transparência radical** das ações e gastos governamentais
- **Educação cívica** sobre o funcionamento do Estado
- **Combate à desinformação** com fontes oficiais
- **Produção** de conteúdo cultural e infantil nacional

ESTRUTURA BÁSICA

PROGRAMAÇÃO DIÁRIA (SEGUNDA A SEXTA)

- **Manhã:** Programação infantil educativa (07:00-12:00)

- **Tarde:** Prestação de contas e transparência (12:00-18:00)
- **Noite:** Produção cultural nacional (18:00-22:00)

PROGRAMAS-CHAVE

- **Jornal Governo Transparente** (prestação de contas diária)
- **Pergunte ao Governo** (interatividade com cidadãos)
- **Investimentos Públicos** (detalhamento de gastos)
- **Programação infantil educativa**
- **Dramaturgia e cinema nacional**

VIABILIDADE

- **Prazo:** 90 dias para implantação
- **Infraestrutura:** Aproveita estrutura existente da EBC
- **Custo:** R\$ 35 milhões (implantação + primeiro ano)
- **Cobertura:** 85% do território nacional imediatamente

ASPECTOS JURÍDICOS

- **Projeto de Lei** criando o canal com diretrizes claras
- **Portaria Interministerial** para comitê gestor imediato
- **Recursos** via orçamento EBC + leis de incentivo cultural

DIFERENCIAIS

- **Transparência + Cultura** em mesma plataforma
- **Linguagem simples** e acessível
- **Participação social** através de conselhos
- **Fomento** à indústria audiovisual brasileira

PRÓXIMOS PASSOS

1. Análise jurídica da minuta
2. Reunião com EBC e ministérios
3. Auditoria técnica da infraestrutura
4. Formação do comitê gestor

Projeto pronto para implementação rápida com impacto duplo: transparência governamental e desenvolvimento cultural.

59- FEST FOOD IMAGENS REAL

Objetivo Principal: Combater a publicidade enganosa no setor de alimentos, exigindo que as imagens utilizadas em propagandas e embalagens correspondam com fidelidade ao produto real entregue ao consumidor.

Pontos Essenciais:

1. **Representação Fiel:** As imagens publicitárias (fotos, vídeos) devem retratar o produto em seu estado real, sem o uso de técnicas (como edição, iluminação ou uso de substâncias não comestíveis) que alterem de forma enganosa sua cor, textura, tamanho, proporção ou aparência geral.
2. **Exceção para Ilustrações:** É permitido o uso de imagens simuladas ou montagens artísticas, desde que sejam **claramente identificadas** com termos como "ILUSTRAÇÃO" ou "IMAGEM SIMULADA", de forma visível e com destaque.
3. **Proibições Expressas:** Fica vedado o uso de materiais ou técnicas não comestíveis para melhorar artificialmente a aparência do alimento (ex.: usar cola para simular queijo derretido ou verniz para dar brilho).
4. **Fiscalização e Penalidades:**
 - a. A fiscalização será feita por órgãos como o **PROCON** e a **ANVISA**.
 - b. As infrações estão sujeitas a penalidades como **multas** (baseadas no faturamento da empresa), **apreensão do material**, **retirada imediata da publicidade** e **veiculação de retratação pública**.
5. **Base Legal:** A proposta se alinha ao **Código de Defesa do Consumidor (CDC)**, caracterizando a publicidade não fiel como uma prática enganosa.
6. **Prazo e Implementação:** A lei entraria em vigor 180 dias após sua publicação, e os órgãos fiscalizadores poderão editar diretrizes complementares para especificar os critérios técnicos de "fidelidade".

Em síntese: A lei busca equilibrar a liberdade de comunicação comercial com o direito do consumidor à informação verídica, obrigando as empresas a serem transparentes sobre a real aparência de seus produtos alimentícios.

60- REGULAMENTAÇÃO LOBBY

Resumo do Projeto de Lei: Lei do Lobby Transparente

Objetivo Principal: Criar um marco legal claro e robusto para regulamentar as atividades de lobby (atividades de influência) no Brasil, com o fim de promover a transparência, a integridade e a equidade nas interações entre o setor privado e os agentes públicos.

Problema Identificado: O Brasil é considerado um país com regulação de lobby "pouco regulamentada", com leis atuais fragmentadas e ineficazes, o que abre espaço para influência obscura e corrupção.

Pontos-Chave da Proposta:

1. Definições e Âmbito de Aplicação:

- **Lobista:** Toda pessoa física ou jurídica (remunerada ou não) que busque influenciar atos normativos, políticas públicas, decisões administrativas ou a aplicação de recursos públicos.
- **Agente Público Sujeito à Regulação:** Todos os ocupantes de cargos com poder decisório ou de assessoramento direto nos três Poderes e em entidades estatais.

2. Transparência Radical (Registro e Publicidade):

- Criação de um **Registro Nacional de Lobistas (RNL)**, público e digital, gerido pela Controladoria-Geral da União (CGU).
- **Registro obrigatório** com informações completas do lobista, seu empregador, interesses representados e vínculos anteriores com o setor público.
- **Divulgação prévia** (com 48h de antecedência) de todas as reuniões com agentes públicos, incluindo data, participantes e assuntos.
- **Publicação de uma ata resumida** após a reunião, por parte do lobista e do agente público.

3. Controles Rígidos (Restrições e Limitações):

- **Proibições:** Suborno, falseamento de informações e uso de informações privilegiadas.
- **Período de Quarentena ("Cooling-Off"):** Ex-agentes públicos com cargos de alto escalão ficam proibidos de atuar como lobistas no mesmo órgão por **4 anos** após saírem do cargo.
- **Limite Financeiro:** Empresas registradas como lobistas terão seu limite de doações eleitorais reduzido à **metade** do permitido para uma pessoa física.

4. Deveres dos Agentes Públicos:

- Recusar reuniões com lobistas não registrados.
- Registrar todos os contatos substantivos com lobistas.
- Comunicar qualquer tentativa de suborno ou pressão indevida.

5. Fiscalização e Sanções (Accountabilidade):

- **Sanções Administrativas:**

- o Para **Lobistas**: Advertência, multas altíssimas (até 10x o valor da operação), suspensão do registro e proibição definitiva.
- o Para **Agentes Públicos**: Advertência, suspensão, demissão ou cassação de mandato.
- o Para **Pessoas Jurídicas**: Multas de até 20% do faturamento, suspensão de licitações e incentivos fiscais.
- **Fiscalização**: Será feita por um **Conselho de Fiscalização do Lobby**, com membros da CGU, Ministério Público Federal e sociedade civil.
- **Crimes**: Casos de corrupção ou tráfico de influência serão encaminhados ao Ministério Público.

Fundamentação em Modelos Internacionais:

A proposta se inspira nas melhores práticas mundiais para criar um **sistema híbrido e equilibrado**:

- **Transparência Radical (EUA/Canadá)**: Registro público e divulgação de reuniões e gastos.
- **Período de Quarentena (UE/Canadá)**: Combate à "porta giratória" e a conflitos de interesse.
- **Sanções Pesarosas (Modelo de Alta Regulação)**: Multas proporcionais para coibir a captura do Estado por interesses econômicos.

Conclusão da Exposição de Motivos: A implementação desta lei elevaria o Brasil ao patamar de países com regulação **intermediária a alta** sobre o lobby, combatendo a influência obscura e promovendo um debate público mais íntegro e equitativo.

61- CONFISCO DE BENS ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA

Resumo do Projeto de Lei:

O projeto propõe o **confisco automático de todos os bens e investimentos** de organizações criminosas, assim que sua natureza ilícita for reconhecida pela Justiça.

Pontos Principais:

- **Alvo**: Organizações criminosas (definidas como associação de 4+ pessoas com divisão de tarefas e fins econômicos).
- **O que é confiscado: tudo** que pertence ou está sob controle da organização, incluindo imóveis, veículos, dinheiro em contas, aplicações financeiras e participações em empresas.

- **"Laranjas":** pessoas físicas ou jurídicas que emprestam seu nome para esconder bens da organização receberão **as mesmas penas** dos integrantes. Basta provar que a pessoa sabia ou foi negligente em relação à origem ilícita dos bens.
- **Processo:** O confisco pode ser decretado diretamente na sentença condenatória, sem necessidade de um processo separado.
- **Destino dos bens:** **prioridade** para indenizar vítimas e, depois, para fundos de proteção social e segurança pública.
- **Prazo:** A execução do confisco deve ocorrer em 30 dias após a decisão judicial final.

Objetivo da Lei:

Desestruturar financeiramente o crime organizado, atacando seu patrimônio e combatendo a impunidade, com base no princípio de que "o crime não pode compensar"

62- PREJUÍZO AO ERÁRIOO

RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO DE FUNDAMENTAÇÃO FÁTICA E DOCUMENTAL

PREJUÍZOS CAUSADOS AO ERÁRIOO PÚBLICO E AO POVO BRASILEIRO (1985-2026)

RESUMO EXECUTIVO

1. OBJETIVO DO DOCUMENTO

Este relatório consolida o levantamento histórico, documental e probatório dos prejuízos causados ao patrimônio público brasileiro entre **15 de março de 1985** (redemocratização) e **2026**, para subsidiar ações judiciais, representações ao Ministério Público, Tribunais de Contas ou CPLs.

2. VALOR TOTAL ESTIMADO DOS PREJUÍZOS

R\$ 1,1 TRILHÃO (um trilhão e cem bilhões de reais)

Este montante considera:

- Programas de perdão de dívidas (Refis) e renúncias fiscais;
- Privatizações de empresas e ativos estratégicos por valores abaixo do preço de mercado;
- Concessões de serviços públicos sem garantias de modicidade tarifária;
- Decisões administrativas (Carf) que perdoaram bilhões a bancos e grandes empresas;
- Impactos diretos no bolso do consumidor (combustíveis, energia, telecomunicações).

O que esse valor representa em termos de perdas para o povo:

- **Escolas** que deixaram de ser construídas;
- **Hospitais** que deixaram de ser equipados;
- **Estradas** que deixaram de ser duplicadas;
- **Empregos** que deixaram de ser gerados;
- **Vidas** que poderiam ter sido salvas com investimentos em saúde, segurança e infraestrutura.

3. PRINCIPAIS CASOS DOCUMENTADOS POR GOVERNO

3.1. Governo FHC (1995-2002) – R\$ 108 bilhões

- **Vale do Rio Doce (1997):** Vendida por R\$ 3,3 bi (valor real estimado: +R\$ 100 bi). Hoje vale R\$ 452 bi. Lucro só em 2021: R\$ 121 bi. Tragédias de Mariana (19 mortos) e Brumadinho (265 mortos).
- **Sistema Telebrás (1998):** Vendido por R\$ 22 bi. Resultado: oligopólio, preços altos, qualidade baixa, exclusão digital.

3.2. Governo Lula (2003-2010) – R\$ 62,3 bilhões

- **Refis da Crise (2009):** R\$ 60,9 bilhões em perdão de dívidas para empresas.

3.3. Governo Dilma (2011-2016) – R\$ 200 bilhões

- **Desoneração da folha (2013-2022):** R\$ 133 bilhões em renúncias fiscais, fragilizando a Previdência.

3.4. Governo Temer (2016-2018) – R\$ 122 bilhões

- **Refis/Pert (2017):** R\$ 47,4 bilhões perdoados.
- **Perdão ao Itaú (Carf – 2017):** R\$ 25 bilhões.
- **Perdão ao Santander (Carf – 2017):** R\$ 338 milhões.

3.5. Governo Bolsonaro (2019-2022) – R\$ 340 bilhões

Caso	Prejuízo	Impacto ao Povo
Refinaria RLAM (BA) – 2021	Vendida por US\$ 1,65 bi (valia +US\$ 3 bi). CGU confirma venda "abaixo do preço".	Gasolina mais cara do Brasil (R\$ 0,50/l acima da média); monopólio regional (90% do mercado baiano); desabastecimento de gás.
BR Distribuidora (Vibra)	Margem da gasolina +54%, diesel +59%, GLP +70,6%; Ebitda/m ³ +142%.	Consumidor paga a conta; distribuidoras especulam com preços; Estado sem ferramentas para intervir.
Eletrobras (2022)	R\$ 33,7 bi, com "jabutis" no Congresso.	Conta de luz mais cara (termelétricas a gás pagas pelo consumidor); demissão de 13,5 mil funcionários.
Outros	Liquigás, TAG, Codesa, 34 aeroportos.	Perda de controle sobre setores estratégicos.

3.6. Governo Lula 3 (2023-2026) – R\$ 240 bilhões (projeção)

- PPI (90 projetos, R\$ 220 bi em investimentos contratados).
- Desoneração da folha (R\$ 19 bi/ano).
- Consequências das privatizações anteriores persistem: gasolina cara na BA, margens abusivas da Vibra, energia mais cara.

4. QUADRO CONSOLIDADO POR GOVERNO

Período	Governo	Prejuízo (R\$ bi)
1985-1990	Sarney	~ 3
1990-1992	Collor	~ 8
1992-1994	Itamar Franco	~ 10
1995-2002	FHC	~ 108
2003-2010	Lula 1 e 2	~ 62

2011-2016	Dilma	~ 200
2016-2018	Temer	~ 122
2019-2022	Bolsonaro	~ 340
2023-2026	Lula 3	~ 240
TOTAL	1985-2026	~ R\$ 1,1 TRILHÃO

5. IMPACTOS DIRETOS SOBRE O POVO BRASILEIRO

- **Combustíveis mais caros:** Gasolina na BA R\$ 0,50/l acima da média; margens de distribuição +54% a +70%.
- **Energia mais cara:** Termelétricas a gás (jabutis) pagas pelo consumidor.
- **Serviços públicos precários:** Telecomunicações com oligopólio e preços altos; rodovias com pedágios caros sem contrapartida.
- **Tragédias humanas e ambientais:** Mariana (19 mortos) e Brumadinho (265 mortos) – gestão privada sem fiscalização.
- **Perda de soberania nacional:** Mineração (Vale), energia (Eletrobras, RLAM), distribuição (Vibra).
- **Renúncias fiscais e perdões:** Refis, Pert e desonerações beneficiaram bancos e grandes empresas, enquanto o povo arca com a conta.

6. FONTES UTILIZADAS

- **Órgãos oficiais:** CGU, TCU, MPF, PPI, Receita Federal.
- **Institutos de pesquisa:** Ineep, DIEESE, CUT, AEPET-BA.
- **Imprensa:** CNN Brasil, G1, O Tempo, Agência Brasil, Brasil de Fato, Folha de SP.

7. PEDIDO FINAL

Requer-se que este relatório seja aceito como **fundamento fático e documental** para:

- Instauração de inquéritos civis e criminais pelo Ministério Público;
- Abertura de tomadas de contas especiais pelo TCU;
- Criação de Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI);
- Propositura de ações de improbidade e ações civis públicas;
- Revisão de contratos lesivos e anulação de atos ilegais.

O povo brasileiro, verdadeiro titular do patrimônio público, clama por justiça, reparação e pela garantia de que tais prejuízos não voltarão a ocorrer.

Com base no texto consolidado fornecido, segue um resumo objetivo da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) e do Projeto de Lei (PL):

Resumo da Proposta de Emenda à Constituição e Projeto de Lei

Título: Proteção do Erário Público e Responsabilização de Agentes que Causem Prejuízo ao Patrimônio do Povo Brasileiro.

Objetivo Geral: Criar o Sistema Nacional de Proteção ao Erário Público para responsabilizar civil, administrativa e criminalmente agentes que, dolosamente (com intenção), causem danos ao patrimônio público e recuperar ativos desviados desde a redemocratização.

Principais Pontos da Proposta:

1. **Inclusão de Agentes Políticos:** A proposta estende a punição a deputados, senadores e vereadores que, no exercício do mandato, aprovem leis ou pratiquem atos que dolosamente causem prejuízo ao erário, com previsão de perda automática do mandato em caso de condenação.
2. **Mecanismos Legais Propostos:**
 - a. **Imprescritibilidade:** Torna imprescritíveis os crimes dolosos contra a administração pública que causem lesão qualificada ao erário (podem ser investigados a qualquer tempo).
 - b. **Penas Rigorosas:** Estabelece pena de 30 anos de reclusão em regime fechado, sem progressão, indulto ou anistia, podendo a prisão ser mantida por prazo indeterminado se houver risco à República.
 - c. **Confisco Alargado:** Institui o confisco total de bens do condenado, familiares e "laranjas", com inversão do ônus da prova (o acusado precisa provar a origem lícita do patrimônio).
 - d. **Responsabilização de Terceiros:** Pune "laranjas" com a mesma pena do autor do crime.
 - e. **Retroatividade:** Garante a retroatividade das disposições civis e administrativas para fatos ocorridos desde 15 de março de 1985, permitindo a reparação histórica dos prejuízos listados.
3. **Justificativa Histórica:** A proposta é motivada por um levantamento que estima prejuízos de aproximadamente **R\$ 1,1 trilhão** ao erário entre 1985 e 2026,

decorrentes de privatizações subvalorizadas (ex: Vale, Eletrobras), programas de perdão de dívidas (Refis) e renúncias fiscais.

4. **Estrutura da Proposta:**

- a. **PEC:** Altera a Constituição para permitir a imprescritibilidade, excepcionar a proibição de penas perpétuas em casos extremos e estabelecer a base para o confisco.
- b. **PL:** Regulamenta as novas normas, definindo crimes, penas, procedimentos de confisco e a tipificação das condutas legislativas lesivas.

5. **Comissão da Verdade:** Cria a Comissão Nacional da Verdade sobre o Patrimônio Público (CNVPP) para investigar e documentar os atos lesivos ocorridos nas últimas quatro décadas.

Anexos: O projeto é acompanhado de três anexos com dados oficiais que detalham os prejuízos por governo e os casos emblemáticos de privatizações e renúncias fiscais.

63- PORTE DE ARMAS

Resumo do Projeto de Lei n.º 63, de 2025 -

"Estatuto de Controle de Armas e Prevenção à Violência"

Objetivo Geral: O projeto visa restringir drasticamente o acesso a armas de fogo e munição no Brasil, revogando as flexibilizações legislativas aprovadas a partir de 2019 e restabelecendo e tornando mais rigorosas as regras do Estatuto do Desarmamento.

Principais Medidas Propostas:

1. **Restrições a Armas e Munição:**

- **Armas de Uso Restrito:** São consideradas de uso restrito e proibidas para civis armas de calibre superior a.38 (revólveres) e.380 (pistolas). Seu comércio é permitido apenas para forças de segurança e militares.
- **Limite de Munição:** Fica proibida a venda de mais de **50 unidades de munição por ano** para cada usuário registrado.

2. **Regras para Posse (ter a arma em casa ou no trabalho):**

- **Idade Mínima:** 21 anos completos.
- **Requisitos Rigorosos:** O cidadão deve comprovar:
 - o Ausência de antecedentes criminais e de inquéritos.
 - o Residência fixa e ocupação lícita.
 - o Capacidade técnica e psicológica atestada por laudos.
 - o Conclusão de curso de manejo (mínimo de 16 horas).
 - o **Justificativa documentada de necessidade**, como ameaça real comprovada por registro de ocorrência policial.
- **Validade e Limite:** O registro terá validade de **3 anos**, devendo ser totalmente renovado. Fica estabelecido o limite de **apenas 1 arma por pessoa**.

3. Regras para Porte (carregar a arma):

- **Restrição a Profissionais:** O porte continua restrito a categorias específicas (como policiais, seguranças privados em serviço, magistrados, etc.).
- **Exceção para Civis:** O porte para outros civis será **excepcionalíssimo**, dependendo de decisão fundamentada da Polícia Federal que comprove risco iminente à vida. A validade, se concedido, será de **1 ano**.

4. Sistema de Controle:

- Criação de um **Sistema Nacional Integrado de Armas (SINIA)** para unificar todos os dados de registros e vendas, com acesso em tempo real pelas polícias.

5. Aumento de Penas e Agravantes:

- **Majoração de Penas:** Aumento das penas-base para crimes como porte ilegal, posse irregular, tráfico internacional e venda irregular de arma de fogo.
- **Agravante de Penas:** O uso de arma de fogo, na prática de qualquer crime (como roubo, homicídio, violência doméstica) majorará a pena em **1/3 a 2/3**.
- **Regime mais Severo para Reincidentes:** Reincidentes em crimes com armas poderão cumprir pena em regime inicial fechado e ficarão impedidos de obter benefícios até o cumprimento de grande parte da pena.

6. Disposições Finais e Transitórias:

- **Revogação Expressa:** Ficam revogados todos os decretos e portarias que flexibilizaram as regras a partir de 2019.
- **Adequação:** Os atuais possuidores de registro e porte terão **180 dias** para se adequarem às novas regras.
- **Campanha de Desarmamento:** O governo federal lançará uma Campanha Nacional Permanente pela Paz e pelo Desarmamento.

Justificativa (Base do Projeto): O projeto argumenta que a flexibilização do acesso a armas não aumentou a segurança, mas sim correlacionou-se com o **aumento de homicídios, feminicídios, suicídios e acidentes**. Inspirado em experiências internacionais (como Austrália e Reino Unido), defende que **menos armas em circulação significam menos vidas perdidas**. A proposta posiciona o Estado como o principal responsável pela segurança pública, priorizando a segurança coletiva sobre o interesse individual na posse de armas.

64- DÍVIDA PÚBLICA, DIRETRIZES E PREMISSAS

RESUMO DO PROJETO DE LEI

O Projeto de Lei propõe duas medidas principais, tratadas em capítulos distintos:

1. Negociação de Dívidas com a União (Capítulos I a IV e Justificativa)

- **Objetivo:** Permitir que Estados e o Distrito Federal renegociem ou liquidem suas dívidas com a União.
- **Meio:** Utilizando o mecanismo de **dação em pagamento**, ou seja, a quitação da dívida por meio da transferência de bens.
- **Bens Aceitos:** Bens considerados estratégicos, como:
 - o Concessões de serviços públicos (água, energia, saneamento).
 - o Participações em empresas de infraestrutura crítica.
 - o Ativos imobiliários de interesse da União.
 - o Outros bens declarados de interesse público.
- **Crêditos:** A negociação dependerá de análise técnica, avaliação por instituição financeira e comprovação da regularidade jurídica dos bens.
- **Destinação de Imóveis:** Imóveis da União desativados terão uso prioritário para repartições públicas (para reduzir gastos com aluguel) ou serão integrados a um **Programa de Locação Social (PLS-U)**.
- **Programa de Locação Social (PLS-U):** Oferecerá imóveis para aluguel social (preço abaixo de mercado) para população de baixa renda e também a preço de mercado para quem puder pagar. A gestão será da Secretaria do Patrimônio da União (SPU).

2. Instauração Obrigatória de CPI do Judiciário (Capítulo XI)

- **Determinação:** O Congresso Nacional fica **obrigado a instalar uma CPI** para investigar o Poder Judiciário.
- **Objeto da CPI:** Apurar supostos desvios de conduta, recebimento de vantagens indevidas, favorecimentos ilícitos e outras irregularidades envolvendo membros e servidores de **todas as esferas do Judiciário** (Estadual, Federal, Trabalho, Militar, Eleitoral e Tribunais Superiores).
- **Prazos:**

- o A CPI deve ser criada em até **60 dias** após a vigência da lei.
- o Terá **180 dias** para funcionar, com possibilidade de uma prorrogação por igual período.
- **Resultado:** O relatório final será enviado ao Ministério Público Federal e outros órgãos para as medidas cabíveis.
- **Consequência por Descumprimento:** O não cumprimento do prazo para instalação da CPI acarretará responsabilidade político-administrativa para as autoridades competentes.

Em síntese, o projeto une dois temas distintos:

1. Um mecanismo de política fiscal e patrimonial para renegociar dívidas estaduais e aproveitar imóveis públicos.
2. Uma determinação legal para a abertura de uma CPI voltada à investigação do Poder Judiciário.

65- TERRAS RARAS

Claro, aqui está um resumo conciso do projeto **BRA-RARAS 2050** e da minuta da PEC proposta.

Resumo do Projeto BRA-RARAS 2050

Visão Geral: Transformar o Brasil em uma potência global na cadeia produtiva de **terras raras**, saindo da posição de exportador de minério para a de produtor de tecnologia de alto valor, por meio de uma **parceria estratégica com a China**, garantindo soberania e sustentabilidade.

Premissas Fundamentais:

1. **Soberania:** Terras raras são declaradas **bem público e Patrimônio Estratégico Nacional**. A propriedade é da União.
2. **Parceria, não Dependência:** Cooperação com a China focada em **transferência de tecnologia** e acesso a mercados, evitando a dependência.
3. **Sustentabilidade:** Adoção do **"Selo Verde Brasil"**, um diferencial competitivo baseado em práticas ambientais rigorosas.
4. **Industrialização: Beneficiamento local obrigatório** para criar uma indústria nacional de transformação.

Pilares Estratégicos:

1. **Governança:** Criação de uma **Lei das Terras Raras**, um **Conselho Nacional (CNTR)** e uma **Empresa Brasileira de Terras Raras (EBTR)** para gerir o setor.
2. **Parceria com a China (em fases):**
 - a. **Fase 1 (0-3 anos):** Prospeção e pesquisa conjunta.
 - b. **Fase 2 (3-8 anos):** Mineração e beneficiamento primário por meio de **consórcios liderados pela EBTR**.
 - c. **Fase 3 (8-15 anos):** Industrialização no Brasil, com criação de fábricas de componentes (como ímãs para motores elétricos).
3. **Sustentabilidade:** Uso de tecnologias de baixo impacto, gestão de rejeitos e energia renovável, com certificação "Selo Verde".
4. **Inovação:** Criação de um Instituto de Tecnologia e de um **Fundo Soberano** para investir em P&D, educação e compensar comunidades.

Cronograma (2024-2050):

- **Fase 0 (2024-2025):** Preparação legal e institucional.
- **Fase 1 (2026-2028):** Mapeamento geológico e estudos.
- **Fase 2 (2029-2035):** Estabelecimento das minas e usinas de beneficiamento.
- **Fase 3 (2036-2045):** Industrialização e domínio tecnológico.
- **Fase 4 (2046-2050):** Liderança global como exportador de tecnologia.

Resumo da Minuta da PEC (Proposta de Emenda à Constituição)

Objetivo: Inserir na Constituição Federal o regime jurídico das terras raras, institucionalizando os princípios do projeto BRA-RARAS 2050.

Pontos Principais da Proposta de Emenda:

- **Art. 1º: declara** as terras raras como **Patrimônio Estratégico Nacional** e bem de uso comum do povo, sob **monopólio da União** (equiparando-as ao petróleo).
- **Art. 1º, § 2º:** Estabelece os fundamentos que a lei ordinária deverá regulamentar:
 - o Criação da **Empresa Brasileira de Terras Raras (EBTR)**.
 - o Criação do **Conselho Nacional de Terras Raras (CNTR)**.
 - o **Obrigatoriedade do beneficiamento e industrialização** no território nacional.
 - o Preferência por parcerias que garantam **absorção de tecnologia**.
 - o Criação do **Fundo Soberano de Terras Raras**.
 - o Exigência de **proteção ambiental** e instituição do **"Selo Verde Brasil"**.
- **Art. 2º (Disposição Transitória):**
 - o Determina que a lei de regulamentação seja enviada ao Congresso em **180 dias**.

- o **Impõe uma moratória** imediata sobre novas concessões de terras raras até a nova lei entrar em vigor, evitando uma corrida especulativa.

Conclusão: A PEC fornece a base constitucional para garantir que a exploração de terras raras seja um motor de **desenvolvimento soberano, tecnológico e sustentável**, assegurando que a riqueza finita do mineral se transforme em um legado permanente para o povo brasileiro.

66- PLEBISCITO PARA ATIVOS E SERVIÇOS ESSENCIAIS

Resumo da Proposta de Emenda à Constituição (PEC)

A PEC tem como objetivo principal **consagrar a água como um direito humano fundamental e um bem público**, além de estabelecer **mecanismos de consulta popular** para a venda ou concessão de ativos estratégicos do país.

Principais Alterações Propostas:

1. **Água como Direito Fundamental (Art. 1º):** Inclui a água no Artigo 5º da Constituição, definindo-a como um bem público, essencial à vida e com direito de acesso garantido a todos.
2. **Competência da União e Vedação à Privatização (Art. 2º):** Dá à União a competência para gerir os recursos hídricos, **proibindo expressamente sua privatização**. Estabelece prioridade para o consumo humano e veta a interrupção do fornecimento por falta de pagamento.
3. **Consulta Popular Obrigatória (Art. 3º):** Determina que qualquer processo de privatização ou concessão de ativos estratégicos (como água, energia, petróleo, portos, etc.) só pode ocorrer após a **realização de um plebiscito nacional**, autorizado pelo Congresso.
4. **Conselho de Controle Social (Art. 4º):** Cria o Conselho Nacional de Defesa do Patrimônio Estratégico (CNDPE), um órgão com participação majoritária da sociedade civil para fiscalizar e emitir pareceres sobre os processos que envolvam esses ativos.
5. **Iniciativa Popular de Plebiscito (Art. 5º):** Permite que a população, através da coleta de assinaturas, solicite diretamente a realização de um plebiscito sobre esses temas, sem depender da iniciativa do Congresso.

Objetivo Central: A PEC busca transformar a água em um direito fundamental indisponível e criar instrumentos democráticos para proteger este e outros patrimônios estratégicos da Nação, dando à população o poder de decisão final sobre sua alienação.

67- DATA-CENTER

A proposta consiste na criação de um **arcabouço legal e institucional robusto** para garantir a soberania e segurança dos dados brasileiros, dividido em dois pilares principais:

1. Criação da Empresa Brasileira de Dados Soberanos (EBDS)

- **Natureza:** Empresa pública federal vinculada à **Presidência da República**, com personalidade de direito privado para agilidade e flexibilidade.
- **Finalidade Principal:** Implementar, gerir e operar a infraestrutura nacional de data centers estatais, assegurando a soberania, segurança e privacidade dos dados.
- **Atribuições-Chave:**
 - o Construir e operar data centers de alta segurança.
 - o Prestar serviços de nuvem (IaaS, PaaS, SaaS) para toda a administração pública.
 - o Desenvolver pesquisas em segurança cibernética e criptografia.
 - o Coordenar respostas a incidentes cibernéticos.
- **Governança Forte (CONAD):** Conselho de Administração com representantes de vários ministérios (Casa Civil, GSI, Defesa, Justiça, etc.) e especialistas, garantindo equilíbrio entre segurança, legalidade e desenvolvimento.
- **Controle Interno Rigoroso:** Criação do COSEA, um comitê com poder de veto para auditoria contínua e investigação de desvios.
- **Regime de Pessoal Híbrido:** Combina a estabilidade do regime estatutário com a flexibilidade da CLT, com processos rigorosos de seleção e monitoramento para todos os funcionários.
- **Sistema Nacional (SINAD):** Cria o SINAD, consolidando a infraestrutura da EBDS como o ambiente preferencial para os dados públicos, com prazo de 5 anos para migração.

2. Lei de Proteção de Dados Soberanos e Segurança Cibernética Nacional

Esta lei complementar estabelece **regras duras e punições exemplares** para proteger os dados.

- **Princípios Fundamentais:** Soberania dos dados, finalidade específica, minimização e transparência controlada.
- **Regras Operacionais "Duras":**
 - o **Segurança Física:** Localização secreta, acesso biométrico multifatorial, zonas de exclusão e blindagem contra ataques.
 - o **Segurança Lógica:** Sistemas "air-gapped" (isolados) para dados sensíveis, criptografia quântica, múltiplas camadas de defesa e auditoria contínua com IA.
 - o **Governança de Pessoal:** Investigação de antecedentes, termo de sigilo perpétuo e monitoramento contínuo.
- **Crimes e Punições Exemplares:**
 - o **Divulgação Não Autorizada:** 8 a 20 anos de reclusão. Se para governo estrangeiro, equiparado a **traição nacional** (20 a 30 anos).
 - o **Invasão Cibernética:** 10 a 25 anos de reclusão.
 - o **Negligência Grosseira:** 3 a 10 anos de reclusão e proibição de exercer cargo.
- **Fiscalização e Aplicação:**

- o Criação de um **Tribunal de Contas de Dados (TCD)** para auditorias, aplicar sanções e julgar os crimes.
- o Criação de uma **Agência Nacional de Segurança de Dados (ANSd)** como órgão regulador.

Conclusão do Resumo:

A proposta visa criar um sistema "**blindado**" onde:

1. A **prevenção é máxima**, com infraestrutura física e lógica de segurança extrema e governança diversificada.
2. A **dissuasão é total**, com penas de prisão longas e agravantes severas (como equiparação à traição) para quem violar a segurança dos dados.

O objetivo final é transformar a visão de soberania de dados em uma realidade operacional, protegendo as informações da população e do Estado como um **pilar da segurança nacional no século XXI**.

68- ARBORIZAÇÃO FRUTÍFERA

Proposta de Emenda à Constituição (PEC) n.º 68 /2025

Objetivo Principal: Tornar obrigatória a integração de espécies frutíferas, preferencialmente nativas, nas políticas de arborização urbana e segurança alimentar dos municípios.

Resumo Executivo

1. **O Que Propõe:**
 - a. Altera a Constituição para **obrigar os municípios** a incluírem árvores frutíferas em seus planos diretores, políticas de arborização e programas de segurança alimentar.
 - b. Determina que a União, Estados e Municípios devem fomentar esses programas por meio de incentivos fiscais, educação ambiental e parcerias.
2. **Justificativa (Principais Motivos):**
 - a. **Ambiental:** Combater ilhas de calor, aumentar a biodiversidade e melhorar a qualidade do ar.
 - b. **Social:** Promover segurança alimentar, oferecendo acesso gratuito a alimentos saudáveis, principalmente em comunidades carentes.
 - c. **Econômico:** Gerar empregos "verdes" e potencialmente reduzir custos públicos com saúde.

- d. **Educacional:** Servir como ferramenta de educação ambiental ao ar livre.
- 3. **Mudanças Constitucionais Propostas:**
 - a. **Art. 182:** Inclui uma competência municipal para promover **obrigatoriamente** a arborização frutífera com funções ecológica, paisagística e de segurança alimentar.
 - b. **Art. 225:** Acrescenta um parágrafo definindo instrumentos para fomentar a prática, como incentivos fiscais a propriedades privadas e parcerias com a sociedade civil.
- 4. **Implementação e Prazos:**
 - a. A PEC entra em vigor imediatamente após sua publicação.
 - b. Os municípios terão **2 anos** para se adequarem, revisando seus planos diretores e leis.
- 5. **Impactos Esperados:**
 - a. Revisão de leis municipais de zoneamento e planejamento urbano.
 - b. Adaptação das estruturas administrativas das prefeituras.
 - c. Necessidade de previsão orçamentária para compra de mudas, plantio e manejo.
- 6. **Estratégia e Controvérsias:**
 - a. Serão necessárias leis complementares em todas as esferas de governo para detalhar a implementação.
 - b. **Possíveis objeções** (como "vai sujar as calçadas" ou "atrair animais") são contornadas com a **escolha criteriosa de espécies nativas** adequadas ao ambiente urbano e programas de **educação ambiental** e manejo correto.

Conclusão: A PEC visa transformar as cidades brasileiras em espaços mais verdes, produtivos e resilientes, usando a arborização como uma ferramenta multifuncional para enfrentar desafios ambientais e sociais.

69- ESTATUTO DA DIGNIDADE ANIMAL

RESUMO EXECUTIVO

PROJETO DE LEI – ESTATUTO DA DIGNIDADE ANIMAL

Versão consolidada com prazo de 5 anos e abrangência multiespécie

OBJETIVO GERAL

Instituir o **Estatuto da Dignidade Animal** em todo o território nacional, estabelecendo normas obrigatórias para a criação, transporte e abate de **todas as espécies de**

produção (aves, suínos, bovinos, ovinos, caprinos, equinos, peixes e aquáticos), com base no reconhecimento da **senciência animal** e no princípio **in dubio pro animal**.

Prazo único para adequação: 5 anos para todos os empreendimentos, novos ou existentes.

ESTRUTURA DA LEI

Capítulo	Tema
I	Disposições preliminares (definições e princípios)
II	Proximidade e descentralização do abate
III	Abate humanitário e manejo não aversivo
IV	Especificidades por espécie (criação e abate)
V	Fiscalização, penalidades e responsabilização
VI	Prazo de adaptação e disposições finais

PRINCÍPIO DA PROXIMIDADE (CAP. II)

Ideia central: Eliminar o transporte de longa distância de animais vivos.

- **Abatedouros regionais:** novos empreendimentos devem ser instalados em raio de até **60 km** das áreas de produção.
- **Abate na fazenda (on-farm):** autorizado e incentivado, inclusive com **Unidades Móveis de Abate**.
- **Transporte inevitável:** tratado como extensão dos currais – máximo 4 horas, paradas técnicas, climatização, proibição de mistura de lotes.

MANEJO PRÉ-ABATE NÃO AVERSIVO (CAP. III)

- **Insensibilização prévia obrigatória** para todas as espécies.
- **Protocolo de familiarização:** ambiente de abate deve simular condições da fazenda.

- **Vedação da "novidade traumática"** nas 48h que antecedem o abate (pessoas estranhas, sons novos, mistura com lotes desconhecidos).
- **Proibição de elementos aversivos:** choques, gritos, ferrões.

REGRAS POR ESPÉCIE (CAP. IV)

Espécie	Criação	Abate
AVES	Fim das gaiolas; cama/aviário; 5 aves/m ² ; enriquecimento (poleiros, areia)	Abatedouro ≤ 60 km; veículo climatizado; jejum ≤ 6h
SUÍNOS	Fim das celas de gestação; espaço: 2,25 m ² (gestação) / 5 m ² (maternidade); material manipulável; piso adequado	Abate regional ou na fazenda; manejo em grupos familiares; insensibilização
BOVINOS, OVINOS, CAPRINOS	Confinamento: 10 m ² /animal; sombreamento; analgesia em procedimentos; fim das gaiolas de vitelo	Currais com sombra/água; espera ≤ 2h; condução sem choque; insensibilização
EQUÍDEOS	Acesso diário a pasto/piquete; convívio social estável	Manejo por pessoas conhecidas; currais individuais com visualização de outros
PEIXES	Qualidade da água controlada (O ₂ , pH, temperatura); densidade adequada; enriquecimento ambiental	Insensibilização por eletronarcose ou hipotermia rápida; vedada asfixia em gelo

FISCALIZAÇÃO E PENALIDADES (CAP. V)

- **Representante Legal do Bem-Estar Animal** obrigatório em cada estabelecimento.
- **Câmeras de monitoramento** em todas as áreas de manejo, imagens armazenadas por 90 dias.
- **Capacidade processual dos animais:** podem ser parte em ações judiciais (representados por MP, Defensoria, associações ou guardiães).

- **Multa:** 2.000 UFESP por animal em situação irregular (dobro na reincidência).
- **Penalidades administrativas:** apreensão dos animais, suspensão do alvará, interdição, proibição de contratar com o poder público.
- **Alteração da Lei de Crimes Ambientais (art. 32):** pena de reclusão de **2 a 5 anos** para maus-tratos, incluindo manutenção em condições vedadas por esta Lei.

PRAZO DE ADAPTAÇÃO (CAP. VI)

5 ANOS para todos os empreendimentos, novos ou existentes, se adequarem a:

- Condições de criação por espécie
- Estruturas descentralizadas de abate
- Monitoramento por câmeras
- Nomeação do representante de bem-estar animal

Novos empreendimentos: devem seguir a Lei desde o início, mas podem usar o prazo de 5 anos para estruturas fixas de grande porte, mediante cronograma aprovado.

INOVAÇÕES DESTA VERSÃO

Inovação	Descrição
Lei única multiespécie	Abrange aves, suínos, bovinos, equinos, peixes e pequenos ruminantes em um só diploma
Prazo único de 5 anos	Equilíbrio entre urgência ética e viabilidade econômica
Abate na fazenda	Autorização para abate <i>on-farm</i> e unidades móveis
Fim do transporte longo	Transporte só excepcional, com limites rigorosos
Novidade traumática	Conceito inédito que veda rupturas bruscas no pré-abate
Peixes incluídos	Regras específicas para bem-estar de aquáticos

Capacidade processual dos animais	Animais como parte em processos judiciais
--	---

COMPARATIVO: MODELO ATUAL X MODELO PROPOSTO

Aspecto	Hoje	Com a Lei
Transporte	Longas distâncias (dias de viagem)	Máximo 4h ou abate na fazenda
Alojamento	Gaiolas, celas de gestão	Espaço amplo, enriquecido
Abate	Estresse, novidade traumática	Ambiente familiar, sem medo
Fiscalização	Limitada	Câmeras obrigatórias, representante legal
Penalidades	Brandas	Reclusão de 2 a 5 anos
Peixes	Sem proteção específica	Insensibilização obrigatória

RESUMO DA FILOSOFIA

"Do nascimento ao abate, uma vida sem medo."

O animal deve:

- ☒ Viver com espaço, conforto e respeito à sua natureza
- ☒ Ser abatido no mesmo bioma onde nasceu (ou o mais próximo possível)
- ☒ Percorrer, se necessário, um trajeto que seja extensão de seu ambiente familiar
- ☒ Jamais experimentar choque, dor, solidão ou novidade traumática
- ☒ ter seus direitos reconhecidos em juízo

PRÓXIMOS PASSOS (SUGESTÃO)

- **Checklist para adequação de empresas do setor**

70- PROJETO EDUCACIONAL

Visão Geral

O projeto "Formando Donos do Futuro" é um sistema educacional integrado e inovador, da Educação Infantil à Universidade, com o objetivo principal de **erradicar o analfabetismo funcional e digital em 10 anos** e formar indivíduos autônomos, críticos e preparados para o século XXI.

Principais Objetivos

- Eliminar o analfabetismo em uma década.
- Formar indivíduos autônomos ("donos de si").
- Integrar todos os níveis de educação (infantil, básica, técnica e superior) em um fluxo contínuo.
- Valorizar e reciclar constantemente os professores com formação prática.

Estrutura e Metodologia por Fase

- Educação Infantil (0-6 anos) - "Sementes Autônomas"**
 - Foco:** Autonomia emocional e cognitiva.
 - Metodologia:** Aprendizagem por jogos, exploração sensorial e neurociência.
 - Inovação:** "Baby Tech Labs" com robótica simples e realidade aumentada.
- Ensino Fundamental (7-14 anos) - "Donos do Saber"**
 - Foco:** Alfabetização plena (leitura, matemática, programação, finanças).
 - Metodologia:** Projetos interdisciplinares e "Mastery Learning" (ninguém avança sem dominar o conteúdo).
 - Inovação:** Plataforma de IA para personalizar o ensino e detectar dificuldades.
- Ensino Médio (15-17 anos) - "Donos do Futuro"**
 - Foco:** Formação técnica, profissional e empreendedora.
 - Metodologia:** Rotas personalizadas (acadêmica, técnica, empreendedora) e currículo flexível (o aluno monta parte da grade com "Major e Minor").
 - Inovação:** Parcerias com empresas e laboratórios de realidade virtual para simulações de carreira.
- Universidade (18+ anos) - "Donos da Inovação"**
 - Foco:** Empregabilidade e criação de negócios.
 - Metodologia:** Micro graduações modulares e aprendizado baseado em desafios reais.
 - Inovação:** "Universidade sem Fronteiras" com aulas globais via metaverso.

Diferenciais e Expansões (Versão Ampliada)

- **Ensino Técnico Integrado:** A partir dos 14 anos, o aluno pode cursar o ensino médio junto com um curso técnico.
- **Ensino Integral:** Atividades esportivas, culturais e de apoio pedagógico no contraturno.
- **Currículo Flexível:** O aluno personaliza seu itinerário formativo de acordo com seus interesses e habilidades.
- **Sistema de Apoio Contínuo:** Tutoria 24/7 via IA, salas de reforço e acompanhamento socioemocional.

Como se Tornar uma Referência Mundial

- **Tecnologia:** Desenvolver uma plataforma própria de IA e usar Metaverso para aulas imersivas.
- **Validação Científica:** Parceria com universidades de ponta (MIT, Harvard) para comprovar a eficácia.
- **Formação Docente de Excelência:** Certificação internacional e programas de intercâmbio.
- **Impacto Social Mensurável:** Erradicação do analfabetismo em comunidades vulneráveis.

Implementação e Viabilidade

- **Projeto de Lei:** O texto inclui uma minuta de lei para instituir o programa, com prazos graduais de implantação (projeto-piloto em 12 meses, universalização em 10 anos).
- **Financiamento:** Recursos do orçamento público, parcerias público-privadas (PPPs), doações e incentivos fiscais.
- **Gestão:** Criação de um comitê gestor para regulamentar e monitorar o programa.

Conclusão

O "Formando Donos do Futuro" é uma proposta abrangente que busca uma **reformulação completa do sistema de ensino**. Ele combina as melhores práticas educacionais globais com inovação tecnológica para criar um modelo replicável e eficaz, com a ambição de transformar a educação brasileira em um case de sucesso mundial.

71- EDUCAÇÃO CIEPS PAULO FREIRE

Aqui está um resumo estruturado do projeto **CIEPs 2035 - Modelo Chinês com Metodologia Paulo Freire**:

Visão Geral

O projeto propõe uma reforma educacional nacional, criando uma rede de Centros Integrados de Educação Pública (CIEPs) que combinam a **eficiência e o planejamento de longo prazo do modelo chinês** (foco em STEM, tecnologia e infraestrutura) com a **metodologia humanista e libertadora de Paulo Freire** (conscientização, diálogo e autonomia).

Objetivo Central

Formar um novo ser humano: **tecnicamente competente, socialmente consciente, ético e transformador** de sua própria realidade e da sociedade.

Fundamentos do Modelo

1. **Síntese Filosófica:**
 - a. **Componente Chinês:** Disciplina, planejamento estratégico, investimento em tecnologia e desenvolvimento nacional.
 - b. **Componente Freireano:** Educação como prática da liberdade, diálogo, valorização dos saberes locais e pedagogia do oprimido.
2. **Metodologia em Três Fases:**
 - a. **Curto Prazo (1-4 anos): Conscientização e Identidade:** Círculos de cultura, projetos de autoconhecimento e alfabetização política e digital.
 - b. **Médio Prazo (5-10 anos): Autonomia e Transformação:** Investigação de problemas reais da comunidade, laboratórios de emancipação e tutoria para desenvolvimento de projetos de vida.
 - c. **Longo Prazo (10-20 anos): Projeto de Nação:** Criação de universidades populares, banco de talentos comunitários e observatórios de justiça social.
3. **Currículo Integrado:**
 - a. Combina a excelência em Matemática, Ciências e Tecnologia (inspiração chinesa) com uma abordagem crítica e aplicada à realidade local (inspiração freireana).

Implementação em Toda a Federação

1. **Estratégia Nacional:**
 - a. **Governança Cooperativa:** União (diretrizes e financiamento), Estados (implementação regional) e Municípios (gestão local e integração comunitária).
 - b. **Expansão Gradual:** Começa com estados-piloto e atinge todos os municípios em 20 anos.
2. **Adaptações Regionais:**
 - a. O currículo terá um **núcleo nacional (60%)** e um **componente regional (40%)**, com "temas geradores" específicos de cada realidade.
 - b. **Exemplos:**

- i. **Norte (CIEPs da Floresta):** Sustentabilidade e conhecimentos tradicionais.
- ii. **nordeste (CIEPs do Semiárido):** Convivência com o clima e energia solar.
- iii. **sudeste (CIEPs da Inovação):** Tecnologia e empreendedorismo urbano.

3. Pilares de Sustentação:

- a. **Financiamento Tripartite:** Via Fundo Nacional de Educação Integral (FNEI), com recursos de royalties do petróleo e orçamentos públicos.
- b. **Formação de Educadores:** Criação de uma Universidade Federal da Educação Integral para capacitar professores no método.
- c. **Avaliação Contextualizada:** Índice de Desenvolvimento Educacional Integral (IDEI), que mede não só notas, mas também autoestima, projeto de vida e impacto social.
- d. **Gestão Democrática:** Conselhos nacionais, estaduais e escolares com participação paritária de estudantes, professores e comunidade.

Conclusão e Chamado à Ação

O projeto se apresenta como um **Projeto de Nação**, visando criar uma rede de 5.000 CIEPs até 2040. Seu legado esperado é uma geração de brasileiros capazes de liderar um desenvolvimento **justo, ético e sustentável**, tornando o Brasil uma referência mundial em educação integral.

A proposta é finalizada com um **Projeto de Lei** para institucionalizar o programa "Formando Donos do Futuro" e os CIEPs 2035, garantindo sua continuidade como uma **Política de Estado**.

72- CRECHES VIVAS

Resumo do Projeto "Creche Viva"

Objetivo Principal: Criar uma rede nacional de creches que vai além do cuidado e educação básica, promovendo o **desenvolvimento integral da criança** com uma **abordagem sistêmica** que envolve também a família e a comunidade.

Fundamentos (O "Porquê"): O projeto se baseia em três pilares:

- 1. **Visão Sistêmica Viva:** Compreende a criança como parte de um sistema familiar e social.
- 2. **Pedagogia que Pulsa:** Combina métodos consagrados (Montessori, Pikler) com educação ao ar livre (Outdoor Education).

3. **Psicologia Integrativa:** Une terapia infantil, parentalidade consciente e Constelação Familiar para cuidar dos vínculos.

Eixos de Atuação (O "Como"):

- **Para as Crianças:** Oferece atividades pedagógicas inovadoras que exploram a história familiar, oficinas de Constelação adaptadas e um espaço terapêutico para expressão emocional.
- **Para as Famílias (Mães):** Proporciona rodas de Constelação Familiar, apoio psicológico personalizado e cria uma rede de apoio entre mães (com mentorias e oficinas de autoconhecimento).
- **Para a Equipe:** Oferece capacitação contínua na abordagem sistêmica e supervisão para aplicar esses princípios.

Diferenciais Marcantes:

- Integração natural da educação emocional no cotidiano.
- Respeito e celebração de **todas as configurações familiares**.
- Foco na **prevenção de ciclos de traumas** transgeracionais.
- Envolvimento intergeracional (ex: "Avós Consteladores").
- Estrutura física sustentável, com eco arquitetura e espaços terapêuticos ao ar livre ("Jardim das Constelações").

Implementação e Escala: O projeto de lei propõe a implantação de **600 creches em 5 anos**, com prioridade para áreas de vulnerabilidade social, começando por um piloto em 12 creches.

Em Essência: A "Creche Viva" se propõe a ser um **transformador social**, atuando não apenas na educação infantil, mas fortalecendo os vínculos familiares e interrompendo ciclos disfuncionais, para que crianças, mães e comunidades se desenvolvam de forma mais saudável e conectada.

73- VILAS SUSTENTÁVEIS ECOLÓGICAS

:

Visão Geral

O projeto visa criar **vilas ecológicas autossustentáveis** em diferentes biomas brasileiros, tornando o Brasil uma referência global em habitação sustentável. O conceito integra materiais locais, mão de obra regional e tecnologias verdes para reduzir o impacto ambiental, gerar emprego e criar um modelo replicável.

Principais Pilares

1. **Materiais e Técnicas Locais:** Uso de recursos vernaculares (ex: madeira certificada na Amazônia, taipa no Nordeste, bambu na Mata Atlântica, contêineres reciclados no Sul/Sudeste) e técnicas de bio construção (pau-a-pique, adobe, taipa).
2. **Infraestrutura Sustentável:**
 - a. **Energia:** Painéis solares, micro-eólica e biodigestores.
 - b. **Água:** Captação de chuva, reúso de águas cinzas e filtros naturais.
 - c. **Saneamento:** Banheiros com postáveis e círculos de bananeiras.
3. **Permacultura como Coração:** Implementação de um design ecológico com zoneamento inteligente (Zonas 0 a 5) para garantir autossuficiência em alimentos, água e energia, por meio de:
 - a. Sistemas Agroflorestais (SAFs) e hortas comunitárias.
 - b. Gestão integrada de água, solo e resíduos.
4. **Implementação em 3 Fases:**
 - a. **Fase 1 (6 meses):** Planejamento, engajamento e capacitação.
 - b. **Fase 2 (12 meses):** Construção de uma vila piloto.
 - c. **Fase 3 (24 meses):** Expansão para outros biomas e divulgação internacional.
5. **Modelo de Governança e Financiamento:** Gestão por um comitê interdisciplinar e recursos provenientes de editais (BNDES, ONU), PPPs, crowdfunding e orçamento público.

Diferenciais para Ser Referência Mundial

- **100% off-grid** (autossuficiente em energia e água).
- **Zero desperdício** (uso de materiais reciclados/renováveis).
- **Tecnologia acessível e replicável.**
- **Modelo open-source** (plantas e manuais disponíveis gratuitamente).

Desdobramento Legal

O projeto inclui uma minuta de **Projeto de Lei** para institucionalizar o Programa "Vilas Verdes BR", estabelecendo diretrizes, fontes de financiamento e amparo legal para sua execução em nível nacional.

Objetivo Final: Criar comunidades que prosperem em harmonia com a natureza, servindo de modelo global para habitação sustentável, combate à crise climática e promoção da justiça social.

74- SUS CONTRA FRAUDE

Claro! Aqui está um resumo estruturado e conciso da proposta para um sistema de pagamento eficiente e combate a fraudes para aposentados no SUS:

Proposta: "SUS Justo – Aposentadoria Digna sem Fraudes"

Objetivo Central: Garantir que os aposentados recebam seus benefícios de forma ágil, justa e sem desvios, utilizando tecnologia avançada, transparência e políticas públicas eficientes.

Principais Estratégias e Pilares

1. Aprimoramento do Pagamento e Combate a Fraudes

- **Pagamento Automático e Centralizado:** Integração em tempo real entre INSS, SUS, bancos e Receita Federal para eliminar atrasos.
- **Cadastro Atualizado e Verificação Biométrica:** Atualização cadastral anual obrigatória com autenticação por biometria (reconhecimento facial e digital) para evitar "laranjas".
- **Inteligência Artificial Antifraude:**
 - o Cruza dados em tempo real (óbitos, movimentação bancária atípica, duplicidade de CPFs).
 - o Analisa atestados médicos com Processamento de Linguagem Natural (NLP) para detectar padrões de fraude.
 - o Identifica esquemas de colusão entre servidores, médicos e beneficiários.

2. Transparência Radical e Controle Social

- **Portal da Transparência:** Disponibiliza todos os pagamentos online para consulta pública.
- **Canais de Denúncia:** Aplicativo ou site para reportar suspeitas com anonimato e, em algumas propostas, recompensa por denúncias comprovadas.

3. Atendimento de Saúde Digno

- **Atendimento Prioritário:** Fila zero para idosos acima de 60 anos.
- **Telemedicina e Farmácia Popular:** Expansão do acesso a consultas remotas e medicamentos.

4. Mecanismos de Justiça e Sustentabilidade

- **Reajuste Automático:** Benefícios corrigidos mensalmente pela inflação para preservar o poder de compra.
- **Auxílio Emergencial:** Complemento financeiro para aposentados de baixa renda.
- **Fundo de Lastro:** Criação de um fundo sustentável para garantir os pagamentos no longo prazo.

Como Implantar

- **Fase 1 (Piloto):** Teste do sistema em 3 a 5 estados.

- **Fase 2 (Expansão):** Levar o modelo para todo o Brasil com ajustes.
- **Fase 3 (Aprimoramento):** Implementar tecnologias mais avançadas, como blockchain para registros imutáveis.

Benefícios Esperados

- **Fim dos atrasos** nos pagamentos.
- **Redução drástica de fraudes** (esperam-se 80% ou mais), economizando bilhões.
- **Saúde mais rápida e digna** para o aposentado.
- **Transparência total**, restaurando a confiança no sistema público.

Diferenciais Inovadores

- **Foco no Cidadão:** A tecnologia é usada a serviço do aposentado, não da burocracia.
- **Estado Pró-ativo:** O sistema identifica vulnerabilidades e age antes que os problemas se agravem.
- **Co-criação. Aposentados** participam ativamente do desenho e da validação do sistema.

Em resumo, o projeto propõe uma **revolução na gestão pública**, substituindo um modelo reativo e burocrático por um sistema **preditivo, eficiente e transparente**, que honra a contribuição dos aposentados ao país.

75- PATENTES MEDICAMENTOS

Resumo Executivo

A ideia de **acabar com as patentes** de medicamentos é **inviável e inconstitucional** por três motivos principais:

1. **Base Legal:** A Constituição Federal garante o direito à patente como um direito fundamental. Revogá-lo seria inconstitucional.
2. **Tratados Internacionais:** O Brasil é signatário do acordo TRIPS/OMC, que exige a proteção de patentes. Romper esse acordo traria retaliações comerciais.
3. **Desincentivo à Inovação:** As patentes são um incentivo econômico crucial para que a indústria farmacêutica invista bilhões no desenvolvimento de novos medicamentos.

A Solução Viável: Flexibilização do Sistema

Em vez de acabar com as patentes, a estratégia correta é usar **mecanismos legais já existentes** para balancear a propriedade intelectual com a saúde pública. O principal deles é o **licenciamento compulsório**.

- **O que é:** O governo quebra temporariamente a exclusividade da patente, permitindo que terceiros produzam o medicamento (genérico), mediante o pagamento de royalties ao detentor original.
- **Quando pode ser usado:** em casos de emergência de saúde pública, abuso de poder econômico pela detentora da patente ou alto ônus para o SUS.
- **Exemplo:** Em 2007, o Brasil usou esse instrumento para o medicamento Efavirenz (HIV), economizando milhões e garantindo acesso.

O Projeto de Lei em Foco

O Projeto de Lei anexado não propõe o fim das patentes, mas sim **regulamentar e agilizar o processo de licenciamento compulsório**. Seus principais pontos são:

- **Define situações claras** de "interesse público" que justificam o licenciamento (ex.: emergência sanitária, preços abusivos).
- **Estabelece prazos curtos** para a análise e decretação do licenciamento (máximo de 90 dias).
- **Cria um procedimento transparente** com participação do Ministério da Saúde, ANVISA e INPI.
- **Determina que os recursos economizados** sejam reinvestidos em pesquisa em saúde pública e no SUS.

Conclusão

A discussão não é entre "patentes versus nenhuma patente", mas sobre como **usar o sistema de patentes de forma inteligente e estratégica**. O caminho é fortalecer a capacidade do Estado de utilizar instrumentos como o licenciamento compulsório para garantir o acesso a medicamentos essenciais, respeitando o marco legal e internacional.

76- PLATAFORMA SUS DIGITAL 360

Claro, aqui está um resumo da proposta do **SUS Digital 360** ou **Prontuário Eletrônico Nacional (PEN)**:

Visão Geral

A proposta visa criar uma **plataforma nacional única e segura** que centraliza o histórico de saúde de cada cidadão, permitindo acesso instantâneo e autorizado por profissionais de saúde em qualquer ponto de atendimento do país.

Principais Módulos e Funcionalidades

1. **Módulo de Dados do Paciente (Prontuário Eletrônico Nacional - PEN)**
 - a. **O que é:** O "prontuário de vida" do cidadão.
 - b. **Dados incluídos:** **identificação**, histórico médico, alergias, medicamentos em uso, exames, carteira de vacinação e histórico de consultas.
 - c. **Funcionalidades-chave:**
 - i. **Acesso de Rotina:** Profissionais de saúde acessam dados conforme a permissão concedida pelo paciente.
 - ii. **Chave de Emergência:** Permite acesso a um resumo crítico (alergias, tipo sanguíneo, etc.) em situações de risco de vida com o paciente inconsciente.
 - iii. **Controle do Cidadão:** O paciente define quem acessa quais dados e pode consultar seu próprio prontuário.
2. **Módulo de Vigilância em Saúde Pública**
 - a. **O que é:** um dashboard que utiliza **dados anonimizados e agregados** da população.
 - b. **Objetivo:** Monitorar a saúde pública em tempo real.
 - c. **Funcionalidades:**
 - i. **Mapa de Calor:** Visualização geográfica de surtos de doenças.
 - ii. **Painéis de Métricas:** Número de casos, taxa de positividade de testes, ocupação de leitos e cobertura vacinal.
 - iii. **Sistema de Alerta:** Notifica automaticamente os órgãos de saúde quando a incidência de uma doença ultrapassa um limite pré-definido.
3. **Módulo de Interoperabilidade e Segurança**
 - a. **Interoperabilidade:** Uso de padrões nacionais (como o FHIR) para que todos os sistemas de saúde (públicos e privados) possam se conectar e trocar dados.
 - b. **Segurança:**
 - i. Criptografia de ponta a ponta.
 - ii. Autenticação de dois fatores (2FA) para profissionais.
 - iii. Uso de **blockchain** para criar um registro de auditoria imutável de todos os acessos aos dados, garantindo transparência e combatendo violações.

Benefícios

- **Para o Paciente:** Continuidade do cuidado, redução de erros médicos e empoderamento sobre seus dados.
- **Para o Profissional de Saúde:** Decisões mais informadas, maior eficiência e agilidade em emergências.
- **Para a Saúde Pública:** Detecção precoce de epidemias, otimização de recursos e base para pesquisas.

Disposições Legais e Implementação (Projeto de Lei)

- A plataforma será gratuita para cidadãos e unidades públicas de saúde.
- O consentimento livre e esclarecido do cidadão é princípio fundamental.
- A implementação será **gradual e escalonada**, com um prazo de **24 meses** para a disponibilização dos aplicativos móveis.
- O Ministério da Saúde será o responsável pela implementação e governança da plataforma.

Em resumo, o SUS Digital 360 é uma proposta para modernizar o SUS, criando um sistema de saúde integrado, seguro e baseado em dados, que beneficia tanto o cidadão individualmente quanto a saúde pública como um todo.

77- SISTEMA INTEGRADO DE DIAGNÓSTICO PRECOCE

Resumo do Projeto SIDP (Sistema Integrado de Diagnóstico Precoce e Personalizado)

Inspirado no trabalho da biomédica Deborah Zanforlin, o SIDP é um projeto revolucionário para a área da saúde que visa:

- **Objetivo Principal:** Criar um sistema de diagnóstico médico que combine **biossensores avançados** e **Inteligência Artificial** para detectar doenças (como câncer e infecções) em estágios iniciais e sugerir tratamentos personalizados.
- **Tecnologias-Chave:**
 - o **Biossensores Multiplexados:** Usam nanopartículas e peptídeos antimicrobianos para detectar vários biomarcadores de uma vez em uma pequena amostra (sangue, saliva).
 - o **IA Preditiva:** Analisa dados clínicos e genéticos para identificar padrões e recomendar terapias.
 - o **Dispositivo Portátil (BioChip):** Um chip de baixo custo e conectado que faz a análise rapidamente, ideal para áreas remotas.
- **Impacto:** Reduzir a mortalidade, economizar recursos públicos e democratizar o acesso a diagnósticos de precisão no Brasil.

Resumo do Projeto Brasil 2035: Nação do Conhecimento e Inovação

Este é um projeto de nação para transformar o Brasil em uma potência global em Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I) até 2035.

- **Visão Estratégica:** Usar o conhecimento como motor do desenvolvimento social, econômico e ambiental.
- **Quatro Pilares Principais:**
 - o **Sistema Nacional de Pesquisa:** Aumentar drasticamente o financiamento (para 2% do PIB), criar um fundo soberano, expandir bolsas de estudo e construir uma rede de institutos de pesquisa.
 - o **Missões Estratégicas:** Focar esforços em áreas críticas como **Saúde 4.0 (incluindo o SIDP)**, Energia do Futuro, Agrotech Sustentável e Transição Digital (incluindo fabricação de chips e IA).
 - o **Infraestrutura Científica:** Desenvolver megaprojetos como uma nova geração do Sirius (síncrotron), satélites e um Centro Nacional de IA.
 - o **Educação Científica:** Levar laboratórios de ciências a todas as escolas públicas e reformar o ensino superior com foco em inovação.
- **Governança e Financiamento:** Criar um conselho nacional presidido pelo chefe de estado, com um modelo de financiamento misto (fundo soberano, royalties, parcerias com o setor privado).
- **Meta Final:** Alcançar a **soberania tecnológica**, resolver problemas nacionais e posicionar o Brasil como líder global em soluções para o século XXI.

Em síntese, os dois projetos estão interligados: O **SIDP** é apresentado como um caso emblemático e concreto de como a ciência brasileira (inspirada em talentos como Deborah Zanforlin) pode gerar inovação. Já o **Brasil 2035** é o plano macro estratégico para criar um ecossistema que permita que centenas de projetos como o SIDP floresçam, transformando o país.

78- INCLUSÃO DAS PRÁTICAS ANCESTRAIS

Ideia Central: Integrar os conhecimentos tradicionais indígenas e a ciência moderna no SUS para criar um sistema de inovação em bioeconomia, tendo a Amazônia como centro. O objetivo é gerar saúde pública, justiça epistêmica e desenvolvimento sustentável.

Como Funciona (3 Pilares):

1. **Marco Legal (PEC):** Incluir oficialmente as práticas ancestrais no SUS, obrigar a pesquisa com participação indígena e garantir a repartição justa dos benefícios.
2. **Estrutura (INBA):** Criar o Instituto Nacional de Bioeconomia Amazônica, uma autarquia com governança tripartite (Governo, Cientistas e Indígenas) para gerir a pesquisa e os royalties.
3. **Programas & Recursos:** Implementar Farmácias Vivas, um fundo de investimento e mecanismos de proteção ética e cultural.

Argumentos-Chave:

- **Saúde:** Reduz custos com medicamentos e oferece terapias de baixo custo.
- **Direitos Indígenas:** Valoriza e protege os conhecimentos tradicionais.
- **Bioeconomia:** Potencial de gerar até R\$ 280 bi/ano, mostrando que a "floresta em pé" vale mais.
- **Soberania:** Reduz a dependência de importações farmacêuticas.

Conclusão Estratégica: É uma proposta de vitória tripla: ganha a saúde pública, ganham os povos indígenas e ganha o meio ambiente, posicionando o Brasil como líder global em bioeconomia.

79- PET AMIGO

Claro, segue um resumo estruturado e conciso do Projeto de Lei "Pet Amigo":

Resumo do Projeto de Lei "Pet Amigo"

Objetivo Central: Criar uma política pública nacional para garantir saúde e bem-estar animal, com foco em cães, através de uma rede integrada de serviços veterinários.

1. O que é o Programa? Um programa federal que estabelece princípios como:

- **Atendimento universal** em situações de urgência e emergência.
- **Equidade e gratuidade** para a população de baixa renda cadastrada no CadÚnico.
- **Sustentabilidade financeira.**

2. Como Funciona a Estrutura? (Rede de Atenção Animal Integrada)

- **Hospitais Veterinários:** Para casos de média e alta complexidade.
- **Centros de Atenção Animal (CAABs):** Para atendimentos básicos, vacinas, castração e educação.
- **Unidades Móveis:** Para levar serviços a regiões de difícil acesso.

3. Quais Serviços Serão Oferecidos?

- Atendimento clínico (de rotina a emergências).
- Campanhas de vacinação e castração gratuita.
- Exames (laboratoriais e de imagem).
- Microchipagem e registro.
- Programas de adoção e cursos de posse responsável.

4. Quem Paga? (Modelo de Custeio)

- **Urgência/Emergência:** Atendimento gratuito para **todos**.
- **Baixa Renda:** Todos os serviços gratuitos.
- **Demais Pessoas:** Cobrança por meio de tabela social e parcerias com clínicas privadas.
- **Combate a Fraudes:** Penalidades severas para quem declarar falsa baixa renda, incluindo multa e suspensão de benefícios.

5. Educação e Conscientização

- Programa de formação para instrutores e tutores, focando em posse responsável e métodos éticos.

6. Quem é Responsável?

- **União:** Define as diretrizes, fornece recursos e constrói hospitais.
- **Estados:** Gerenciam os hospitais e as unidades móveis.
- **Municípios:** Gerenciam os CAABs, cadastram a população e implementam programas educativos.

7. Prazos de Implantação

- **180 dias** para o governo federal regulamentar a lei.
- **24 meses** (após a regulamentação) para estados e municípios apresentarem seus planos de ação.

Conclusão: O PL Pet Amigo se propõe a ser uma solução estruturada e socialmente justa para a saúde animal, combinando acesso universal em situações críticas com um modelo financeiramente sustentável, visando reduzir o abandono e os maus-tratos através de uma rede de serviços robusta e programas educativos.

80-FIM PLANO DE SAÚDE TRÊS PODERES

Resumo: Plano de Saúde dos Servidores dos Três Poderes e Projeto de Transição para o SUS

1. Situação Atual: Quem tem direito ao plano de saúde?

Existe um sistema de assistência à saúde pago pelo governo federal para seus servidores, mas a gestão é diferente para cada Poder:

- **Poder Executivo:** Servidores ativos, aposentados, pensionistas e seus dependentes. O plano é administrado pela **GEAP**, que credencia operadoras privadas (como Unimed, Amil).

- **Poder Legislativo:** Servidores, parlamentares (deputados e senadores), aposentados, pensionistas e dependentes. Cada casa (Câmara e Senado) tem seu próprio sistema.
- **Poder Judiciário:** Servidores, magistrados, aposentados, pensionistas e dependentes. Cada tribunal (STF, STJ, TRTs, etc.) gerencia seu próprio sistema.

Pontos-chave: O custo é dividido entre o servidor e o governo; é um benefício restrito, não disponível ao público em geral.

2. O Projeto de Lei: Transição para o SUS

O projeto propõe migrar todos os servidores dos Três Poderes para o Sistema Único de Saúde (SUS) em **5 anos**, extinguindo gradualmente o subsídio aos planos privados.

Pilar Central: Todo o valor economizado será reinvestido no SUS.

- É criado o **Fundo de Fortalecimento do SUS (FF-SUS)**, alimentado integralmente pela economia do subsídio.
- Haverá um **portal de transparência** para rastrear cada real economizado e aplicado.

Cronograma de Transição:

- **Ano 1 (50% do subsídio):** Preparação, diagnóstico do SUS e criação da Autoridade Nacional da Transição (ANT).
- **Ano 2 (75% do subsídio):** Implantação do "SUS Premium" (voluntário) e início dos investimentos em infraestrutura.
- **Ano 3 (100% do subsídio):** Migração **automática** de aposentados e pensionistas para o SUS, com atendimento prioritário.
- **Ano 4:** Migração dos servidores **ativos** e **extinção total** do subsídio aos planos privados.
- **Ano 5:** Consolidação e avaliação final.

Como o dinheiro será investido no SUS:

- **40%: infraestrutura** (hospitais, UPAs, equipamentos).
- **30%: Atenção Primária** (Programa Saúde da Família).
- **20%: Gestão e Tecnologia** (prontuário eletrônico, telemedicina).
- **10%: Valorização dos Profissionais de Saúde.**

Direitos Preservados:

- Servidores que quiserem manter planos privados poderão deduzir até 30% do valor do Imposto de Renda.
- Tratamentos em curso serão garantidos durante toda a transição.

Objetivo Final: Fortalecer o SUS com um investimento massivo e previsível, tornando-o um sistema de qualidade para **todos os brasileiros**, incluindo os próprios servidores públicos.

Resumo Geral: Proposta de Redução de Danos no SUS

Objetivo Central

Implementar um programa baseado em evidências científicas para abordagem do uso de drogas com foco na **redução de danos e cuidado integral**, inspirado em experiências internacionais bem-sucedidas.

Pilares Fundamentais

Adaptação Legislativa

- Reformulação da Lei de Drogas (11.343/2006)
- Criação da figura jurídica do "uso assistido"
- Regulamentação via CONAD e portarias ministeriais

Marco Ético

- **Autonomia do usuário** como centro do processo
- **Consentimento informado** em todas as etapas
- **Não discriminação** e direito de recusa

Estrutura Operacional

- **Centros de Atendimento Integrado (CAIs)** vinculados aos CAPS
- Equipes multiprofissionais (médicos, psicólogos, assistentes sociais)
- Fornecimento supervisionado em ambiente controlado

Componentes Principais

Atenção à Saúde

- Supervisão médica e controle de dosagem
- Monitoramento de parâmetros de saúde

- Prevenção de overdoses e transmissão de doenças



Suporte Psicossocial

- "Costelão familiar" - inclusão das famílias no tratamento
- Terapias individuais e em grupo
- Oficinas de reinserção social e laboral



Educação Comunitária

- Campanhas de combate ao preconceito
- Programas escolares de "Saúde e Cidadania"
- Engajamento de líderes comunitários
- **Implementação Gradual**



Fase 1 - Projetos Piloto (24 meses)

- 5 unidades experimentais
- Avaliação independente por universidades



Fase 2 - Expansão Progressiva

- Critérios baseados em resultados
- Formação de redes regionais

Benefícios Esperados



Saúde Pública

- Redução de overdoses e internações
- Contato regular com serviços de saúde
- Prevenção de HIV/Hepatite



Econômicos

- Redução de custos com emergências e sistema penal
- Aumento da reinserção laboral

Sociais

- Diminuição do estigma e discriminação
- Fortalecimento de vínculos familiares
- Reinserção social progressiva

Avaliação e Monitoramento

- Indicadores de processo, resultado e impacto social
- Pesquisas periódicas de satisfação
- Métricas de redução de danos concretos

Esta proposta representa uma alternativa humanizada, baseada em evidências e alinhada com os princípios do SUS, transformando a abordagem das drogas de questão criminal para questão de saúde pública.

RESUMO FOCADO NOS EIXOS CENTRAIS

Aqui está a versão atualizada da **SÍNTESE DO PROJETO**, com a inclusão do **prejuízo histórico ao erário (R\$ 1,1 trilhão)** na seção de **IMPACTO FISCAL ESTIMADO**, conforme solicitado:

SÍNTESE DO PROJETO

Aqui está um **SÍNTESE completo e estruturado** do projeto de lei popular, consolidando todas as suas principais propostas.

Resumo Completo da Proposta de Lei de Iniciativa Popular para a Reforma do Estado Brasileiro

Este projeto é um pacote abrangente de reformas que visa transformar a estrutura do Estado Brasileiro, com foco em eficiência, economicidade, fim de privilégios, combate à corrupção e maior transparência. Ele é dividido em várias frentes, abrangendo os Três Poderes e outras áreas críticas.

PARTE I: REFORMA ADMINISTRATIVA E DO SERVIÇO PÚBLICO

- **Reestruturação do Estado:** Consolidação de ministérios com funções sobrepostas (Economia, Gestão e Inovação, Infraestrutura, Cidadania) e descentralização de competências para estados e municípios através de um Fundo específico.
- **Regime de Pessoal:**
 - **Fim da Estabilidade Automática:** A estabilidade do servidor ficará condicionada às avaliações de desempenho semestrais. Duas avaliações "insatisfatórias" consecutivas podem levar à demissão.
 - **Limite de Contratações Temporárias:** Estabelece um teto de 20% do quadro efetivo para esse tipo de contratação.
- **Modernização da Gestão:**
 - **Governo Digital:** Criação de uma Plataforma Digital Única para todos os serviços públicos, com meta de 100% de disponibilidade em 3 anos.
 - **Gestão por Resultados:** Até 50% da remuneração variável de dirigentes será vinculada ao cumprimento de metas, com relatórios trimestrais de desempenho.
- **Benefícios e Remuneração:**
 - **Teto Salarial:** O subsídio máximo para qualquer cargo público não poderá exceder 10 vezes o salário mínimo nacional.
 - **Corte de Benefícios:** Extinção do auxílio-moradia para todos e do auxílio-alimentação para servidores com renda superior a R\$ 10 mil.
- **Transparência e Controle:**
 - **Auditorias Anuais:** Serão realizadas em todos os órgãos da administração direta e indireta.
 - **Canal de Denúncias:** Criação de um canal público com acompanhamento em tempo real.
 - **Portal de Transparência:** Publicação mensal de relatórios de gastos e disponibilização de dados abertos.
- **Reforma Previdenciária do Servidor Público:**
 - **Alinhamento ao RGPS:** Idade mínima de 65 anos (homens) e 62 anos (mulheres).
 - **Cálculo e Teto:** O benefício será calculado com base na média de todas as contribuições e não poderá exceder o teto do Regime Geral de Previdência Social (RGPS).
 - **Fim dos Privilégios:** Extinção das aposentadorias integrais e especiais, exceto para quem já tem direito (35/40 anos de contribuição).
- **Meritocracia e Capacitação:** Progressão na carreira vinculada à avaliação de desempenho e cursos de capacitação. Criação de um programa nacional de treinamento.
- **Cargos Comissionados:** Limitação do número de cargos comissionados a 5% do quadro efetivo, com exigência de experiência e aprovação em avaliação técnica.

PARTE II: REFORMA DO PODER JUDICIÁRIO

- **Corte de Privilégios e Redução de Custos:**
 - **Teto Remuneratório:** Aplica o teto de 10 salários mínimos a todos os membros do Judiciário, incluindo Ministros do STF.
 - **Fim de Auxílios:** Extinção do auxílio-moradia e do auxílio-alimentação de alto valor.
 - **Fim de Licenças Prêmio:** Extinção de licenças especiais e alinhamento de férias e jornada à CLT.
- **Reforma Previdenciária no Judiciário:** Alinha as regras de aposentadoria e pensão por morte ao RGPS, com fim da integralidade e paridade.
- **Combate à Parcialidade e Promoção da Transparência:**
 - **Lista Tríplice:** Promoções e nomeações para cargos de cúpula por lista tríplice baseada em mérito.
 - **Portal de Decisões:** Criação de um portal nacional com todas as decisões judiciais, publicamente acessível.
 - **Declaração de Interesses:** Magistrados devem declarar publicamente seus vínculos e interesses.
 - **Conselho Cidadão:** Criação de um conselho de cidadãos para auditar amostras de decisões.
- **Responsabilização de Magistrados:**
 - **Prazos para Processos:** Processos disciplinares devem ter prazo máximo de 6 meses.
 - **Fim do Foro Privilegiado:** Crimes comuns de juízes seriam julgados pela Justiça comum.
 - **Penalidades Graduais:** Estabelecimento de um regime de sanções progressivas, incluindo perda do cargo.
- **Tecnologia e Imparcialidade:** Implementação de sorteio eletrônico "duplo-cego" de processos e uso de ferramentas de análise de dados para identificar vieses.
- **Limite de Mandato no STF:** Estabelecimento de mandato de 12 anos para os Ministros do Supremo Tribunal Federal, com aplicação retroativa.
- **Prisão em Segunda Instância:** Permissão para o início do cumprimento da pena após condenação confirmada em segundo grau de jurisdição.

PARTE III: REFORMA DO PODER LEGISLATIVO

- **Redução do Número de Parlamentares:** Redução dos deputados federais de 513 para 260 e dos senadores de 81 para 54.
- **Fim de Privilégios:**
 - **Aposentadoria:** Fim do regime próprio de previdência, integrando todos ao INSS.
 - **Auxílio-Moradia:** Extinção do benefício.

- **Auxílio-Alimentação:** Criação de uma tabela progressiva que reduz o valor do benefício conforme a renda.
- **Jornada de Trabalho:** Estabelecimento de jornada de 40 horas semanais para servidores do Legislativo.
- **Sistema Eleitoral:**
 - **Voto Distrital Misto:** Implementação de um sistema onde metade dos deputados é eleita por distritos e a outra metade por listas partidárias.
 - **Vínculo Territorial:** Exigência de 5 anos de domicílio eleitoral na circunscrição para concorrer a cargos eletivos.

PARTE IV: COMBATE À CORRUPÇÃO E CRIMES GRAVES

- **Crimes Hediondos e Imprescritíveis:** Inclusão de crimes como corrupção, peculato e lavagem de dinheiro na lista de crimes hediondos e imprescritíveis.
- **Penas Severas:** Estabelecimento de pena mínima de 10 anos em regime fechado para condenados por peculato e corrupção.
- **Proteção a Denunciantes (Whistleblowers):** Criação de um marco legal que garanta anonimato, proteção e recompensa financeira para denunciantes de corrupção.
- **Responsabilização de "Laranjas":** Estabelecimento de responsabilidade solidária e penalidades severas para "laranjas" e "testas-de-ferro", com incentivos à delação premiada.
- **COAF Independente:** Transformação do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) na Autoridade Nacional de Inteligência Financeira (ANIF), um órgão autônomo e com poderes ampliados.
- **"Pente Fino" em Pensões:** Revisão geral de todas as pensões por morte para coibir fraudes, com critérios mais rígidos para concessão (fim do benefício vitalício para filhas solteiras, por exemplo).
- **Confisco de Bens:** Possibilidade de confisco administrativo de bens com valor incompatível com a renda declarada.

PARTE V: OUTRAS REFORMAS E POLÍTICAS PÚBLICAS

- **Reforma Tributária Solidária:** Proposta de reforma com taxação de grandes fortunas, heranças e dividendos, e redução de impostos sobre consumo. Criação de um Imposto sobre Grandes Fortunas (IGF).
- **Controle de Juros:** Criação de um marco legal para limitar os juros ao consumidor, especialmente do cartão de crédito, e promoção de crédito popular por bancos públicos.
- **Revisão do Banco Central:** Proposta de reintegrar o BACEN ao Poder Executivo, com objetivos que incluam emprego e desenvolvimento, além de controle popular sobre transferência de ativos.

- **Humanização do Sistema Prisional:** Transformação de presídios em Centros de Recuperação Humana, com foco em reinserção, trabalho, educação e atendimento psicossocial.
- **Política de Redução de Danos para Drogas:** Criação de Centros de Atendimento Integrado no SUS para oferecer cuidado supervisionado e apoio psicossocial a usuários.
- **Forças Armadas:** Proposta de consolidar a legislação militar em um único texto, sem criar novos direitos.

IMPACTO FISCAL ESTIMADO

Prejuízo Histórico ao Erário:

Desde a redemocratização (1985), o Brasil acumula **prejuízos superiores a R\$ 1,1 trilhão** em razão de privatizações subvalorizadas, programas de perdão de dívidas (Refis), renúncias fiscais sem contrapartida e concessões que oneraram a população. Esse montante representa não apenas dinheiro desviado dos cofres públicos, mas a ausência de escolas, hospitais, estradas, empregos e vidas que poderiam ter sido salvas.

Economia Financeira com a Reforma:

O projeto estima uma **economia anual entre R\$ 44 e R\$ 65 bilhões**, acumulando entre **R\$ 220 e R\$ 325 bilhões em 5 anos**. Os recursos economizados seriam realocados para áreas sociais como saúde, educação e segurança.

Potencial de Reparação:

Somando-se a economia futura com a possibilidade de recuperação de ativos e responsabilização dos envolvidos nos prejuízos históricos, o Estado poderá contar com **centenas de bilhões de reais** para investir no desenvolvimento do país e na reparação dos danos causados à população.

Conclusão

Esta proposta constitui uma reforma estrutural e abrangente do Estado Brasileiro. Seu eixo central é a modernização da administração pública, a equidade entre poderes e cidadãos, o rigor no combate à corrupção e o fortalecimento da transparência e do controle social. O documento se apresenta como um "projeto de nação" para um Estado mais eficiente, justo e alinhado com os interesses da sociedade.

DESTINO DO DINHEIRO ECONOMIZADO PELO PROJETO

Com base na economia de **R\$ 44-65 bilhões/ano** e na receita adicional de **R\$ 300 bilhões/ano** da reforma tributária, eis a **DISTRIBUIÇÃO ESTRATÉGICA DO ORÇAMENTO** focada no povo brasileiro:

 Com base na sua solicitação, o texto foi ajustado para **incluir o prejuízo histórico ao erário (R\$ 1,1 trilhão)** como parte fundamental da narrativa, integrando esse passivo à economia projetada pela reforma e redirecionando o destino dos recursos para a **reparação desse dano histórico**. Abaixo está a versão consolidada e revisada:

RELATÓRIO EXECUTIVO: IMPACTO FISCAL E REPARAÇÃO HISTÓRICA DO ERÁRIO

PREJUÍZO HISTÓRICO AO ERÁRIO (1985–2025)

Desde a redemocratização, o Brasil acumulou **prejuízos superiores a R\$ 1,1 trilhão** em razão de:

- Privatizações subvalorizadas (ex: Vale do Rio Doce, RLAM, Eletrobras)
- Programas de perdão de dívidas (Refis, Pert)
- Renúncias fiscais sem contrapartida
- Concessões e parcerias público-privadas que oneraram a população

Esse montante representa não apenas dinheiro desviado, mas a **ausência de escolas, hospitais, estradas, empregos e vidas que poderiam ter sido salvas**.

ECONOMIA GERADA PELA REFORMA

A proposta de reforma administrativa e do Judiciário tem o potencial de gerar uma **economia líquida conservadora**:

Indicador	Valor
Economia anual	R\$ 44 a R\$ 65 bilhões

Economia em 5 anos	R\$ 220 a R\$ 325 bilhões
Potencial de reparação do erário	Recursos direcionados para cobrir parte do passivo histórico de R\$ 1,1 trilhão

DETALHAMENTO POR ÁREA DE REFORMA

Área	Economia Anual (R\$ bi)	Economia 5 Anos (R\$ bi)	Principais Medidas
Judiciário	15–20	75–100	Teto salarial, fim de auxílios, unificação previdenciária
Previdência	10–15	50–75	Alinhamento ao RGPS, fim de aposentadorias especiais
Benefícios	5–8	25–40	Fim de auxílio-moradia, auxílio-alimentação progressivo
Teto Salarial	4–6	20–30	Limite de 10 salários mínimos para o funcionalismo
Parlamentares	3–4	15–20	Redução de 594 para 314 membros
Combate a Fraudes	3–5	15–25	Revisão de pensões, auditorias, pente-fino
Cargos Comissionados	2–4	10–20	Limite de 5% do quadro efetivo
Regime Fiscal de Igrejas	2–3	10–15	Fim da imunidade automática, contrapartida social
TOTAL	44–65	220–325	—

DESTINO DOS RECURSOS: REPARAÇÃO DO ERÁRIO E INVESTIMENTO SOCIAL

Os recursos economizados e/ou recuperados serão destinados prioritariamente a:

1. Reparação do Dano Histórico ao Erário (R\$ 1,1 trilhão)

- Criação de um **Fundo Nacional de Reparação do Patrimônio Público**
- Ressarcimento aos cofres públicos dos valores desviados ou subavaliados em privatizações e perdões fiscais
- Investimento em **infraestrutura social** (escolas, hospitais, estradas) como forma de reparação histórica

2. Áreas Sociais (60% da economia anual)

- **Saúde:** R\$ 9–13 bilhões/ano
- **Educação:** R\$ 8–12 bilhões/ano
- **Segurança:** R\$ 6–9 bilhões/ano
- **Assistência Social:** R\$ 4–6 bilhões/ano

3. Fortalecimento do Controle e Transparência

- Auditoria permanente sobre concessões, privatizações e benefícios fiscais
- Criação da **Comissão Nacional da Verdade sobre o Patrimônio Público (CNVPP)** para investigar e documentar os atos lesivos desde 1985

OBSERVAÇÕES IMPORTANTES

1. **Estimativas conservadoras:** Baseadas em dados oficiais e experiências anteriores
2. **Implementação progressiva:** Economia plena em 2 a 3 anos
3. **Custos de transição:** Já deduzidos dos valores líquidos
4. **Base legal:** Todas as medidas com amparo constitucional
5. **Reparação histórica:** A economia futura é apenas o primeiro passo para cobrir o passivo de **R\$ 1,1 trilhão**

CONCLUSÃO

A reforma não é apenas fiscalmente viável, mas **moralmente necessária**. Ela representa o mais avançado instrumento legal em defesa do patrimônio do povo brasileiro, permitindo:

- Responsabilizar agentes públicos e privados que dilapidaram o erário
- Recuperar ativos desviados
- Assegurar que os recursos públicos sejam efetivamente utilizados em benefício da população
- **Reparar, ainda que parcialmente, o prejuízo histórico de R\$ 1,1 trilhão acumulado desde 1985**

O povo, verdadeiro titular da riqueza nacional, clama por justiça, reparação e um Estado eficiente a seu serviço.

Com base na análise detalhada do documento, segue a **classificação completa e separada por tipo de projeto legislativo (PEC, PL, PLP)** para cada uma das 80 propostas:

Lista das 81 Leis com a respectiva classificação (PEC, PLP, PL)

1. REFORMA ADMINISTRATIVA – **PEC, PLP, PL**
2. REFORMA DO JUDICIÁRIO – **PEC, PLP, PL**
3. PARCIALIDADE DO JUIZ – **PEC, PLP, PL**
4. PRISÃO SEGUNDA INSTÂNCIA – **PEC, PLP, PL**
5. CRIME HEDIONDO PECULATO NÃO PRESCREVE – **PEC, PLP, PL**
6. CONSTELAÇÃO NO JUDICIÁRIO – **PEC, PLP, PL**
7. TRAIADOR DA PÁTRIA – **PEC, PLP, PL**
8. STF 12 ANOS MANDATO – **PEC, PLP, PL**
9. COMBATE A CORRUPÇÃO, DELAÇÃO PREMIADA, LARANJA E JUÍZES PARCIAL – **PEC, PLP, PL**
10. PRESÍDIOS HUMANOS – **PEC, PLP, PL**
11. CRIMES GRAVES ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – **PEC, PLP, PL**
12. FORÇAS ARMADAS – **PL**
13. LEGISLATIVO – **PEC, PLP, PL**
14. IGUALDADE TRÊS PODERES NO SISTEMA PREVIDENCIÁRIA – **PEC, PLP**

15. REDUÇÃO NÚMERO DE PARLAMENTAR – **PEC, PLP, PL**
16. VOTO DISTRITAL – **PEC, PLP, PL**
17. VÍNCULO COM O ESTADO DE 5 ANOS PARA CANDIDATAR – **PEC, PLP, PL**
18. REFORMA FISCAL – **PEC, PLP**
19. COAF – **PEC, PLP, PL**
20. PENSÃO FILHAS SOLTEIRAS – **PL**
21. CONTROLE DOS JUROS – **PEC, PLP**
22. BANCO CENTRAL – **PEC, PLP**
23. JUSTIÇA FINANCEIRA – **PEC, PLP, PL**
24. CONAB – **PEC, PLP**
25. CRIAÇÃO DE NOVOS MUNICÍPIOS – **PLP**
26. APLICATIVO ESTATAL – **PLP, PL**
27. ISENÇÃO FISCAL – **PEC, PLP, PL**
28. PROPAGANDA ENGANOSA BIG TECH – **PEC, PLP, PL**
29. CANDIDATURA INDEPENDENTE – **PEC, PLP, PL**
30. FORO DE PRERROGATIVAS – **PEC, PLP**
31. FUNDO ELEITORAL E PARTIDÁRIO – **PEC, PLP**
32. CARGOS DO PRIMEIRO AO TERCEIRO ESCALÃO – **PEC, PLP**
33. IPVA BENS DE LUXO – **PEC, PLP, PL**
34. ISENÇÃO FISCAL IGREJAS – **PEC, PLP, PL**
35. RÁDIO TV CONCESSÃO FIM DO MONOPÓLIO – **PEC, PLP**
36. INVESTIGAÇÃO ONGs – **PEC, PLP, PL**
37. FRAUDES EM PRIVATIZAÇÃO – **PEC, PLP**
38. CPI DÍVIDA PÚBLICA – **PEC, PLP, PL**
39. CONSELHEIROS ESTATAIS – **PEC, PLP**
40. IA COMBATE CORRUPÇÃO – **PEC, PLP, PL**
41. DESMATAMENTO ILEGAL – **PEC, PLP, PL**
42. MINERAÇÃO – **PEC, PLP, PL**
43. AGROTÓXICO – **PEC, PLP, PL**
44. DESTINAÇÃO DE RESÍDUOS – **PEC, PLP, PL**
45. ULTRA PROCESSADOS – **PL**
46. LIBERAÇÃO CANABIS – **PEC, PLP, PL**
47. FLÚOR BANIR – **PEC, PLP, PL**
48. PEC MALAFAIA – **PEC, PLP, PL**
49. ESCRAVIDÃO / ANÁLOGO – **PEC, PLP, PL**
50. REFORMA AGRÁRIA – **PEC, PLP, PL**
51. SALÁRIO MÍNIMO – **PEC, PLP, PL**
52. IA INCLUSÃO FINANCEIRA – **PEC, PLP, PL**
53. ESCALA 5X2 – **PEC, PLP, PL**
54. BRASIL AUTOSSUFICIENTE – **PEC, PLP, PL**
55. GURGEL MOTORS MUSEU – **PEC, PLP, PL**
56. MALHA FERROVIÁRIA – **PEC, PLP, PL**

57. DESPOLUIÇÃO DE RIOS – PEC,PLP,**PL**
58. CANAL DE COMUNICAÇÃO EBC – PEC,PLP,**PL**
59. FEST FOOD IMAGENS REAL – **PL**
60. REGULAMENTAÇÃO LOBBY – PEC,PLP,**PL**
61. CONFISCO DE BENS ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA – PEC,PLP,**PL**
62. PREJUÍSO AO ERÁRIO – **PEC, PLP,PL**
63. PORTE DE ARMAS – PEC,PLP,**PL**
64. DÍVIDA PÚBLICA, DIRETRIZES E PREMISSAS – PEC,PLP,**PL**
65. TERRAS RARAS – PEC,PLP,**PL**
66. PLEBISCITO PARA ATIVOS E SERVIÇOS ESSENCIAIS –PEC,**PLP**
67. DATA-CENTER – PEC,PLP,**PL**
68. ARBORIZAÇÃO FRUTÍFERA – PEC,**PLP**
69. ESTATUTO DA DIGNIDADE ANIMAL –PEC, **PLP,PL**
70. PROJETO EDUCACIONAL – PEC,PLP,**PL**
71. EDUCAÇÃO CIEPS PAULO FREIRE – PEC,PLP,**PL**
72. CRECHES VIVAS – PEC,PLP,**PL**
73. VILAS SUSTENTÁVEIS ECOLÓGICAS – PEC,PLP,**PL**
74. SUS CONTRA FRAUDE – PEC,**PLP**
75. PATENTES MEDICAMENTOS – **PL**
76. PLATAFORMA SUS DIGITAL 360 – PEC,PLP,**PL**
77. SISTEMA INTEGRADO DE DIAGNÓSTICO PRECOCE – **PL**
78. INCLUSÃO DAS PRÁTICAS ANCESTRAIS – PEC,**PLP**
79. PET AMIGO – **PL**
80. FIM PLANO DE SAÚDE TRÊS PODERES – **PL**
81. PROPOSTA DE IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICA DE DANOS NO SUS –
PEC,PLP,**PL**

Total de Propostas por Tipo:

- **PEC:** 71
- **PLP:** 73
- **PL:** 65

Soma total de proposições (considerando que cada item pode ter mais de um tipo): 209

Com base na sua lista, organizei cada um dos 81 itens de acordo com a classificação indicada (PEC, PLP, PL). Abaixo está a separação detalhada do que é cada coisa, seguida do resumo atualizado.

PROPOSTAS DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO (PEC) - 71

ocorrências

- REFORMA ADMINISTRATIVA
- REFORMA DO JUDICIÁRIO
- PARCIALIDADE DO JUIZ
- PRISÃO SEGUNDA INSTÂNCIA
- CRIME HEDIONDO PECULATO NÃO PRESCREVE
- CONSTELAÇÃO NO JUDICIÁRIO
- TRAIADOR DA PÁTRIA
- STF 12 ANOS MANDATO
- COMBATE A CORRUPÇÃO, DELAÇÃO PREMIADA, LARANJA E JUÍZES PARCIAL
- PRESÍDIOS HUMANOS
- CRIMES GRAVES ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
- LEGISLATIVO
- IGUALDADE TRÊS PODERES NO SISTEMA PREVIDENCIÁRIA
- REDUÇÃO NÚMERO DE PARLAMENTAR
- VOTO DISTRITAL
- VÍNCULO COM O ESTADO DE 5 ANOS PARA CANDIDATAR
- REFORMA FISCAL
- COAF
- CONTROLE DOS JUROS
- BANCO CENTRAL
- JUSTIÇA FINANCEIRA
- CONAB
- ISENÇÃO FISCAL
- PROPAGANDA ENGANOSA BIG TECH
- CANDIDATURA INDEPENDENTE
- FORO DE PRERROGATIVAS
- FUNDO ELEITORAL E PARTIDÁRIO
- CARGOS DO PRIMEIRO AO TERCEIRO ESCALÃO
- IPVA BENS DE LUXO
- ISENÇÃO FISCAL IGREJAS
- RÁDIO TV CONCESSÃO FIM DO MONOPÓLIO
- INVESTIGAÇÃO ONGs
- FRAUDES EM PRIVATIZAÇÃO
- CPI DÍVIDA PÚBLICA
- CONSELHEIROS ESTATAIS
- IA COMBATE CORRUPÇÃO
- DESMATAMENTO ILEGAL

- MINERAÇÃO
- AGROTÓXICO
- DESTINAÇÃO DE RESÍDUOS
- LIBERAÇÃO CANABIS
- FLÚOR BANIR
- PEC MALAFAIA
- ESCRAVIDÃO / ANÁLOGO
- REFORMA AGRÁRIA
- SALÁRIO MÍNIMO
- IA INCLUSÃO FINANCEIRA
- ESCALA 5X2
- BRASIL AUTOSSUFICIENTE
- GURGEL MOTORS MUSEU
- MALHA FERROVIÁRIA
- DESPOLUIÇÃO DE RIOS
- CANAL DE COMUNICAÇÃO EBC
- REGULAMENTAÇÃO LOBBY
- CONFISCO DE BENS ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA
- PREJUÍSO AO ERÁRIO
- PORTE DE ARMAS
- DÍVIDA PÚBLICA, DIRETRIZES E PREMISSAS
- TERRAS RARAS
- PLEBISCITO PARA ATIVOS E SERVIÇOS ESSENCIAIS
- DATA-CENTER
- ARBORIZAÇÃO FRUTÍFERA
- ESTATUTO DA DIGNIDADE ANIMAL
- PROJETO EDUCACIONAL
- EDUCAÇÃO CIEPS PAULO FREIRE
- CRECHES VIVAS
- VILAS SUSTENTÁVEIS ECOLÓGICAS
- SUS CONTRA FRAUDE
- PLATAFORMA SUS DIGITAL 360
- INCLUSÃO DAS PRÁTICAS ANCESTRAIS
- PROPOSTA DE IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICA DE DANOS NO SUS

PROJETOS DE LEI COMPLEMENTAR (PLP) - 73 ocorrências

- REFORMA ADMINISTRATIVA
- REFORMA DO JUDICIÁRIO
- PARCIALIDADE DO JUIZ
- PRISÃO SEGUNDA INSTÂNCIA

- CRIME HEDIONDO PECULATO NÃO PRESCREVE
- CONSTELAÇÃO NO JUDICIÁRIO
- TRAIADOR DA PÁTRIA
- STF 12 ANOS MANDATO
- COMBATE A CORRUPÇÃO, DELAÇÃO PREMIADA, LARANJA E JUÍZES PARCIAL
- PRESÍDIOS HUMANOS
- CRIMES GRAVES ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
- LEGISLATIVO
- IGUALDADE TRÊS PODERES NO SISTEMA PREVIDENCIÁRIA
- REDUÇÃO NÚMERO DE PARLAMENTAR
- VOTO DISTRITAL
- VÍNCULO COM O ESTADO DE 5 ANOS PARA CANDIDATAR
- REFORMA FISCAL
- COAF
- CONTROLE DOS JUROS
- BANCO CENTRAL
- JUSTIÇA FINANCEIRA
- CONAB
- CRIAÇÃO DE NOVOS MUNICÍPIOS
- APLICATIVO ESTATAL
- ISENÇÃO FISCAL
- PROPAGANDA ENGANOSA BIG TECH
- CANDIDATURA INDEPENDENTE
- FORO DE PRERROGATIVAS
- FUNDO ELEITORAL E PARTIDÁRIO
- CARGOS DO PRIMEIRO AO TERCEIRO ESCALÃO
- IPVA BENS DE LUXO
- ISENÇÃO FISCAL IGREJAS
- RÁDIO TV CONCESSÃO FIM DO MONOPÓLIO
- INVESTIGAÇÃO ONGs
- FRAUDES EM PRIVATIZAÇÃO
- CPI DÍVIDA PÚBLICA
- CONSELHEIROS ESTATAIS
- IA COMBATE CORRUPÇÃO
- DESMATAMENTO ILEGAL
- MINERAÇÃO
- AGROTÓXICO
- DESTINAÇÃO DE RESÍDUOS
- LIBERAÇÃO CANABIS
- FLÚOR BANIR

- PEC MALAFAIA
- ESCRAVIDÃO / ANÁLOGO
- REFORMA AGRÁRIA
- SALÁRIO MÍNIMO
- IA INCLUSÃO FINANCEIRA
- ESCALA 5X2
- BRASIL AUTOSSUFICIENTE
- GURGEL MOTORS MUSEU
- MALHA FERROVIÁRIA
- DESPOLUIÇÃO DE RIOS
- CANAL DE COMUNICAÇÃO EBC
- REGULAMENTAÇÃO LOBBY
- CONFISCO DE BENS ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA
- PREJUÍSO AO ERÁRIO
- PORTE DE ARMAS
- DÍVIDA PÚBLICA, DIRETRIZES E PREMISSAS
- TERRAS RARAS
- PLEBISCITO PARA ATIVOS E SERVIÇOS ESSENCIAIS
- DATA-CENTER
- ARBORIZAÇÃO FRUTÍFERA
- ESTATUTO DA DIGNIDADE ANIMAL
- PROJETO EDUCACIONAL
- EDUCAÇÃO CIEPS PAULO FREIRE
- CRECHES VIVAS
- VILAS SUSTENTÁVEIS ECOLÓGICAS
- SUS CONTRA FRAUDE
- PLATAFORMA SUS DIGITAL 360
- INCLUSÃO DAS PRÁTICAS ANCESTRAIS
- PROPOSTA DE IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICA DE DANOS NO SUS

PROJETOS DE LEI ORDINÁRIA (PL) - 65 ocorrências

- REFORMA ADMINISTRATIVA
- REFORMA DO JUDICIÁRIO
- PARCIALIDADE DO JUIZ
- PRISÃO SEGUNDA INSTÂNCIA
- CRIME HEDIONDO PECULATO NÃO PRESCREVE
- CONSTELAÇÃO NO JUDICIÁRIO
- TRAIADOR DA PÁTRIA
- STF 12 ANOS MANDATO

- COMBATE A CORRUPÇÃO, DELAÇÃO PREMIADA, LARANJA E JUÍZES PARCIAL
- PRESÍDIOS HUMANOS
- CRIMES GRAVES ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
- FORÇAS ARMADAS
- LEGISLATIVO
- REDUÇÃO NÚMERO DE PARLAMENTAR
- VOTO DISTRITAL
- VÍNCULO COM O ESTADO DE 5 ANOS PARA CANDIDATAR
- COAF
- PENSÃO FILHAS SOLTEIRAS
- JUSTIÇA FINANCEIRA
- APLICATIVO ESTATAL
- ISENÇÃO FISCAL
- PROPAGANDA ENGANOSA BIG TECH
- CANDIDATURA INDEPENDENTE
- IPVA BENS DE LUXO
- ISENÇÃO FISCAL IGREJAS
- INVESTIGAÇÃO ONGs
- CPI DÍVIDA PÚBLICA
- IA COMBATE CORRUPÇÃO
- DESMATAMENTO ILEGAL
- MINERAÇÃO
- AGROTÓXICO
- DESTINAÇÃO DE RESÍDUOS
- ULTRA PROCESSADOS
- LIBERAÇÃO CANABIS
- FLÚOR BANIR
- PEC MALAFAIA
- ESCRAVIDÃO / ANÁLOGO
- REFORMA AGRÁRIA
- SALÁRIO MÍNIMO
- IA INCLUSÃO FINANCEIRA
- ESCALA 5X2
- BRASIL AUTOSSUFICIENTE
- GURGEL MOTORS MUSEU
- MALHA FERROVIÁRIA
- DESPOLUIÇÃO DE RIOS
- CANAL DE COMUNICAÇÃO EBC
- FEST FOOD IMAGENS REAL
- REGULAMENTAÇÃO LOBBY

- CONFISCO DE BENS ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA
- PREJUÍSO AO ERÁRIO
- PORTE DE ARMAS
- DÍVIDA PÚBLICA, DIRETRIZES E PREMISSAS
- TERRAS RARAS
- DATA-CENTER
- ESTATUTO DA DIGNIDADE ANIMAL
- PROJETO EDUCACIONAL
- EDUCAÇÃO CIEPS PAULO FREIRE
- CRECHES VIVAS
- VILAS SUSTENTÁVEIS ECOLÓGICAS
- PATENTES MEDICAMENTOS
- PLATAFORMA SUS DIGITAL 360
- SISTEMA INTEGRADO DE DIAGNÓSTICO PRECOCE
- PET AMIGO
- FIM PLANO DE SAÚDE TRÊS PODERES
- PROPOSTA DE IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICA DE DANOS NO SUS

RESUMO FINAL (REVISADO)

- **Total de Itens na Lista:** 81 Assuntos/Temas
- **Total de Proposições Legislativas (Somando os tipos):** 209
- **Composição:**
 - **PEC:** 71
 - **PLP:** 73
 - **PL:** 65